

RELATÓRIO

**MONITORAMENTO
DA GOVERNANÇA
DA GESTÃO DAS ÁGUAS
DE MINAS GERAIS - 2019**

Instituto Mineiro de Gestão das Águas

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS

1º Relatório de Monitoramento da Governança da Gestão das Águas de Minas Gerais - 2019

BELO HORIZONTE
INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS
2020

©Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam

Governo do Estado de Minas Gerais

Romeu Zema Neto
Governador

**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
– Semad**

Germano Luiz Gomes Vieira
Secretário

Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam

Marília Carvalho de Melo
Diretora Geral

Renata Batista Ribeiro
Chefe de Gabinete

Thiago Figueiredo Santana
Diretor de Gestão e Apoio ao Sistema Estadual de Gerenciamento
de Recursos Hídricos

Marcelo da Fonseca
Diretor de Planejamento e Regulação

Ana Carolina Miranda Lopes de Almeida
Diretora de Operações e Eventos Críticos

Anderson do Carmo Diniz
Diretor de Administração e Finanças

159r

Instituto Mineiro de Gestão das Águas.
1º Relatório de monitoramento da governança
da gestão das águas de Minas Gerais / Instituto Mineiro
de Gestão das Águas. — Belo Horizonte: Igam, 2020.
102 p. ; il.

ISBN nº 978-65-88079-00-3

1. Recursos hídricos - gestão. 2. Recursos
hídricos - Minas Gerais. I. Título.

CDU: 556.18 (815.1)



COORDENAÇÃO GERAL

Marília Carvalho de Melo

ORGANIZAÇÃO

Marília Carvalho de Melo
Morel Queiroz da Costa Ribeiro

AUTORES

Allan de Oliveira Mota
Morel Queiroz da Costa Ribeiro

COLABORADORES

Edwan Fernandes Fioravante
Lucas de Melo Carvalho

EQUIPE EDITORIAL

Edição

Caroline Matos da Cruz Correia
Lilian Márcia Domingues de Resende

Revisão

Fabiana Monteiro de Moura
Fernandes Campos
Marcia Beatriz Silva de Azevedo

Projeto gráfico e capa

Armando Ferreira Reis
Caroline Matos da Cruz Correia

Fotografias

Evandro Rodney
Arquivo Ascom

Ilustrações/Ícones

faticon.com

IGAM

Rodovia João Paulo II, nº 4143 -
Bairro Serra Verde - Belo Horizonte
Minas Gerais - CEP: 31630-900
<http://www.igam.mg.gov.br>

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os servidores, conselheiros de recursos hídricos e demais colaboradores que participaram das discussões, contribuindo para a construção do Sistema de Monitoramento da Governança da Gestão das Águas de Minas Gerais, cujo resultado do primeiro ciclo de avaliação está materializado nesta publicação.

Nessa caminhada, iniciada em 2014 no âmbito do Estado, não podemos deixar de reconhecer o importante trabalho de coordenação realizado inicialmente pelo nosso colega Rodrigo Mundim e, hoje, conduzido pelo servidor Morel Ribeiro. Parabenizamos também outro colega, Allan Mota, pelo seu trabalho de pesquisa de Mestrado que é uma das bases metodológicas para o nosso monitoramento.

Destacamos, ainda, a cooperação e o apoio basilar do Observatório da Governança das Águas (OGA-Brasil), por meio de seu secretário executivo Angelo José Rodrigues Lima, que também representou a organização WWF-Brasil nos grupos de trabalho formalmente constituídos no âmbito do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH-MG), para o tratamento desta temática.

É importante ressaltar também a colaboração dos comitês de bacias hidrográficas e das entidades equiparadas a agências de bacia do Estado, pelo esforço conjunto no levantamento de dados necessários para gerar o Índice Geral da Governança da Gestão das Águas de Minas Gerais de 2019.

Marília Carvalho de Melo

Diretora Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas



SUMÁRIO

PREFÁCIO

APRESENTAÇÃO

PARTE I – HISTÓRICO E METODOLOGIA

HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DO MONITORAMENTO DA GOVERNANÇA DAS ÁGUAS EM
MINAS GERAIS12

METODOLOGIA15

PARTE II – RESULTADOS

RESULTADOS DO MONITORAMENTO 2019.....24

PARTE III – CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS62

APÊNDICE

APÊNDICE A65

ANEXO

ANEXO A87

A IMPORTÂNCIA DO MONITORAMENTO DA GOVERNANÇA DAS ÁGUAS Estado de Minas Gerais

O Brasil construiu uma robusta Política Nacional de Recursos Hídricos. Com uma grande mobilização de atores, em janeiro de 1997, foi aprovada a Lei nº 9433 para que a gestão das águas seja feita de forma descentralizada, participativa e democrática.

Em consequência da mobilização para aprovação da lei, diversas instituições e atores se mobilizaram para implementar a política de recursos hídricos, e os comitês de bacias que são o componente principal da base do sistema foram criados, evoluindo em números e em diferentes bacias e Estados.

Dois anos após a edição da lei nº 9433, em 1999, já tinham sido criados 49 comitês de bacias, 56 em 2000, 67 em 2001, 82 em 2002. Em 2003 havia 92 comitês de bacias e atualmente o Brasil conta com 232 comitês de Bacias. Esta evolução foi como despertar para um atraso e um passivo ambiental que se encontram nas águas dos nossos rios.

Interessante observar que em alguns Estados como o de Minas Gerais se adiantaram à criação da Política Nacional de Recursos Hídricos e aos desdobramentos legais, instituindo a Lei nº 11.504/94, porém essa lei foi revogada em 1999, e foi aprovada a nova legislação sobre os recursos hídricos que diz respeito à Política Estadual de Recursos Hídricos, a Lei nº 13199/99, que vigora até os dias atuais.

Alinhado com a política nacional, a legislação mineira prevê o gerenciamento dos recursos hídricos de curto, médio e longo prazo, com horizonte de planejamento compatível com o período de implantação de seus programas e projetos, que devem ser acompanhados de revisões periódicas.

O Estado é dividido em 4 importantes regiões hidrográficas, 17 bacias e 36 Unidades de Planejamento de Gestão de Recursos Hídricos (UPGRHs).

Para a governança e gestão das águas, o Estado conta com 36 comitês de bacias hidrográficas, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas, a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e com um Plano Estadual de Recursos Hídricos e principalmente com um grande contingente de atores dos setores público, privado e de organizações da sociedade civil.

Este grande contingente de atores coletivamente colocam um esforço enorme de tempo e de dedicação para encontrar soluções para garantir água em quantidade e qualidade para os usos múltiplos das águas, incluindo água para os ecossistemas aquáticos.

Foi pensando neste enorme esforço de atores e na robusta política de recursos hídricos que, coletivamente, a partir da discussão da necessidade de monitoramento da gestão das águas, nasceu o Observatório da Governança das Águas (OGA-Brasil).

A partir da reflexão sobre o monitoramento da gestão das águas, especialmente de organizações da sociedade civil, mas não somente destas, o OGA Brasil nasce refletindo que os Sistemas Nacional e Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos merecem ser monitorados para que este enorme esforço coletivo realizado pelos atores e instâncias sejam cada vez mais coroados com resultados na gestão das águas.

O Estado de Minas Gerais, com a participação de diversos atores da gestão das águas, depois de um longo debate que contou também com a participação do Observatório da Governança das Águas, construiu um Sistema de Monitoramento da Governança das Águas e agora nos brinda com um Relatório de Monitoramento avaliando como está a governança das águas no Estado.

Alguns poderão criticar, outros poderão divergir, mas isto que é importante, considerando que temos um ponto de partida para que as críticas sejam realizadas, pois um Sistema de Monitoramento permite que todos avaliem e desta forma possibilita corrigir rumos.

Um Sistema de Monitoramento fortalece a democracia, e o que é ainda melhor: pode aperfeiçoar a governança, que é um processo técnico e político que prepara a gestão das águas para que alcance ainda mais resultados.

Parabéns a todos que participaram da construção deste momento no Estado de Minas Gerais, mas mesmo neste momento, não é possível deixar também de parabenizar o trabalho coletivo dos atores da rede do Observatório da Governança das Águas que ajudaram e estão construindo estes momentos.

A água tão importante em nossas vidas, merece que cuidemos da governança e da gestão, para que sua qualidade e quantidade seja garantida.

Angelo José Rodrigues Lima

Secretário Executivo do Observatório da Governança das Águas (OGA-Brasil). Biólogo(UFRRJ); Mestre em Planejamento Ambiental (UFRJ) e Doutor em Geografia (UNICAMP).

Sobre o Observatório da Governança das Águas (OGA-Brasil)

O OGA é um movimento multissetorial em rede que reúne 49 instituições do poder público, setor privado e organizações da sociedade civil e 12 pesquisadores (as) que atuam na gestão das águas no Brasil. Reconhecemos a necessidade de monitorar o desempenho dos Sistemas Nacional e Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos, por serem considerados os motores para o fortalecimento da gestão das águas no Brasil. Para saber mais: <http://www.observatoriodasaguas.org/>

APRESENTAÇÃO

Os desafios da gestão do sistema de gerenciamento de recursos hídricos no Brasil ao longo de pouco mais de duas décadas desde a criação da atual Política Nacional de Recursos Hídricos estão relacionados, principalmente, aos aspectos de integração às políticas de uso do solo, de meio ambiente, de saneamento, de energia e à aplicação dos seus instrumentos de gestão.

Ganhando conformação sistêmica apenas na década de 1990 com a aprovação da Lei Federal nº 9.433 em 1997, o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e seus correlatos estaduais foram concebidos considerando uma série de fundamentos, diretrizes e objetivos próprios de uma política que busca ser integrada, descentralizada e participativa. No caso de Minas Gerais, o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH-MG) foi inicialmente criado pela Lei Estadual nº 11.504 de 1994, e com a edição da Lei das Águas do Brasil, foi reestruturado por meio da Lei Estadual nº 13.199 de 1999, que implementou a atual política das águas no Estado.

Apesar dos reconhecidos avanços verificados desde a implantação dos referidos Sistemas, a gestão pública das águas enfrenta, ainda, desafios para a sua efetiva implementação.

As avaliações existentes sobre a gestão pública das águas no Brasil são principalmente concordantes quanto às dificuldades ainda enfrentadas na implementação dos instrumentos de cobrança pelo uso da água; no enquadramento dos corpos d'água; na implementação efetiva dos planos de bacias hidrográficas; na capacidade de articulação intergovernamental e intersetorial para atendimento da agenda transversal da água, além da capacidade operacional dos órgãos gestores de recursos hídricos.

Além desses aspectos institucionais e legais, há desafios relacionados à efetiva participação da sociedade na implementação da política, associado a um sentimento generalizado de que a política de recursos hídricos não tem sido parte da agenda estratégica de desenvolvimento do país, salvo após situações de extremos climáticos, como em grandes enchentes e secas. A água como um bem que requer uma gestão com participação de todos não encontra, ainda, espaço permanente na agenda da sociedade.



No relatório da Unesco (2015, p.7), essa agência das Nações Unidas destaca que:

“o avanço em governança dos recursos hídricos exige o envolvimento de uma ampla gama de atores sociais, por meio de estruturas de governança inclusivas, que reconheçam a dispersão da tomada de decisão através de vários níveis e entidades. Enquanto diversos países enfrentam impasses em relação a reformas na área de recursos hídricos, outros têm feito grandes progressos na implementação de vários aspectos da gestão integrada de recursos hídricos (GIRH), incluindo a gestão descentralizada e a criação de organismos de bacias hidrográficas. Considerando que a implementação da GIRH, com muita frequência, é orientada para a eficiência econômica, há necessidade de enfatizar as questões de equidade e sustentabilidade ambiental, e adotar medidas para fortalecer a responsabilidade social, administrativa e política.”

Nesse contexto de desafios, surgiram no Brasil diversas iniciativas de monitoramento da gestão das águas, porém em perspectiva de avaliação da governança do Sistema.

De acordo com o relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2015, p.5):

“(...) deve-se considerar a governança da água como um meio para alcançar um fim e não como um fim em si mesmo, ou seja, é um conjunto de regras políticas, institucionais e administrativas, além de práticas e processos (formais e informais) através dos quais as decisões são tomadas e implementadas, as partes interessadas articulam os seus interesses e têm as suas preocupações consideradas, e os decisores são responsabilizados pelos procedimentos e resultados da gestão da água.”

As iniciativas normalmente referenciadas no país nesse sentido são aquelas tomadas pelo WWF-Brasil e pela OCDE, que objetivam, justamente, construir ferramentas de monitoramento sobre a efetividade e a eficácia na implementação da política, com a definição de indicadores específicos da governança da gestão pública das águas. Nesse sentido, buscou-se estratégias para diagnosticar e superar as falhas de governança que dificultam a formulação e a implementação das políticas de águas.

A proposição da institucionalização de um sistema de monitoramento da governança da gestão das águas responde, portanto, à necessidade do aprimoramento dos instrumentos de avaliação da política de recursos hídricos por meio da verificação da efetividade e da eficácia na implementação dos instrumentos próprios da política; da capacidade operacional dos órgãos gestores, e, bem assim, da articulação intersetorial e de comunicação e transparência.

Nesse sentido, foi discutido e estruturado no âmbito do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH-MG) um processo de monitoramento da governança do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos de Minas Gerais (SEGRH-MG), que resultou na publicação da Deliberação Normativa CERH nº 61/2018, que instituiu o procedimento de monitoramento da governança do SEGRH -MG.

O resultado do primeiro ano de avaliação está publicado neste relatório. O documento foi estruturado em quatro capítulos, iniciando-se por uma introdução sobre o desenvolvimento da proposta metodológica no âmbito do Igam até a sua aprovação pelo CERH-MG. Na sequência foram apresentados os resultados alcançados, por dimensão da governança, bem como as considerações finais. O documento contém, ainda, um apêndice de gráficos, tabelas e fichas de avaliação, e um anexo com a Deliberação Normativa citada.

Morel Queiroz da Costa Ribeiro

Coordenador do Programa de Monitoramento da Governança da Gestão das Águas de Minas Gerais

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9433.htm. Acesso em: 19 jun. 2019.

MINAS GERAIS. **Lei nº 11.504, de 20 de junho de 1994**. Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=11504&comp=&ano=1994>. Acesso em: 19 jun. 2019. Revogada.

MINAS GERAIS. **Lei nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999**. Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=13199&comp=&ano=1999> Acesso em: 19 jun. 2019.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - OCDE. **Princípios da OCDE para a governança da água**. Tradução do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia de Portugal. 2015. Título original: OECD principles on water governance. Disponível em: <https://www.oecd.org/cfe/regional-policy/OECD-Principles-Water-portuguese.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2019.

UNESCO. World Water Assessment Programme (WWP). **Água para um mundo sustentável**: sumário executivo. 2015. Relatório. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SC/images/WWDR2015ExecutiveSummary_POR_web.pdf . 2015. Acesso em: 9 jun. 2019.

PARTE I

HISTÓRICO E METODOLOGIA



HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DO MONITORAMENTO DA GOVERNANÇA DAS ÁGUAS EM MINAS GERAIS

O Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), com o objetivo de implementar uma ação sistematizada, contínua e permanente de monitoramento da governança das águas no Estado, coordenou, no âmbito do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), os trabalhos técnicos de proposição de dimensões específicas e seus respectivos indicadores e índices para o Monitoramento da Governança do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos de Minas Gerais (SEGRH).

Os indicadores de governança para o SEGRH começaram a ser discutidos em 2014, quando o Igam realizou uma oficina com os principais atores da gestão de recursos hídricos do Estado - sociedade civil, poder público municipal, poder público estadual, usuários de águas e as entidades equiparadas a agências de bacia. O modelo utilizado baseou-se nos indicadores formulados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) para o WWF-Brasil, no âmbito de sua iniciativa sobre o Observatório da Governança das Águas.

A condução da atividade em Minas Gerais foi formalizada com a criação do Grupo de Trabalho (GT) Governança, estabelecido pela Deliberação CERH-MG nº 365/14 e, posteriormente, pela Deliberação CERH-MG nº 380/15. Em 2017, os debates foram realizados em meios digitais, o que resultou, em agosto de 2017, na formulação de uma proposta de indicadores e de uma minuta de Deliberação Normativa a ser deliberada pelo CERH-MG.

Em 2018, o Igam convocou os membros do GT Governança e pautou a avaliação da versão final dos indicadores. Esses foram aprovados pelos membros presentes em reunião ocorrida no dia 05 de abril de 2018, considerando cinco dimensões da governança, quais sejam:

- 1 Ambiente Institucional** – apresenta a efetividade da lei e a importância do tema para a agenda pública;
- 2 Capacidades Estatais** – apresenta requisitos demonstrativos da capacidade institucional;
- 3 Instrumentos de Gestão** – apresenta os instrumentos de gestão de recursos hídricos no que tange às esferas de planejamento, metas e monitoramento;
- 4 Interação Estado e Sociedade** – apresenta e qualifica os canais de participação;
- 5 Relações Intergovernamentais** – apresenta grau de articulação intersetorial e intrasetorial e participação municipal no Sistema de Gestão de Recursos Hídricos em seus diversos fóruns.

Para cada uma destas dimensões, foram definidas no GT variáveis correspondentes, ou seja, componentes a serem analisados como indicadores de desempenho específicos da política, perfazendo um total de 14.

Registra-se que houve uma evolução das discussões sobre as dimensões para o monitoramento da governança das águas no âmbito do Observatório das Águas do Brasil e foi sugerida a unificação de duas dimensões - Institucional e Legal e Relações Intergovernamentais, durante a oficina 'A Construção de Indicadores de Governança das Águas - WWF-Brasil, realizada em Brasília nos dias 23 e 24 de maio de 2018. Seguindo esta proposta, técnicos do Igam, envolvidos na construção do monitoramento da governança das águas em Minas Gerais, propuseram que fosse adotada esta simplificação também no Estado e recomendaram, para o primeiro momento de monitoramento, uma redução do número de componentes para somente um por dimensão.

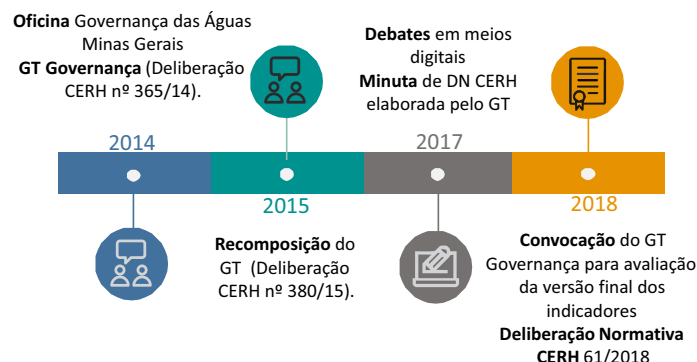
Desta forma, e com a aprovação do CERH, por meio da Deliberação Normativa nº 61/2018, o Estado deve avaliar anualmente, a partir da data base de 2019, as seguintes dimensões:

- 1 Ambiente Institucional e Relações Intergovernamentais** – apresenta a efetividade da lei e a importância do tema para a agenda pública; e os níveis de articulação intersetorial e intrasetorial e participação estadual e municipal no Sistema de Gestão de Recursos Hídricos, em seus diversos fóruns;
- 2 Capacidades Estatais** – apresenta requisitos demonstrativos da capacidade institucional;
- 3 Instrumentos de Gestão** – apresenta os instrumentos de gestão de recursos hídricos no que tange às esferas de planejamento, metas e monitoramento;
- 4 Interação Estado e Sociedade** – apresenta e qualifica os canais de participação.

SÍNTESE - PROCESSO HISTÓRICO

A Figura 1 sintetiza e ilustra todo esse processo histórico de construção do sistema de monitoramento da governança da gestão das águas no Estado.

Figura 1 – Processo histórico de construção do sistema de monitoramento da governança da gestão das águas em Minas Gerais



Fonte: Elaborada pelos autores (2020)

No próximo capítulo, será apresentada a metodologia aplicada na avaliação da governança do SEGRH-MG.

SISTEMA ESTADUAL DE GERENCIAMENTO - SEGRH-MG

O Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos de Minas Gerais é composto pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), Conselho Estadual de Recursos Hídricos, Instituto Mineiro de Gestão das Águas, comitês de bacias hidrográficas, órgãos e entidades dos poderes estadual e municipais, cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos, e agências de bacias hidrográficas ou entidades a elas equiparadas (FIGURA 2). Ressalta-se que, além de 4 entidades autorizadas pelo CERH para exercerem as funções de agências de bacia no estado, o Igam também desempenha esta função para um comitê - CBH dos Rios Piracicaba e Jaguari.

Figura 2 – Matriz institucional do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos de Minas Gerais



Fonte: Igam (2020)

REFERÊNCIAS

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (Minas Gerais). **Deliberação Normativa CERH nº 365, de 30 de dezembro de 2014**. Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho para elaboração de Indicadores de Governança para o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=36596>. Acesso em: 16 out. 2019.

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (Minas Gerais). **Deliberação Normativa CERH nº 380, de 09 de dezembro de 2015**. Dispõe sobre a recomposição do Grupo de Trabalho para elaboração de Indicadores de Governança para o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos estabelecido pela Deliberação CERH-MG nº 365, de 30 de Dezembro de 2014. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=47258>. Acesso em: 16 out. 2019.

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (Minas Gerais). **Deliberação Normativa CERH nº 61, de 13 de dezembro de 2018**. Estabelece as dimensões do monitoramento da governança do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos de Minas Gerais. Disponível em <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=47469>. Acesso em: 16 out. 2019.

METODOLOGIA

A metodologia do sistema de monitoramento da governança das águas em Minas Gerais, como abordado no capítulo anterior, adota como referencial conceitual a proposta metodológica do WWF-Brasil para avaliação da efetividade da política de recursos hídricos no país. Nesse sentido, foi também considerada a sua estruturação temática, que implicou inicialmente na adoção de cinco dimensões da governança, posteriormente rediscutida com especialistas da área de recursos hídricos e atualizada para quatro dimensões.

Foram conjugados, ainda, dois métodos de avaliação já desenvolvidos para esse tipo de monitoramento e os indicadores aplicados na avaliação da transparência das entidades equiparadas às agências de bacia em Minas Gerais conforme listado a seguir.

1 Proposição Metodológica para Avaliação da Implementação de Planos Diretores de Recursos Hídricos – PDRHs

A metodologia para avaliação da implementação de Planos Diretores de Recursos Hídricos, desenvolvida por Mota (2018), foi construída a partir da adaptação da metodologia empregada por Cifuentes, Izurieta e Faria (2000), utilizada internacionalmente para avaliar a efetividade dos planos de manejo de unidades de conservação.

O grau de execução dos PDRH é verificado por meio da utilização de indicadores compostos por cinco níveis de implementação criados especificamente para cada ação. Os valores obtidos são inseridos nas matrizes de avaliação empregadas para definir a situação do Índice de Implementação dos Planos de Ações (IPA).

Os resultados do IPA são confrontados com os dados da aplicação do Índice de Suporte à Gestão (ISG), composto por 26 indicadores que avaliam a capacidade de suporte à gestão das Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos para implementação dos instrumentos de gestão.

O processo de formulação dos indicadores e dos índices contou com a participação de especialistas na área de planejamento e gestão compartilhada de recursos hídricos.

2 Adaptação do Método Intrag (Índice de Transparência no Manejo da Água) pelo Govamb/USP

O Grupo de Estudos e Acompanhamento em Governança Ambiental da Universidade de São Paulo (GovAmb/USP), com o intuito de entender as dinâmicas de disponibilização de informações no contexto da gestão dos recursos hídricos, realizou avaliações sobre a transparência da gestão das águas no Brasil tendo como anos base 2013 e 2015 (EMPINOTTI *et al.*, 2014, 2016).

O estudo analisa os níveis de transparência com base no método INTRAG, uma iniciativa desenvolvida para o contexto espanhol e liderada pela *Transparency International*. O grau de transparência da gestão é verificado por meio da análise das informações disponíveis eletronicamente nas páginas oficiais dos órgãos gestores.

Originalmente o referido método era composto por um questionário de 80 questões. Já a pesquisa adaptada pela USP é composta por 65 perguntas distribuídas em seis temas: Informações sobre o sistema; Relações com o público e as partes interessadas; Transparência nos processos de planejamento; Transparência na gestão dos recursos e usos da água; Transparência econômico financeira; Transparência em contratos e licitações.

3

Avaliação de desempenho da execução do plano de trabalho dos contratos de gestão celebrados entre o Igam e as entidades equiparadas a agências de bacias - indicador 1: disponibilização de informações.

A avaliação da execução do contrato de gestão com as entidades equiparadas à agência de bacia em Minas Gerais é realizada anualmente pelo Igam, tendo como referências o Decreto nº 47.633/2019 e a Portaria IGAM nº 52/2019. Para isso, são considerados cinco indicadores previstos nos Programas de Trabalho dos referidos contratos.

Na construção da metodologia para o monitoramento da governança das águas de Minas Gerais, foi considerado o primeiro indicador **Disponibilização de Informações**, que possui oito temas estratificados em variáveis consideradas importantes para garantir a transparência na gestão: Comitês; Entidade Equiparada; Relação de Usuários em Cobrança; Cobrança e arrecadação; Centro de Documentação; Investimentos na bacia; Legislação de recursos hídricos e Contrato de Gestão.

Na avaliação dos contratos de gestão, também é verificada a disponibilidade das informações listadas nas páginas eletrônicas das agências de bacias.





Método aplicado no monitoramento da governança das águas em Minas Gerais

Como apresentado, o Monitoramento da Governança das Águas em Minas Gerais é composto por quatro dimensões¹, sendo que cada uma delas tem um componente, que se desdobra em indicadores, como pode ser observado a seguir.

Dimensão 1: Institucional Legal e Relações Intergovernamentais

Nesta dimensão são considerados os aspectos legais, as definições institucionais quanto às funções sistêmicas e as relações entre essas instituições, agregando-se, ainda, as observações da importância do tema água nas agendas políticas.

Componente:

Indicadores e índice de desempenho do componente “**Participação e Frequência de Representantes de Outras Políticas Públicas nos Comitês de Bacias e no Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais**”. Para este componente, as avaliações são desenvolvidas a partir da pesquisa sobre a participação e frequência nos registros das reuniões, com verificação do desempenho em termos percentuais da participação e frequência, permitindo, assim, inferir a inter-relação governamental na agenda das águas.

Dimensão 2: Capacidades Estatais

Neste conjunto estão reunidos os indicadores que permitem observar a capacidade operacional dos órgãos envolvidos na gestão dos recursos hídricos e a qualidade de suas equipes e burocracia.

Componente:

Indicadores e índice de desempenho do componente “**Composição Quali-Quantitativa da Equipe de Recursos Hídricos do Órgão Gestor**”, definida a partir da mensuração de demanda de pessoal realizada no Igam/MG em 2018/19. A avaliação desse componente considera a composição quali-quantitativa das equipes do Igam/MG, por áreas específicas (11 unidades administrativas), considerando, inclusive, as novas competências e estruturas organizacionais (Decreto nº 47.343/2018). O resultado é igualmente expresso em termos percentuais da capacidade operacional das áreas/Diretorias do órgão gestor.

¹Definidas por meio da Deliberação Normativa CERH-MG nº 61/2018.

Dimensão 3: Instrumentos de Gestão

Esta dimensão agrupa indicadores relacionados à avaliação da implementação dos instrumentos de gestão e da capacidade de suporte à gestão das Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos.

Componente:

Indicadores e índice de desempenho do componente **“Implementação de Planos Diretores de Recursos Hídricos”**, tratado neste relatório como **“Implementação dos Instrumentos de Gestão e Capacidade de Suporte à Gestão”**, conforme proposição metodológica desenvolvida por Mota (2018). A avaliação deste componente conta com a aplicação de 1.079 indicadores de implementação das ações estabelecidas em 30 Planos Diretores de Recursos Hídricos de Minas Gerais e de 936 indicadores de suporte à gestão das 36 Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos. No total, são avaliados 2.015 indicadores na dimensão 3. Os resultados são igualmente apresentados por índices que expressam em termos percentuais o grau de implementação dos Planos de Ações e a capacidade de suporte à gestão das UPGRH do estado, IPA e ISG, respectivamente.

Dimensão 4: Interação Estado-Sociedade

Para esta dimensão, são considerados indicadores que permitem avaliar a interação existente entre o Estado e a sociedade através da efetividade dos canais de participação propostos e da transparência

Componente:

Indicadores e índice de desempenho do componente **“Comunicação e Transparência na Gestão dos Recursos Hídricos”**. As avaliações para este componente são desenvolvidas com base no já citado método INTRAG, considerando 70 indicadores (variáveis) definidos para a avaliação do desempenho da comunicação e transparência na gestão, e o Indicador 1 'Disponibilização de Informações' dos contratos de gestão entre Igam e entidades equiparadas a agências de bacia. Os resultados são igualmente apresentados por um índice que expressa em termos percentuais a qualidade da comunicação e da transparência.



Aplicação do método

A avaliação do desempenho dos indicadores de cada componente de todas as dimensões é feita consoante a metodologia de Mota (2018), com a utilização de fichas de indicadores, matriz do índice de desempenho e matriz de governança. Ressalta-se que o estudo completo, com as fichas de indicadores e matrizes, será apresentado no capítulo 'Resultados do monitoramento de 2019' e no apêndice deste relatório. A seguir será apresentado o exemplo da avaliação do **Indicador 1 da Dimensão 2 - Capacidades Estatais** e do seu **Componente: Composição Quali-Quantitativa da Equipe de Recursos Hídricos do Órgão Gestor (QUADRO 1)**.

Quadro 1 – Modelo de Ficha de Indicadores (Dimensão 2)

COMPONENTE 2 – Composição Quali-Quantitativa da Equipe de Recursos Hídricos do Órgão Gestor		NOTA 1
INDICADOR 2.1 Capacidade Operacional do Gabinete		
Indicador de Desempenho		
0	A composição da equipe é menor que 25% da capacidade necessária	
0,25	A composição da equipe está entre 25% e 45% da capacidade necessária	
0,50	A composição da equipe está entre 46% e 65% da capacidade necessária	
0,75	A composição da equipe está entre 66% e 85% da capacidade necessária	
1	A composição da equipe é maior que 85% da capacidade necessária	

Fonte: Adaptado de MOTA (2018)

Observa-se no Quadro 1, que a avaliação do desempenho do indicador é expressa por meio de uma nota situada entre 0 e 1, em intervalos que variam de 0; 0,25; 0,50; 0,75 e 1. Esta variação é adotada para três dimensões: Institucional Legal e Relações Intergovernamentais, Capacidades Estatais e Instrumentos de Gestão. Para a dimensão Interação Estado-Sociedade, os intervalos adotados são: 0; 0,50 e 1.

É importante ressaltar que a 'Dimensão 2' é composta por 11 indicadores correspondentes às áreas/diretorias do órgão gestor de Minas Gerais – Igam. Assim, deve ser preenchida uma ficha para cada indicador, quais sejam:

Indicador 2.1 Capacidade operacional do **Gabinete**

Indicador 2.2 Capacidade operacional da **ASPRH**
Assessoria de Programas, Projetos e Pesquisa em Recursos Hídricos

Indicador 2.3 Capacidade operacional das **URGAS**
Unidades Regionais de Gestão Das Águas

Indicador 2.4 Capacidade operacional do **NAI**
Núcleos de Autos de Infração

Indicador 2.5 Capacidade operacional da **SEFHIDRO**
Coordenadoria da Secretaria Executiva do Fhidro

Indicador 2.6 Capacidade operacional da **Procuradoria**

Indicador 2.7 Capacidade operacional da **Auditoria**

Indicador 2.8 Capacidade operacional da **DGAS**
Diretoria de Gestão e Apoio ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos

Indicador 2.9 Capacidade operacional da **DPLR**
Diretoria de Planejamento e Regulação

Indicador 2.10 Capacidade operacional da **DMEC**
Diretoria de Operações e Eventos Críticos

Indicador 2.11 Capacidade operacional da **DIAF**
Diretoria de Administração e Finanças

Na sequência do procedimento, a nota de cada indicador é lançada na Matriz do Índice de Desempenho para verificação do percentual de alcance daquele componente, gerando o 'total alcançado' (TABELA 1). O 'total ótimo' que consta na barra lateral se refere ao valor máximo que cada indicador pode alcançar, ou seja, "1". Têm-se, ainda, a soma do 'total ótimo' que corresponde a "11" (total ótimo) X número de indicadores que o componente abriga, que neste exemplo seria "11". Já o 'percentual do ótimo (%)' é calculado da seguinte forma:

$$\text{Percentual do ótimo} = \frac{\text{Total alcançado}}{\text{Soma do "Total alcançado"}} \times 100$$

Tabela 1 - Matriz do Índice de Desempenho da Dimensão 2

Dimensão 2 Capacidades Estatais	GABINETE	NAJ	ASPRH	SEFHIDRO	PROCURADORIA	AUDITORIA	DGAS	URGAS	DPLR	DMEC	DIAF	Total Alcançado	Total Ótimo	Percentual do Ótimo (%)
Valor Alcançado													11	
Total Ótimo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	SITUAÇÃO DA DIMENSÃO 2 <input type="checkbox"/> ÓTIMA (91 a 100%) <input type="checkbox"/> BOA (71 a 90%) <input type="checkbox"/> RAZOÁVEL (51 a 70%) <input type="checkbox"/> RUIM (26 a 50%) <input type="checkbox"/> PÉSSIMA (0 a 25%)		
Percentual do Ótimo (%)														

Fonte: Adaptado de MOTA (2018)

Após o preenchimento da Matriz do Índice de Desempenho para cada dimensão, é preenchida a Matriz da Governança com os valores alcançados pelas dimensões, o que permite a avaliação geral da Governança do SEGRH/MG (TABELA 2).

Tabela 2 – Matriz da Governança do SEGRH de Minas Gerais

GOVERNANÇA	DIMENSÃO 1	DIMENSÃO 2	DIMENSÃO 3	DIMENSÃO 4	Total Alcançado	Total Ótimo	Percentual do Ótimo (%)
Valor Alcançado						1.818,5	
Total Ótimo	21	11	1.761,5	70	SITUAÇÃO DA GOVERNANÇA <input type="checkbox"/> ÓTIMA (91 a 100%) <input type="checkbox"/> BOA (71 a 90%) <input type="checkbox"/> RAZOÁVEL (51 a 70%) <input type="checkbox"/> RUIM (26 a 50%) <input type="checkbox"/> PÉSSIMA (0 a 25%)		
Percentual do Ótimo (%)							

Fonte: Adaptado de MOTA (2018)

Já o 'percentual do ótimo (%)' é calculado da seguinte forma:

$$\text{Percentual do ótimo} = \frac{\text{Total alcançado}}{\text{Soma do "Total alcançado"}} \times 100$$

Ao final, o desempenho da gestão é expresso por um índice, por dimensão da governança, correspondendo à avaliação anual da gestão das águas em Minas Gerais, expressa, também, por um Índice Geral da Governança do SEGRH/MG.

REFERÊNCIAS

CIFUENTES, M.; IZURIETA, A.; FARIA, H. H. **Medición de la efectividad del manejo de áreas protegidas**. Turrialba: UICN; WWF, 2000.

EMPINOTTI, V. *et al.* **Transparência na gestão de recursos hídricos no Brasil**. Working Paper 1. Laboratório de Pesquisa de Governança Ambiental – GovAmb/USP. 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Wilson_Sousa_Junior2/publication/281775901_Transparencia_na_gestao_dos_recursos_hidricos_no_Brasil/links/55f7f42a08ae07629dcdebc/Transparencia-na-gestao-dos-recursos-hidricos-no-Brasil.pdf. Acesso em: 22 maio 2019.

EMPINOTTI, V. *et al.* **Transparência na gestão de recursos hídricos no Brasil**. 2016. Disponível em: <https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2016/04/Estudo-Transpar%caancia-na-Gest%ca3o-dos-Recursos-H%ca3o-addricos.pdf>. Acesso em: 22 maio 2019.

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS - IGAM. **Contrato de Gestão 002/2012**, de 16 de dezembro de 2012, celebrado entre o Instituto Mineiro de Gestão das Águas e a Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo. Belo Horizonte, 2012. Documento interno. Disponível em: http://portalinfohidro.igam.mg.gov.br/images/contrato_gestao_002_2012.pdf. Acesso em: 22 maio 2019.

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS - IGAM. **Portaria nº 52, de 25 de outubro de 2019**. Estabelece procedimentos e normas para aplicação dos recursos, prestação e deliberação das contas com recurso da cobrança pelo uso de recursos hídricos, no âmbito das Agências de Bacias Hidrográficas e das Entidades a elas equiparadas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=50160>. Acesso em 22 mai. 2019.

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS - IGAM. **Portaria nº 60, de 14 de novembro de 2019**. Estabelece normas relativas aos procedimentos de seleção e de contratação de fornecedores e de pessoal para as entidades equiparadas às Agências de Bacia Hidrográficas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=50161>. Acesso em: 22 maio 2019.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 47.633, de 12 de abril de 2019**. Dispõe sobre os contratos de gestão firmados entre o Estado, representado pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas, e as Agências de Bacias Hidrográficas ou as entidades sem fins lucrativos a elas equiparadas, relativos à gestão de recursos hídricos de domínio do Estado e dá outras providências. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=47633&comp=&ano=2019>. Acesso em: 22 maio 2019.

MOTA, A. de O. **Proposição metodológica para avaliação da implementação de planos diretores de recursos hídricos**. 2018. 223 f. Dissertação (Mestrado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos) – Escola de Engenharia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-B9CM6J>. Acesso em: 22 mai. 2019.

PARTE II

RESULTADOS



RESULTADOS DO MONITORAMENTO 2019

Os resultados do monitoramento da governança da gestão das águas de Minas Gerais, em 2019, serão apresentados a seguir, considerando inicialmente cada uma das quatro dimensões já expostas na metodologia. Ao final, tem-se a matriz da governança com o resultado consolidado das quatro dimensões.

Dimensão 1 - Institucional Legal e Relações Intergovernamentais

Componente: *Participação e Frequência de Representantes de Outras Políticas Públicas nos Comitês de Bacias e no Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais*

Para a análise deste componente, é avaliada a frequência dos representantes do poder público estadual (PPE) e do poder público municipal (PPM) nas reuniões do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH-MG) e dos comitês de bacias hidrográficas (CBHs), permitindo, assim, inferir a inter-relação governamental na agenda da água.

Participação no CERH

Para o caso da participação no CERH, os indicadores e o índice são obtidos a partir de uma média simples anual. O cálculo considera o número de presenças dos membros dos segmentos analisados e o número total de reuniões realizadas, obtendo, assim, o percentual de participação de cada entidade, bem como dos segmentos.



A Tabela 3 apresenta o registro de frequência nas três reuniões do plenário do CERH que foram realizadas em 2019 e o percentual de participação.

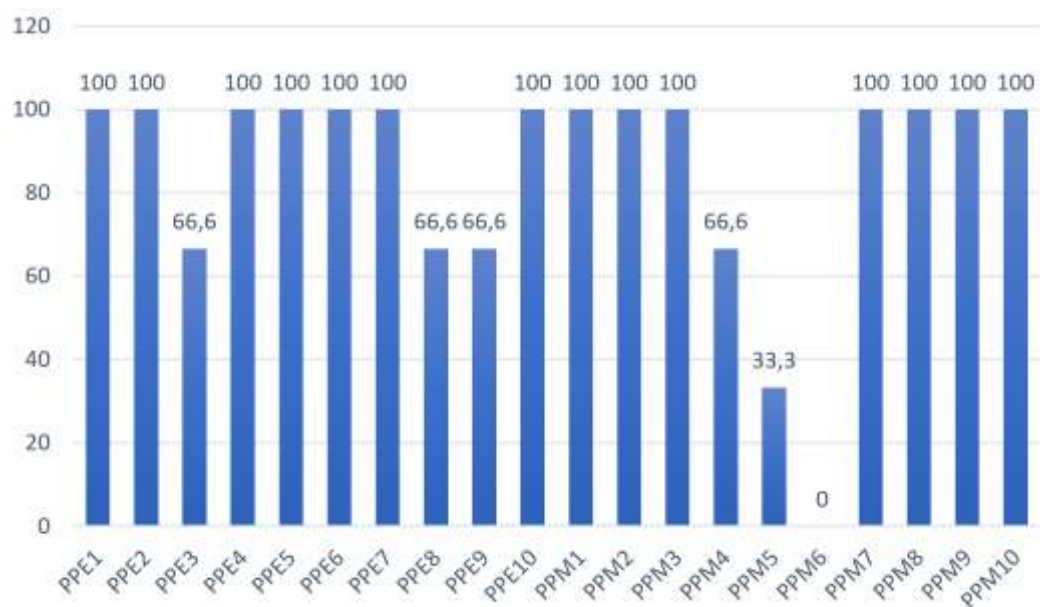
Tabela 3 – Participação e frequência de representantes dos poderes públicos estadual e municipal no CERH em 2019

PARTICIPAÇÃO E FREQUÊNCIA DE REPRESENTANTES DE OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CERH/MG			
Entidades	Ausências	Presenças	Percentual participação
PPE1	-	3	100
PPE2	-	3	100
PPE3	1 (13/12/2019)	2	66,6
PPE4	-	3	100
PPE5	-	3	100
PPE6	-	3	100
PPE7	-	3	100
PPE8	1 (17/06/2019)	2	66,6
PPE9	1 (17/06/2019)	2	66,6
PPE10	-	3	100
PPM1	-	3	100
PPM2	-	3	100
PPM3	-	3	100
PPM4	1 (23/04/2019)	2	66,6
PPM5	2 (23/04 e 13/12/2019)	1	33,3
PPM6	3 (23/04, 17/06 e 13/12/2019)	-	0
PPM7	-	3	100
PPM8	-	3	100
PPM9	-	3	100
PPM10	-	3	100
TOTAL	9	51	85

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

No Gráfico 1 tem-se a representação do percentual dessa participação.

Gráfico 1 – Percentual de participação dos poderes públicos estadual e municipal no CERH em 2019

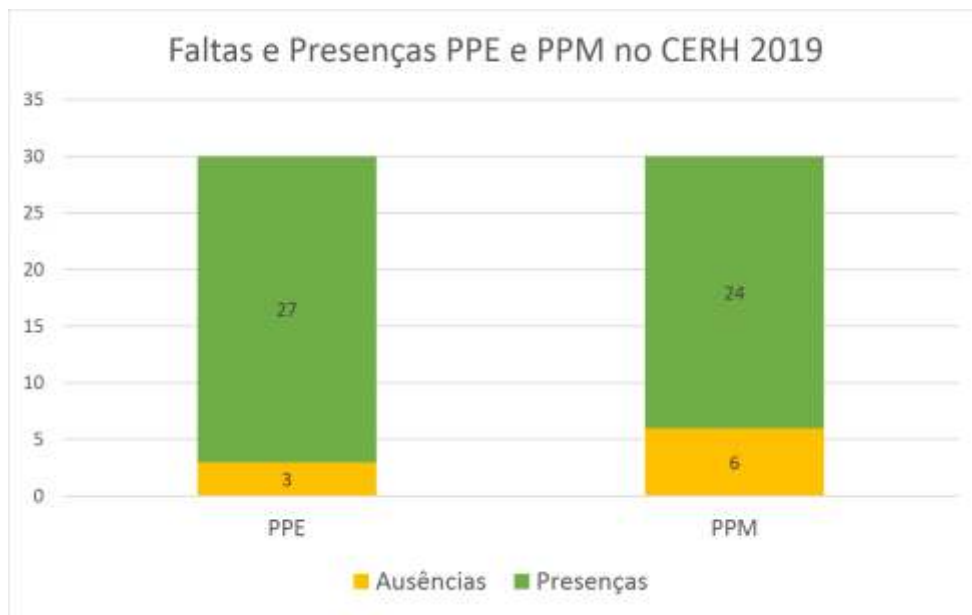


Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Os resultados mostram um percentual de participação de **90% para o segmento PPE** e de **80% para o PPM**.

O Gráfico 2 mostra a correlação entre as presenças e as ausências por segmentos no ano de 2019.

Gráfico 2 – Correlação entre presenças e ausências dos poderes públicos estadual e municipal no CERH em 2019



Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

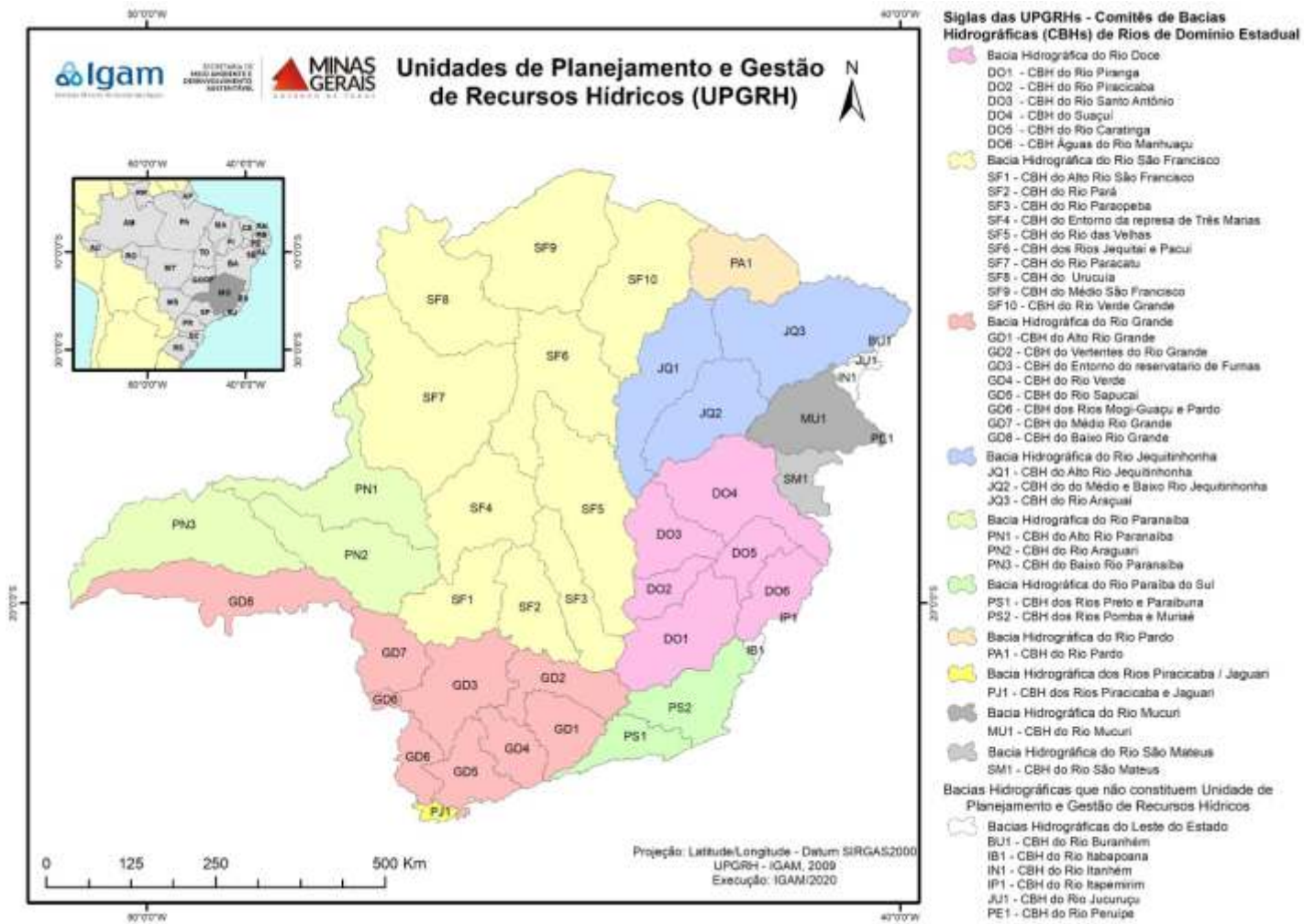
PARTICIPAÇÃO NOS COMITÊS DE BACIAS

Para análise deste tópico, foi considerada a participação dos conselheiros nas reuniões dos 36 comitês de bacias hidrográficas (CBHs) instituídos em Minas Gerais (MAPA 1).



RESULTADOS

Mapa 1 – Mapa dos comitês de bacias hidrográficas de Minas Gerais



Fonte: Igam (2020)

O cálculo foi realizado a partir da proporção de participação dos membros do Poder Público Estadual e do Poder Público Municipal (PPE+PPM) em relação ao total de vagas existentes em cada CBH, que é variável conforme definição nos respectivos regimentos internos. Para se obter o total de possibilidades de participação, o número de vagas dos citados segmentos foi multiplicado pelo respectivo número de reuniões realizadas durante o ano. As fórmulas utilizadas para este cálculo serão apresentadas a seguir.

É importante ressaltar que durante a análise sobre a participação dos conselheiros nas reuniões dos comitês de bacias, percebeu-se que há grande variação no número de reuniões realizadas pelos colegiados ao longo do ano, com amplitude de duas até dez reuniões registradas em 2019.

Apesar da paridade de vagas entre os setores dentro de um comitê, essa variação no número de reuniões faz com que a interpretação da proporção de participação entre os comitês seja prejudicada. Isso porque se há um total de 9 vagas para cada segmento no Comitê do Rio Araguari e 10 vagas no Comitê do Rio Pará, ao multiplicar esse total pelo número de reuniões realizadas por esses comitês (10 reuniões e 2 reuniões, respectivamente), o total de participações passa a ser de 90 possibilidades para o Comitê do Rio Araguari e 20 no caso do Comitê do Rio Pará. Consequentemente, a presença de um único conselheiro corresponde a apenas 1,1% para o Comitê do Rio Araguari, enquanto para o Comitê do Rio Pará essa presença corresponderia a 5%.

Com o objetivo de reduzir essas distorções, a proporção da participação dos conselheiros em cada comitê foi multiplicada pela fração de reuniões realizadas em cada colegiado, considerando o número máximo de reuniões, que, em 2019, correspondeu a 10. Como essa fração de ponderação dá um maior peso para um único comitê que realizou 10 reuniões, foi utilizado o número mediano (3,5 reuniões) como ponto de corte para o cálculo. Dessa forma, a proporção de participação dos conselheiros em um comitê que realizou:

- 2 reuniões foi multiplicada pela fração de ponderação de 0,57 (duas reuniões dentre 3,5 reuniões);
- 3 reuniões foi multiplicada pela fração de ponderação de 0,86 (três reuniões dentre 3,5 reuniões);
- 4 ou mais reuniões foi multiplicada pela fração de ponderação igual a 1.

O resultado assim obtido foi expresso em termos percentuais, considerando a média das 36 proporções de participação multiplicadas pelas respectivas frações de ponderação, e posterior lançamento na Ficha do Indicador correspondente (Participação nos CBHs) para fins de obtenção da nota do desempenho a ser, por último, lançada na Matriz final do Índice da Dimensão 1.



1) Proporção de presença nas reuniões realizadas por comitê.

Para o cálculo dessa proporção, primeiramente, foi calculado, para cada comitê, o número possível de presenças, caso todos os membros tivessem participado de todas reuniões (T):

Número possível de presenças = (Número de membros) x (Total de reuniões), ou seja,

$$\mathbf{NP = M \times T}, \text{ onde:}$$

NP é o número possível de presenças;

M é o número de membros;

T o total de reuniões do comitê;

Na sequência, foi calculada a proporção de presenças, considerando o número efetivo de participantes:

Proporção de presenças = (número efetivo de participantes)/(número possível de presenças), ou seja,

$$\mathbf{PP = NE/NP}, \text{ onde:}$$

PP é a proporção de presenças;

NE é o número de efetivo de participantes;

NP é o número possível de presenças;

2) Índice de presença nas reuniões realizadas por comitê.

Como registrado anteriormente, o número de reuniões realizadas por cada um dos 36 comitês variou de 2 a 10 reuniões em 2019, sendo que o valor mediano corresponde a 3,5 reuniões. Para o cálculo do índice de presença nas reuniões, primeiramente, foi calculado o fator de ponderação referente ao valor mediano do número de reuniões:

Fator de ponderação = (total de reuniões do comitê)/(Valor mediano do número de reuniões), ou seja,

$$\mathbf{F = T/3,5}, \text{ onde:}$$

F é a o fator de ponderação

T é o total de reuniões do comitê

Na sequência, foi calculada o índice de presenças:

Índice de presença = (proporção de presença) x (fator de ponderação), ou seja,

$$\mathbf{IP = PP \times F}$$

A seguir será apresentado o registro de participação dos membros, por comitê, bem como os resultados alcançados a partir da aplicação das fórmulas apresentadas (TABELA 4).

RESULTADOS

Tabela 4 – Representação da participação – PPE + PPM nos 36 CBHs em 2019

Sigla	Comitê de Bacia Hidrográfica	Faltas PPE	Faltas PPM	Faltas Usuários	Faltas Sociedade Civil	Número de vagas PODER PÚBLICO FEDERAL	Número de vagas PODER PÚBLICO ESTADUAL	Número de vagas PODER PÚBLICO MUNICIPAL	Número de vagas USUÁRIOS	Número de vagas SOCIEDADE CIVIL	TOTAL DE VAGAS	Total de reuniões (T)	Número de membros PPE+PPM (M)	Número possível de presenças (NP = M x T)	Número efetivo de participantes PPE+PPM, considerando todas as reuniões (NE)	Proporção de presenças PPE+PPM (PP = NE/NP)	Fator de ponderação (F = T / 3,5), onde 3,5 é o número mediano de reuniões	Índice de presença (IP = PP x F)
DO1	CBH do Rio Piranga	7	8	13	10	X	9	9	9	9	36	1	18	54	39	0,72	0,86	0,62
DO2	CBH do Rio Piracicaba	11	1	3	7	X	9	9	9	9	36	4	18	72	60	0,83	1,00	0,83
DO3	CBH do Rio Santo Antônio	10	10	7	7	X	9	9	9	9	36	1	18	54	34	0,63	0,86	0,54
DO4	CBH do Rio Suaçu	10	8	10	9	X	9	9	9	9	36	1	18	54	36	0,67	0,86	0,57
DO5	CBH do Rio Caratinga	7	6	4	5	X	9	9	9	9	36	2	18	36	23	0,64	0,57	0,37
DO6	CBH das Águas do Rio Manhuaçu	17	8	8	3	X	9	9	9	9	36	4	18	72	22	0,31	1,00	0,31
GD1	CBH do Alto Rio Grande	5	9	15	14	X	6	6	6	6	24	1	12	60	46	0,77	1,00	0,77
GD2	CBH Vertentes do Rio Grande	4	8	5	4	X	4	4	4	4	16	1	8	40	28	0,70	1,00	0,70
GD3	CBH do Entorno do Lago de Furnas	10	9	2	6	X	6	6	6	6	24	1	12	36	17	0,47	0,86	0,40
GD4	CBH do Rio Verde	10	17	17	11	X	12	12	12	12	48	1	24	72	43	0,63	0,86	0,54
GD5	CBH do Rio Sapucaí	9	2	8	7	X	7	7	7	7	28	2	14	28	17	0,61	0,57	0,35
GD6	CBH dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo	18	21	14	12	X	10	10	10	10	40	1	20	100	61	0,61	1,00	0,61
GD7	CBH dos Afluentes Mineiros do Médio Rio Grande	16	15	13	18	X	8	8	8	8	32	1	16	96	65	0,68	1,00	0,68
GD8	CBH dos Afluentes Mineiros do Baixo Rio Grande	5	9	4	4	X	8	8	8	8	32	2	16	32	18	0,56	0,57	0,32
JQ1	CBH dos Afluentes Mineiros do Alto Jequitinhonha	3	6	3	7	X	6	6	6	6	24	2	12	24	15	0,63	0,57	0,36
JQ2	CBH do Rio Araçuaí	15	9	17	11	X	6	6	6	6	24	1	12	60	36	0,60	1,00	0,60
JQ3	CBH do Médio e Baixo Jequitinhonha	6	7	7	5	X	6	6	6	6	24	1	12	36	23	0,64	0,86	0,55
MU1	CBH do Rio Mucuri	2	15	9	4	X	5	5	5	5	20	1	10	60	43	0,72	1,00	0,72
PA1	CBH do Rio Mosquito e demais Afluentes Mineiros do Rio Pardo	18	11	15	4	X	7	7	7	7	28	4	14	56	27	0,48	1,00	0,48
PA1	CBH dos Rios Piracicaba e Jaguari	9	6	2	6	X	3	3	3	3	12	1	6	30	15	0,50	1,00	0,50
PN1	CBH dos Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba	4	1	1	5	X	8	8	8	8	32	2	16	32	27	0,84	0,57	0,48
PN2	CBH do Rio Araguari	18	18	12	14	X	9	9	9	9	36	10	18	180	144	0,80	1,00	0,80
PN3	CBH dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba	2	5	3	2	X	8	8	8	8	32	2	16	32	25	0,78	0,57	0,45
PS1	CBH dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna	16	10	8	9	X	6	6	6	6	24	1	12	72	46	0,64	1,00	0,64
PS2	CBH dos Afluentes Mineiros dos Rios Pomba e Muriaé	4	4	3	3	X	4	4	4	4	16	1	8	24	16	0,67	0,86	0,57
SF1	CBH dos Afluentes do Alto São Francisco	12	14	15	9	X	8	8	8	8	32	4	16	64	38	0,59	1,00	0,59
SF10	CBH do Rio Verde Grande	3	4	14	5	X	6	6	6	6	24	2	12	24	17	0,71	0,57	0,40
SF2	CBH do Rio Pará	5	8	7	7	X	10	10	10	10	40	2	20	40	27	0,68	0,57	0,39
SF3	CBH do Rio Paraopeba	22	18	4	14	X	8	8	9	9	36	5	16	80	40	0,50	1,00	0,50
SF4	CBH do Entorno da Represa de Três Marias	7	5	3	13	X	6	6	6	6	24	4	12	48	36	0,75	1,00	0,75
SF5	CBH do Rio das Velhas	10	7	8	3	X	7	7	7	7	28	1	14	56	39	0,70	1,00	0,70
SF6	CBH dos Rios Jequitai e Pacuí	3	7	4	7	X	6	6	6	6	24	4	12	48	38	0,79	1,00	0,79
SF7	CBH Mineira do Rio Paracatu	8	11	6	8	X	6	6	6	6	24	7	12	84	65	0,77	1,00	0,77
SF8	CBH Mineiro do Rio Urucuaí	5	5	2	4	X	6	6	6	6	24	2	12	24	14	0,58	0,57	0,33
SF9	CBH dos Afluentes Mineiros do Médio São Francisco	5	8	9	8	X	6	6	6	6	24	1	12	36	23	0,64	0,86	0,55
SM1	CBH do Rio São Mateus	4	6	6	2	X	5	5	5	5	20	1	10	30	20	0,67	0,86	0,57
	Total de faltas em 138 reuniões	320	316	281	273		4	257	257	268	262	1048	198	514	1946	1.285	65,25% Média	55,8% Média
												Mediana	3,5					

Fonte: elaborada pelos autores (2020)

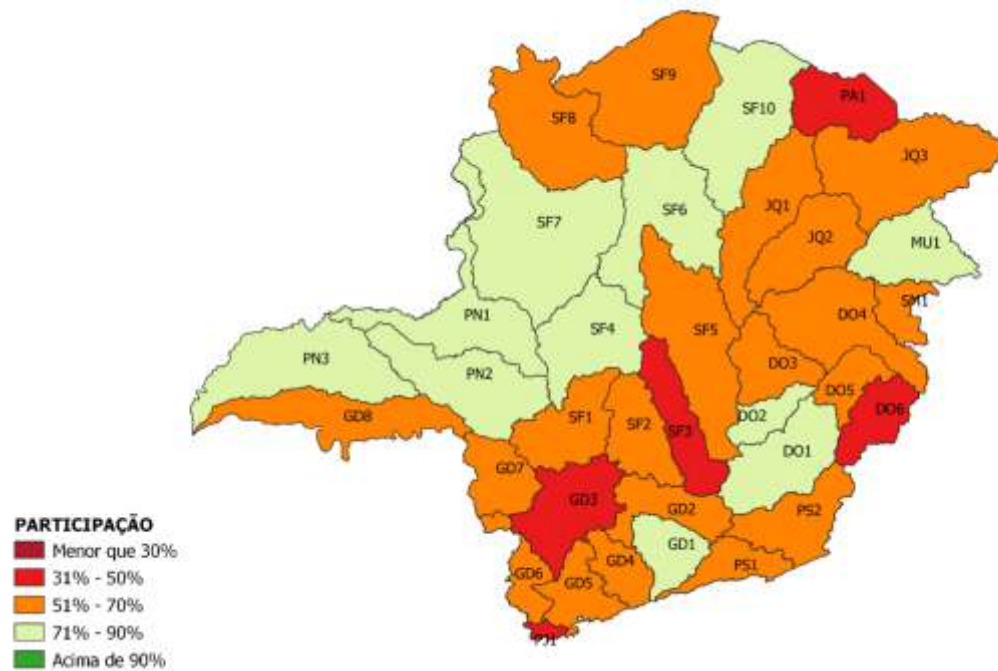
Os dados registrados na tabela – número de membros (PPE+PPM), de reuniões e frequências, dentre outros, foram a base para construção dos resultados que serão apresentados nos Mapas 2 e 3 que mostram a distribuição espacializada das participações do poder público, por CBH, com a comparação das duas metodologias de cálculo, sendo a média simples e média ponderada, com os seguintes intervalos de desempenho:

- 1** A frequência de presença dos conselheiros titulares ou suplentes nas reuniões ordinárias e extraordinárias foi menor que 30% na média dos últimos 12 meses, evidenciado em **vermelho** – nota 0.
- 2** A frequência de presença dos conselheiros titulares ou suplentes nas reuniões ordinárias e extraordinárias foi de 31% a 50% na média dos últimos 12 meses, evidenciado em **marrom** – nota 0,25.
- 3** A frequência de presença dos conselheiros titulares ou suplentes nas reuniões ordinárias e extraordinárias foi de 51% a 70% na média dos últimos 12 meses, evidenciado em **amarelo** – nota 0,50.
- 4** A frequência de presença dos conselheiros titulares ou suplentes nas reuniões ordinárias e extraordinárias foi de 71% a 90% na média dos últimos 12 meses, evidenciado em **verde claro** – nota 0,75.
- 5** A frequência de presença dos conselheiros titulares ou suplentes nas reuniões ordinárias e extraordinárias foi maior que 90% na média dos últimos 12 meses, evidenciado em **verde** - nota 1.

É importante destacar que esse tratamento dos dados coletados ao longo do ano objetiva apresentar uma medida do cenário da inter-relação setorial existente na agenda das águas, com foco nas instâncias colegiadas de formulação e execução da gestão das águas.

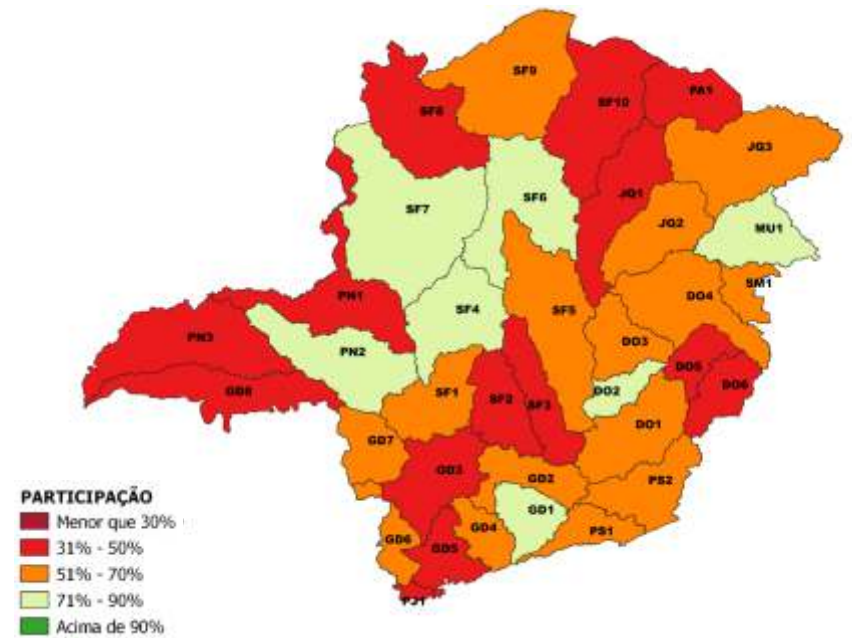
RESULTADOS

Mapa 2 – Média simples da frequência de participação dos conselheiros por CBH - PPE + PPM em 2019



Fonte: Igam, 2020

Mapa 3 – Média ponderada da frequência de participação dos conselheiros por CBH - PPE + PPM em 2019



Fonte: Igam, 2020

Como apresentado anteriormente, os mapas mostram a distribuição espacializada das participações PPE+PPM, por CBH, com a comparação das duas metodologias de cálculo - média simples e média ponderada.

Esta comparação permite observar como o tratamento ponderado dos dados revela situação diferente das participações médias dos representantes, modificando a expressão das frequências quando considerada a mediana calculada para o número de reuniões realizadas pelo conjunto de CBHs no ano de monitoramento.

Em outras palavras, a utilização da média simples pode provocar distorção na análise de desempenho, pois iguala situações extremamente diferentes, como é o caso da variação do número de reuniões identificado em 2019 (2 a 10). Utilizando a média simples, por exemplo, o índice de participação classificada como boa - entre 71 e 90% acontece em 11 CBHs, enquanto na análise ponderada, apenas 07 CBHs estariam nesta classificação. A ponderação, portanto, permite corrigir estas distorções, ensejando reflexões a respeito das dinâmicas distintas entre os comitês de bacias.

Além dessas análises ponderadas, são apresentadas, graficamente, informações sobre as participações por comitê, assim como uma comparação entre os setores públicos, usuários e sociedade civil no Apêndice A.

Embora a apresentação da análise de todos os segmentos não tenha sido considerada na metodologia, a comparação entre os quatro setores (PPE, PPM, Usuários e Sociedade Civil), trazem elementos adicionais para a análise da frequência que poderão ser aproveitados nas discussões entre os CBHs e demais entes do SEGRH no aprimoramento da gestão participativa.

Conforme apresentado na Tabela 5, para a comparação foram considerados os números absolutos de ausências registradas no total de presenças possíveis (n° de representantes dos setores X n° de reuniões realizadas), por Comitê.



Tabela 5 - Número de ausências geral, considerando o total de todos os segmentos

Sigla	Comitê de Bacia Hidrográfica	Faltas PPE	Faltas PPM	Faltas Usuários	Faltas Sociedade Civil
DO1	CBH do Rio Piranga	7	8	13	16
DO2	CBH do Rio Piracicaba	11	1	3	7
DO3	CBH do Rio Santo Antônio	10	10	7	7
DO4	CBH do Rio Suaçuí	10	8	10	9
DO5	CBH do Rio Caratinga	7	6	4	5
DO6	CBH das Águas do Rio Manhuaçu	17	8	8	3
GD1	CBH do Alto Rio Grande	5	9	15	14
GD2	CBH Vertentes do Rio Grande	4	8	5	4
GD3	CBH do Entorno do Lago de Furnas	10	9	2	6
GD4	CBH do Rio Verde	10	17	17	11
GD5	CBH do Rio Sapucaí	9	2	8	7
GD6	CBH dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo	18	21	14	12
GD7	CBH dos Afluentes Mineiros do Médio Rio Grande	16	15	13	18
GD8	CBH dos Afluentes Mineiros do Baixo Rio Grande	5	9	4	4
JQ1	CBH dos Afluentes Mineiros do Alto Jequitinhonha	3	6	3	7
JQ2	CBH do Rio Araçuaí	15	9	17	11
JQ3	CBH do Médio e Baixo Jequitinhonha	6	7	7	5
MU1	CBH do Rio Mucuri	2	15	9	4
PA1	CBH do Rio Mosquito e demais Afluentes Mineiros do Rio Pardo	18	11	15	4
PJ1	CBH dos Rios Piracicaba e Jaguari	9	6	2	6
PN1	CBH dos Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba	4	1	1	5
PN2	CBH do Rio Araguaari	18	18	12	14
PN3	CBH dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba	2	5	3	2
PS1	CBH dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna	16	10	8	9
PS2	CBH dos Afluentes Mineiros dos Rios Pomba e Murisê	4	4	3	3
SF1	CBH dos Afluentes do Alto São Francisco	12	14	15	9
SF10	CBH do Rio Verde Grande	3	4	14	5
SF2	CBH do Rio Pará	5	8	7	7
SF3	CBH do Rio Paraopeba	22	18	4	14
SF4	CBH do Entorno da Represa de Três Marias	7	5	3	13
SF5	CBH do Rio das Velhas	10	7	8	3
SF6	CBH dos Rios Jequitaí e Pacuí	3	7	4	7
SF7	CBH Mineira do Rio Paracatu	8	11	6	8
SF8	CBH Mineiro do Rio Urucuia	5	5	2	4
SF9	CBH dos Afluentes Mineiros do Médio São Francisco	5	8	9	8
SM1	CBH do Rio São Mateus	4	6	6	2
	Total de faltas em 138 reuniões	320	316	281	273

Fonte: Elaborada pelos autores (2020)

Quanto ao resultado final da avaliação do componente da Dimensão 1, é necessário destacar que há uma diluição do desempenho verificado para a articulação intersetorial nos CBHs na Matriz do índice da Dimensão, uma vez que, segundo a metodologia adotada, as participações nos CBHs estão, ao final, expressas por somente um indicador dentre os 21 previstos.

Os 20 primeiros indicadores referem-se às entidades participantes do CERH, sendo o 21º indicador a expressão média ponderada de participação de todas as representações das políticas públicas nos 36 CBHs. Portanto, para fins de análise e interpretação, optou-se por fazer a apresentação dos resultados também de forma desagregada, de modo a permitir a apreensão do desempenho do componente considerando os CBHs isoladamente.

Para o cálculo final do índice da governança da Dimensão 1 foram considerados os resultados do desempenho dos indicadores do CERH/MG, lançados em uma matriz específica, considerada como um subíndice da Dimensão 1. O mesmo procedimento foi adotado para o indicador dos CBHs, com obtenção de nota de desempenho em matriz também específica, para, ao final, apurar a nota e índice da Dimensão 1. O referido índice corresponde à média dos dois resultados. Nesse sentido, registra-se aqui a necessidade de avaliar este procedimento em uma futura revisão da metodologia, podendo-se optar pela definição de 2 subcomponentes avaliados separadamente – CERH e CBHs – para fins de apuração de desempenho da participação e frequência.

Nesse procedimento, foram obtidos os seguintes resultados:

- ✓ Índice de desempenho do componente considerando somente os CBHs pela **média ponderada: 55,8% - classe Razoável**
- ✓ Índice de desempenho do componente considerando somente o CERH/MG, sem os CBHs: **81,25% - classe Boa**
- ✓ Índice final calculado considerando os CBHs e o CERH/MG na mesma Matriz: **79,7% - classe Boa**
- ✓ Índice final calculado pela soma dos dois sub-componentes: **68,52% - classe Razoável**

A Matriz da Tabela 6 a seguir apresenta os resultados considerando o indicador 21, que mede o desempenho dos CBHs juntamente com o CERH/MG.



RESULTADOS

Tabela 6 - Ficha de Indicadores da Dimensão 1 - Institucional Legal e Relações Intergovernamentais

Dimensão 1	INDICADOR 1	INDICADOR 2	INDICADOR 3	INDICADOR 4	INDICADOR 5	INDICADOR 6	INDICADOR 7	INDICADOR 8	INDICADOR 9	INDICADOR 10	INDICADOR 11	INDICADOR 12	INDICADOR 13	INDICADOR 14	INDICADOR 15	INDICADOR 16	INDICADOR 17	INDICADOR 18	INDICADOR 19	INDICADOR 20	INDICADOR 21	Total Alcançado	Total Ótimo	Percentual do Ótimo (%)	
	1	1	0,5	1	1	1	1	0,5	0,5	1	1	1	1	0,5	0,25	0	1	1	1	1	1	0,5	16,75	21	79,7
	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	SITUAÇÃO DA DIMENSÃO 1 <input type="checkbox"/> ÓTIMA (91 a 100%) <input checked="" type="checkbox"/> BOA (71 a 90%) <input type="checkbox"/> RAZOÁVEL (51 a 70%) <input type="checkbox"/> RUIM (26 a 50%) <input type="checkbox"/> PÉSSIMA (0 a 25%)		
	100	100	50	100	100	100	100	50	50	25	100	100	100	50	25	0	100	100	100	100	100	50			

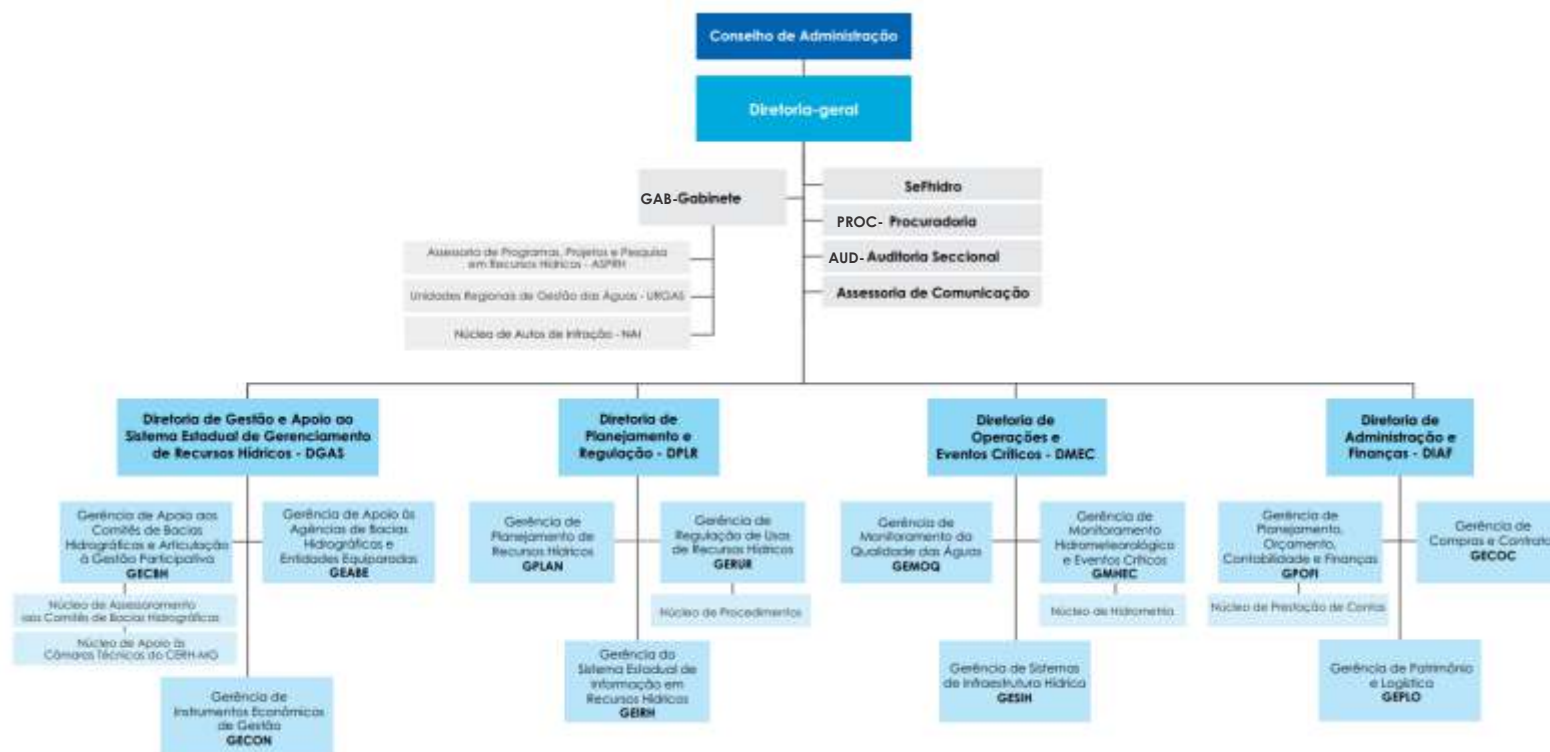
Fonte: Adaptado de Mota (2018)

Dimensão 2 - Capacidades Estatais

Componente: Composição Quali-Quantitativa da Equipe de Recursos Hídricos do Órgão Gestor

O objetivo desta dimensão é avaliar a capacidade operacional do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) - entidade gestora do SEGRH, considerando a composição quali-quantitativa de suas equipes técnicas, de acordo com a nova estrutura definida no Decreto Estadual nº 47.343, de 23 de janeiro de 2018. O método de avaliação consiste na comparação entre a atual composição das unidades técnico-administrativas do Igam (ORGANOGRAMA 1) e a condição ideal para o atendimento das demandas da gestão, considerando o quantitativo de pessoal.

Organograma 1 - Organograma do Igam



Fonte: Igam (2019)

Nesse sentido, foram realizadas duas rodadas de pesquisa direta com todas as áreas para fins de avaliação e identificação dos perfis técnicos atualmente existentes e aqueles necessários à complementação das diversas equipes atuantes no órgão gestor. A diferença entre as duas condições – a atual e a ideal projetada – gerou o valor correspondente à demanda de pessoal, que foi considerada posteriormente em termos percentuais.

Na Tabela 7, tem-se a composição das equipes do Igam em 2019, em termos numéricos, considerando o levantamento realizado no último trimestre, incluindo a equipe atual, a ideal e a demanda de pessoal, bem como o percentual alcançado em relação à composição de equipe ideal. Por exemplo, o Gabinete já alcançou o valor de 100% de sua equipe ideal, considerando que não apresenta demanda de pessoal. O NAI, em contrapartida, alcançou o percentual de 28,60% da composição da equipe ideal, uma vez que tem apenas duas pessoas de uma equipe ideal projetada com sete profissionais.

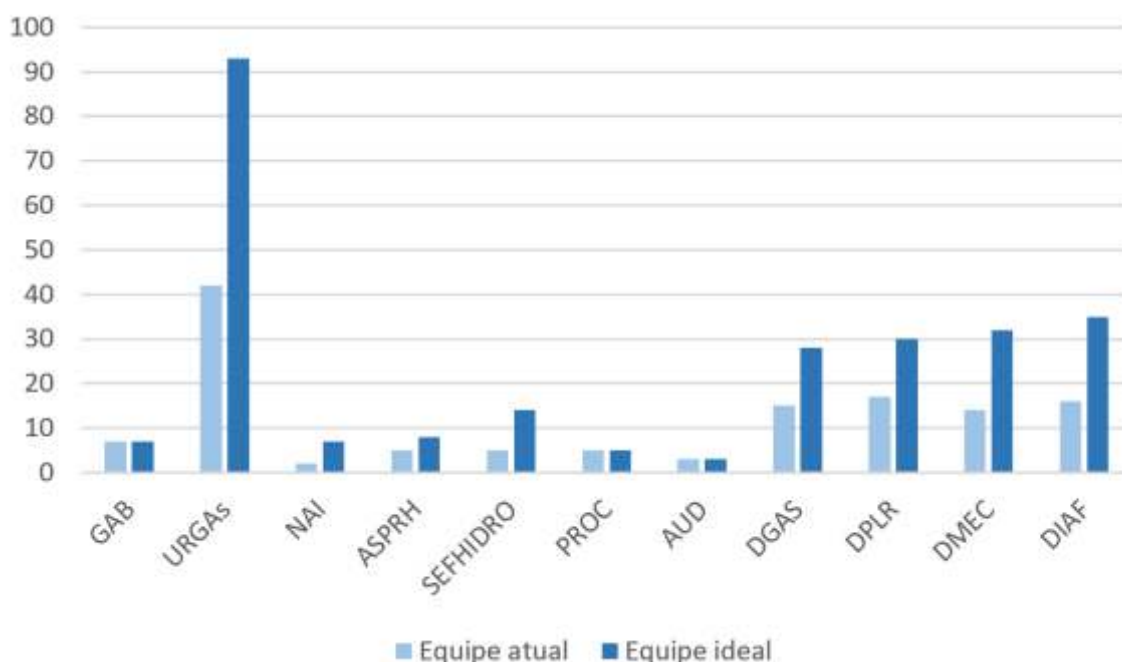
Tabela 7 - Equipe atual e a projeção de ampliação proposta

Capacidade Igam	Equipe atual	Equipe Ideal	Demanda de pessoal	Percentual do alcance
GAB	7	7	0	100%
URGAs	42	93	51	45,20%
NAI	2	7	5	28,60%
ASPRH	5	8	3	62,50%
SEFHIDRO	5	14	9	35,70%
PROC	5	5	0	100%
AUD	3	3	0	100%
DGAS	15	28	13	53,60%
DPLR	17	30	13	56,70%
DMEC	14	32	18	43,80%
DIAF	16	35	19	45,71%
TOTAL	145	276	131	52,53%

Fonte: Elaborada pelos autores (2020)

No Gráfico 3, é possível visualizar de maneira espacializada a lacuna entre a equipe atual e a ideal, por unidade.

Gráfico 3 – Equipe atual X equipe ideal das unidades administrativas do Igam



Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

Com os valores percentuais estabelecidos, foram atribuídas as notas nas Fichas de Indicadores específicas para cada uma das 11 áreas operacionais do Igam, considerando os intervalos (QUADRO 2).

Quadro 2 – Modelo de Ficha de Indicadores da Dimensão 2

COMPONENTE 2 – Composição Quali-Quantitativa da Equipe de Recursos Hídricos do Órgão Gestor		NOTA 1
INDICADOR 2.1 Capacidade Operacional do Gabinete		
Indicador de Desempenho		
0	A composição da equipe é menor que 25% da capacidade necessária	
0,25	A composição da equipe está entre 25% e 45% da capacidade necessária	
0,50	A composição da equipe está entre 46% e 65% da capacidade necessária	
0,75	A composição da equipe está entre 66% e 85% da capacidade necessária	
1	A composição da equipe é maior que 85% da capacidade necessária	

Fonte: Elaborada pelos autores (2019)

Assim, conforme apresentado na Tabela 8, foram atribuídas “notas do desempenho” para cada unidade do Igam.

Tabela 8 – Equipe atual, equipe ideal

Capacidade Igam	Equipe atual	Equipe ideal	Demanda de pessoal	Percentual do alcance	Nota do desempenho
GAB	7	7	0	100%	1
URGAs	42	93	51	45,20%	0,5
NAI	2	7	5	28,60%	0,25
ASPRH	5	8	3	62,50%	0,5
SEFHIDRO	5	14	9	35,70%	0,25
PROC	5	5	0	100%	1
AUD	3	3	0	100%	1
DGAS	15	28	13	53,60%	0,5
DPLR	17	30	13	56,70%	0,5
DMEC	14	32	18	43,80%	0,25
DIAF	16	35	19	45,71%	0,5
Total	145	276	131	52,53%	6,25

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

Na sequência, as notas de desempenho foram inseridas na matriz de avaliação de desempenho das áreas e de obtenção do índice da Dimensão 2 (TABELA 9).

O resultado final revela uma condição situada no nível considerado razoável (51 a 70%) pela metodologia, alcançando 59,1% do total ótimo previsto.

Destaca-se, entretanto, o peso exercido pela estrutura ainda insuficiente das novas áreas criadas pelo Decreto nº 47.343/2018, com destaque para a necessidade de recomposição das áreas mais técnicas, especialmente as nove Urgas, que demandam um número significativo de 51 profissionais especialistas, representando 38,93% da demanda total de ampliação de pessoal técnico do órgão gestor.

RESULTADOS

Tabela 9 - Ficha de Indicadores da Dimensão 2 - Capacidades Estatais

Dimensão 2 Capacidades Estatais	GABINETE	NAI	ASPRH	SEFHIDRO	PROCURADORIA	AUDITORIA	DGAS	URGAS	DPLR	DMEC	DIAF	Total Alcançado	Total Ótimo	Percentual do Ótimo (%)
Valor Alcançado	1	0,25	0,50	0,25	1	1	0,50	0,50	0,50	0,25	0,50	6,25	11	56,8
Total Ótimo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	SITUAÇÃO DA DIMENSÃO 2 <input type="checkbox"/> ÓTIMA (91 a 100%) <input type="checkbox"/> BOA (71 a 90%) <input checked="" type="checkbox"/> RAZOÁVEL (51 a 70%) <input type="checkbox"/> RUIM (26 a 50%) <input type="checkbox"/> PÉSSIMA (0 a 25%)		
Percentual do Ótimo (%)	100	25	50	25	100	100	50	50	50	25	50			

Fonte: Adaptado de Mota (2018)

Dimensão 3 – Instrumentos de gestão

Componente: *Implementação dos Planos Diretores, aqui tratado como “Implementação dos Instrumentos de Gestão e Capacidade de Suporte à Gestão”*

O objetivo desta dimensão é avaliar a implementação dos instrumentos de gestão e da capacidade de suporte à gestão das Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos de Minas Gerais. Neste sentido, foram avaliados 2 índices: o Índice de Implementação dos Planos de Ações (IPA) e o Índice de Suporte à Gestão (ISG).

O Índice de Implementação dos Planos de Ações (IPA) foi aplicado nos 30 Planos Diretores de Recursos Hídricos existentes em Minas Gerais em 2018, ano base utilizado nesta dimensão devido à boa disponibilidade de dados desse período. No total, 1.079 indicadores foram avaliados, considerando que para cada ação dos PDRHs foi definido um indicador correspondente, fator que favorece a aproximação dos resultados da realidade.

A aplicação dos indicadores de implementação dos Planos Diretores de Recursos Hídricos conta com a colaboração dos comitês de bacias hidrográficas e das agências de bacia, devido ao seu potencial de conhecimento das atividades em andamento nas suas áreas de atuação. No entanto, os resultados são comprometidos pelo baixo percentual de respostas recebidas e pela inexistência de bancos de dados consolidados com informações sobre todas as ações em execução pelos diversos entes presentes nas bacias hidrográficas.

Os comitês das UPGRHs SF6, DO4, DO5, JQ1 e JQ3 não responderam ao questionário de validação e aplicação dos indicadores do Índice de Implementação dos Planos de Ações e, neste caso, os valores apresentados foram coletados pelo Igam por meio de outros entes do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos do estado e serão atualizados na próxima rodada de aplicação.

Outro empecilho enfrentado na execução da metodologia é que poucos PDRHs possuem indicadores já definidos ou apresentam todas as informações necessárias para formulá-los. Assim, alguns indicadores podem conter fragilidades, uma vez que estão estritamente ligados ao conteúdo dos planos de ações aprovados pelos seus respectivos comitês.

Cabe ressaltar que o número de indicadores desta dimensão aumentará para a análise dos próximos anos até que todas as bacias sejam contempladas com Planos Diretores de Recursos Hídricos e, posteriormente, pode sofrer flutuações à medida que os planos forem atualizados e novas ações definidas.

O Índice de Suporte à Gestão (ISG) foi aplicado nas 36 Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos de Minas Gerais, também considerando o ano base de 2018. Neste caso, um conjunto de 26 indicadores foi empregado em cada UPGRH, totalizando 936 indicadores no estado (QUADRO 3).

Quadro 3 – Conjunto de indicadores do Índice de Suporte à Gestão.

Componente 1 - Instrumento de Gestão	
Indicador 1.1	Plano Diretor de Recursos Hídricos
Indicador 1.2	Enquadramento de corpos d'água
Indicador 1.3	Sistema de Informação de recursos hídricos
Indicador 1.4	Cobrança pelo uso de recursos hídricos
Componente 2 – Gestão	
Indicador 2.1	Cadastro de usuários de recursos hídricos
Indicador 2.2	Áreas de Proteção
Indicador 2.3	Coleta de efluentes domésticos
Indicador 2.4	Tratamento de efluentes domésticos
Componente 3 - Comitê de Bacia Hidrográfica	
Indicador 3.1	Frequência dos Conselheiros Titulares
Indicador 3.2	Frequência dos Conselheiros Suplentes
Indicador 3.3	Contribuições das instituições de ensino
Indicador 3.4	Gestão de Conflitos
Indicador 3.5	Sede do Comitê da Bacia
Indicador 3.6	Assistente administrativo do Comitê da Bacia
Indicador 3.7	Discussão da implementação do PDRH e ECA
Indicador 3.8	Divulgação das atividades e ações
Indicador 3.9	Capacitação dos Conselheiros
Indicador 3.10	Reuniões Ordinárias
Indicador 3.11	Câmaras Técnicas
Componente 4 - Agência de Bacia	
Indicador 4.1	Presença de Agência de Bacia
Indicador 4.2	Sede da Agência de Bacia
Indicador 4.3	Assistente Administrativo da Agência de Bacia
Indicador 4.4	Equipe técnica
Componente 5 - Instituto Mineiro de Gestão das Águas	
Indicador 5.1	Participação nas reuniões ordinárias e extraordinárias
Indicador 5.2	Participação nas câmaras técnicas
Componente 6 - Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO	
Indicador 6.1	Projetos conveniados

Fonte: Adaptado de Mota (2018)

Quanto aos indicadores do ISG apresentados, ressalta-se que a maior dificuldade pode estar em reunir todos os documentos necessários para a análise, como pautas, atas e listas de presença de reuniões ordinárias e extraordinárias dos comitês de bacias hidrográficas e de suas câmaras técnicas.

Considerando o IPA e o ISG, a Dimensão 3 - Instrumentos de Gestão possui, atualmente, 2.015 indicadores e seus resultados serão apresentados por meio das matrizes de análise das tabelas 10, 11, 12 e 13.

RESULTADOS

Tabela 10 – Matriz do Índice de Implementação dos Planos de Ações de Minas Gerais.

PDRH DE MINAS GERAIS	SF										GD						PN			DO						JQ			PA	PS		PJ	Total Alcançado	Total Esperado	Percentual do Esperado (%)	Total Ótimo	Percentual do Ótimo (%)
	SF2	SF4	SF5	SF6	SF7	SF8	SF9	SF10	GD1	GD2	GD3	GD4	GD5	GD6	PN1	PN2	PN3	DO1	DO2	DO3	DO4	DO5	DO6	JQ1	JQ2	JQ3	PA	PS1	PS2	PJ							
	2,25	1	23	1	7,75	3,25	0,50	8,75	2	1,25	2	2,25	13,75	0,75	4	7,5	6,25	7,5	7,5	7,5	8,5	5	4	1,75	4	1,75	0,50	3,25	2,50	24,5	165,5	832,5	19,88	1.079	15,34		
	48	15	48,5	24,75	22	28,75	29	24	9,75	9,5	6,25	15,5	62,75	11,25	43	21	41,5	29	27	29	34	34	34	15,75	17	15,75	15,5	29	27	65	ÍNDICE DE IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS DE AÇÕES - IPA <input type="checkbox"/> ÓTIMA (91 a 100%) <input type="checkbox"/> BOA (71 a 90%) <input type="checkbox"/> RAZOÁVEL (51 a 70%) <input type="checkbox"/> RUIM (26 a 50%) <input checked="" type="checkbox"/> PÉSSIMA (0 a 25%)						
	4,69	6,67	47,42	4,04	35,23	11,30	1,72	36,5	20,51	13,16	32	14,52	21,91	6,67	9,3	35,71	15,06	25,86	27,78	25,86	25	14,71	11,76	11,11	23,53	11,11	3,23	11,21	9,26	37,69							
	48	23	84	25	22	37	37	24	30	30	18	24	67	24	89	21	87	29	27	29	34	34	34	20	19	21	20	29	27	66							
	4,36	27,38	4	3,523	8,78	1,35	36,5	6,67	4,17	11,11	9,4	20,52	3,13	4,49	35,71	7,18	25,86	27,78	25,86	25	14,71	11,76	8,75	21,05	8,33	2,5	11,21	9,26	37,12								

Fonte: Adaptado de Mota (2018)

Conforme a Tabela 10, o Total Alcançado do Índice de Implementação dos Planos de Ações foi de 165,5, enquanto era esperado 832,5. Assim, o Percentual do Esperado (%) encontrado foi de 19,88%, se enquadrando no último nível do IPA: PÉSSIMO (0 a 25%).

A implementação dos PDRHs, no geral, possui valores muito baixos, com média de 18,48% para o Percentual do Esperado (%). Quando considerado o Percentual do Ótimo (%), que avalia todo o horizonte de planejamento dos PDRHs, os valores são ainda mais baixos.

Quando avaliados individualmente, os Planos Diretores de Recursos Hídricos das UPGRHs SF5 (47,42%), PJ (37,69%), SF10 (36,5%), PN2 (35,71%), SF7 (35,23%), GD3 (32%), DO2 (27,78%), DO1 (25,86%) e DO3 (25,86%) alcançaram valores acima de 25% e se enquadraram em uma posição superior em relação aos demais: situação RUIM (26 a 50%).

Dentre elas, apenas as bacias SF10, SF7 e GD3 não possuem agência de bacia e cobrança pelo uso da água implantadas. No entanto, outros fatores podem ter contribuído para a elevação dos valores encontrados para essas UPGRHs, como, por exemplo: maior disponibilidade de informações sobre as atividades executadas na UPGRH SF10 devido à recente atualização do seu Plano de Ações; período estendido de avaliação da implementação do PDRH SF7, visto que o seu horizonte de planejamento já foi ultrapassado (2006 a 2015); e conteúdo do PDRH GD3, que conta com ações bem estruturadas e em pequeno número (18 ações), favorecendo a implementação e a avaliação.

Cabe destaque para o PDRH da bacia hidrográfica do rio das Velhas que alcançou a maior nota (47,42%), quase no limite superior do nível RUIM (26 a 50%). A elevada concentração de ações nos primeiros anos do horizonte de planejamento e o seu grau de complexidade prevendo a elaboração de diversos estudos especializados podem ter contribuído negativamente, contendo o valor alcançado.

Opostamente, oito PDRHs receberam notas menores que 10%, são elas: SF9 (1,72%), PA (3,23%), SF6 (4,04%), SF2 (4,69%), SF4 (6,67%), GD6 (6,67%), PS2 (9,26%) e PN1 (9,3%). Dentre elas, seis não possuem agência de bacia e cobrança pelo uso da água implantadas e as outras duas possuem por um período muito curto, apenas dois anos para a UPGRH SF2 e três anos para a UPGRH PS2, considerando o período de avaliação deste relatório e os horizontes de planejamento de 2006 a 2017 e de 2006 a 2020, respectivamente. Além disso, os valores arrecadados pela cobrança são baixos em relação aos custos das ações previstas nos PDRHs.

Nota-se também que das oito UPGRHs com valores abaixo de 10% de implementação dos PDRHs, metade (quatro) se encontram na bacia hidrográfica do rio São Francisco, indicando necessidade de maior atenção para esta região.



RESULTADOS

Tabela 11 – Matriz do Índice de Implementação dos Planos de Ações por bacia federal.

PDRH DE MINAS GERAIS	BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO	BACIA DO RIO GRANDE	BACIA DO RIO PARANAÍBA	BACIA DO RIO DOCE	BACIA DO RIO JEQUITINHONHA	BACIA DO RIO PARDO	BACIA DO RIO PARAIÁ DO SUL	BACIA DOS RIOS PIRACICABA E JAGUARI	BACIA DO RIO MUCURI	BACIA DO RIO SÃO MATEUS	Total Alcançado	Total Esperado	Percentual do Esperado (%)	Total Ótimo	Percentual do Ótimo (%)
Valor Alcançado	47,5	22	17,75	40	7,5	0,50	5,75	24,5	0	0	165,5	832,5	19,88	1.079	15,34
Valor Esperado	240	115	105,5	187	48,5	15,5	56	65	0	0	ÍNDICE DE IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS DE AÇÕES - IPA <input type="checkbox"/> ÓTIMA (91 a 100%) <input type="checkbox"/> BOA (71 a 90%) <input type="checkbox"/> RAZOÁVEL (51 a 70%) <input type="checkbox"/> RUIM (26 a 50%) <input checked="" type="checkbox"/> PÉSSIMA (0 a 25%)				
Percentual do Esperado (%)	19,79	19,13	16,82	21,39	15,46	3,23	10,27	37,69	0	0					
Total Ótimo	300	193	197	187	60	20	56	66	0	0					
Percentual do Ótimo (%)	15,83	11,4	9,01	21,39	12,5	2,5	10,27	37,12	0	0					

Fonte: Adaptado de Mota (2018)

Nota-se na avaliação por conjunto em relação às bacias hidrográficas federais que os valores individuais maiores e menores se diluem, apresentando pouca amplitude entre 10,27% (rio Paraíba do Sul) e 21,39% (rio Doce). Neste caso, as duas colunas com apenas uma bacia hidrográfica cada (rios Piracicaba e Jaguari e rio Pardo) possuem os mesmos valores da avaliação individual e alcançaram os extremos do Percentual do Esperado (%) da matriz (TABELA 11).

Os baixos valores do Percentual do Esperado (%) para todos os conjuntos das bacias federais, revelando que a implementação dos PDRHs possui situação predominantemente RUIM, sugere que o processo de planejamento e gestão seja aprimorado em maior ou menor intensidade em todas as bacias hidrográficas.

De acordo com a Tabela 11, apenas o PDRH da bacia hidrográfica dos rios Piracicaba e Jaguari alcançou valores de implementação acima de 25%, ou seja, acima do nível PÉSSIMO, se enquadrando no nível RUIM (26 a 50%) com 37,69% do Percentual do Esperado (%). Apesar do valor encontrado ainda ser baixo, ele se destaca em relação aos demais e provavelmente foi alavancado pela integração dos comitês estadual e federal em relação ao planejamento e execução das ações, fortalecendo a gestão e conciliando a aplicação dos recursos financeiros para maximizar os resultados.

Dentre as piores notas na avaliação por bacias federais, vale ressaltar a situação do Plano Diretor de Recursos Hídricos da bacia do rio Pardo, com apenas 3,23% do Percentual do Esperado (%), valor muito baixo considerando que foram avaliados oito anos de implementação, quase a metade do seu horizonte de implementação (2013 a 2032). Porém, é importante lembrar que quando avaliados individualmente o PDRH SF9 alcançou apenas 1,72%, inferior ao número do PDRH do rio Pardo, mas na Tabela 11 é considerado apenas o valor total de 19,79% para a bacia hidrográfica do rio São Francisco.

Tabela 12 – Matriz do Índice de Suporte à Gestão das UPGRH de Minas Gerais.

UPGRH DE MINAS GERAIS	BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO	BACIA DO RIO GRANDE	BACIA DO RIO PARANAÍBA	BACIA DO RIO DOCE	BACIA DO RIO JEQUITINHONHA	BACIA DO RIO PARDO	BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL	BACIA DOS RIOS PIRACICABA E JAGUARI	BACIA DO RIO MUCURI	BACIA DO RIO SÃO MATEUS	Total Alcançado	Total Ótimo	Percentual do Ótimo (%)
Valor Alcançado	104,5	67,5	33,5	88	24,25	8	32,5	12	8,75	5,75	384,75	936	41,11
Total Ótimo	260	208	78	156	78	26	52	26	26	26	ÍNDICE DE SUPORTE À GESTÃO DAS UPGRH - ISG <input type="checkbox"/> ÓTIMA (91 a 100%) <input type="checkbox"/> BOA (71 a 90%) <input type="checkbox"/> RAZOÁVEL (51 a 70%) <input checked="" type="checkbox"/> RUIM (26 a 50%) <input type="checkbox"/> PÉSSIMA (0 a 25%)		
Percentual do Ótimo (%)	40,19	32,45	42,95	56,41	31,09	30,77	62,5	46,15	33,65	22,11			

Fonte: Adaptado de Mota (2018)

Conforme a Tabela 12, o Total Alcançado do Índice de Suporte à Gestão das UPGRH foi de 384,75, enquanto era esperado 936. Assim, o Percentual do Ótimo (%) encontrado foi de 41,11%, se enquadrando no penúltimo nível do ISG: RUIM (26 a 50%).

O suporte à gestão das UPGRHs, no geral, possui valores baixos, com média de 39,83% para o Percentual do Ótimo (%). Avaliar a capacidade de suporte de uma Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos é mensurar o seu potencial em apoiar a implantação dos instrumentos de gestão. Quando esse valor é baixo é provável que o valor de implementação dos PDRHs também esteja próximo dos níveis inferiores.

Analisando as colunas por bacia, nota-se que apenas as UPGRHs das bacias hidrográficas dos rios Doce e Paraíba do Sul alcançaram valores de suporte à gestão acima de 50%, ou seja, acima do nível RUIM, se enquadrando no nível RAZOÁVEL (51 a 70%) com 56,41% e 62,5% do Percentual do Ótimo (%), respectivamente. Apesar dos valores encontrados representarem apenas um progresso moderado, eles se destacam em relação aos demais e provavelmente foram alavancados em ambos pela presença de agência de bacia - ente executivo do sistema – em todas as UPGRHs do conjunto. Adicionalmente, no caso das UPGRHs PS1 e PS2, pela discussão contínua da implementação do PDRH nas reuniões das Plenárias dos comitês de bacias hidrográficas.

Dentre as piores notas, vale ressaltar a situação da Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos da bacia do rio São Mateus, com apenas 22,11% do Percentual do Ótimo (%), valor muito baixo, provavelmente intensificado pela ausência de agência de bacia, Plano Diretor de Recursos Hídricos, cobrança pelo uso da água e baixa frequência dos conselheiros titulares e suplentes nas reuniões plenária do comitê.

Cabe ressaltar que para uma boa aplicação dos índices é necessário acesso às informações das pautas, atas, listas de presença das reuniões dos comitês e contribuição dos membros a respeito da implementação das ações dos PDRHs, dados que não foram obtidos com a mesma facilidade em todas as bacias.



RESULTADOS

Tabela 13 – Matriz do Índice de Suporte à Gestão das UPGRH por componente.

ISG DAS UPGRH DE MINAS GERAIS POR COMPONENTES		BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO	BACIA DO RIO GRANDE	BACIA DO RIO PARANAÍBA	BACIA DO RIO DOCE	BACIA DO RIO JEQUITINHONHA	BACIA DO RIO PARDO	BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL	BACIA DOS RIOS PIRACICABA E JAGUARI	BACIA DO RIO MUCURI	BACIA DO RIO SÃO MATEUS	Total Alcançado	Total Ótimo	Percentual do Ótimo (%)
Valor Alcançado	Componente 1	13,5	9,5	3	10	3,75	1,5	6	1,5	0,25	0,25	49,25	144	34,2
	Componente 2	16,75	15,5	6	12,25	4,75	1	3,75	2,25	2,25	1,75	66,25	144	46
	Componente 3	51,75	33,25	17,25	34,25	12,75	4,25	12,25	4	5,5	2,5	175,5	396	44,26
	Componente 4	8	0	4	24	0	0	8	4	0	0	48	144	33,33
	Componente 5	8,25	5,75	2,5	5,5	2	1	1,5	0	0,5	1	28	72	41,79
	Componente 6	6,25	3,5	0,75	2	1	0,25	1	0,25	0,25	0,25	15,5	36	43,1
Valor Ótimo	Componente 1	40	32	12	24	12	4	8	4	4	4	SITUAÇÃO DO SUPORTE À GESTÃO <input type="checkbox"/> ÓTIMA (91 a 100%) <input type="checkbox"/> BOA (71 a 90%) <input type="checkbox"/> RAZOÁVEL (51 a 70%) <input checked="" type="checkbox"/> RUIM (26 a 50%) <input type="checkbox"/> PÉSSIMA (0 a 25%)		
	Componente 2	40	32	12	24	12	4	8	4	4	4			
	Componente 3	110	88	33	66	33	11	22	11	11	11			
	Componente 4	40	32	12	24	12	4	8	4	4	4			
	Componente 5	20	16	6	12	6	2	4	2	2	2			
	Componente 6	10	8	3	6	3	1	2	1	1	1			
Percentual do Ótimo (%)	Componente 1	33,75	29,69	25	41,67	31,25	37,5	75	37,5	6,25	6,25			
	Componente 2	41,88	48,44	50	51,04	39,58	25	46,88	56,25	56,25	43,75			
	Componente 3	47,05	37,78	52,27	51,89	38,64	38,64	55,68	36,36	50	22,73			
	Componente 4	20	0	33,33	100	0	0	100	100	0	0			
	Componente 5	41,25	35,94	41,67	45,83	33,33	50	37,5	0	25	50			
	Componente 6	62,5	43,75	25	33,33	33,33	25	50	25	25	25			

Fonte: Adaptado de Mota (2018)

De acordo com a Tabela 13 que apresenta os resultados do ISG por componentes (conjunto de indicadores), é possível identificar resultados do Percentual do Ótimo (%) muito próximos com máxima de 46% para o Componente 2 e mínima de 33,33% para o Componente 4, seguido do Componente 1 com 34,2% (média de 40,45%). Os resultados encontrados alocam todos os componentes na situação RUIM (26 a 50%).

O Componente 4 com apenas 33,33% aponta para a ausência de Agência de Bacia e sua estrutura na maioria das UPGRHs, o que pode estar diretamente ligado aos baixos valores encontrados para o IPA, em que a carência por este ente executivo desfavorece a implementação dos Planos de Ações.

O Componente 1 apresenta resultados similares ao Componente 4, tanto em valor quanto em relevância para a análise, com 34,2% do Percentual do Ótimo (%) – menos de um por cento de diferença. Este componente avalia a situação dos quatro instrumentos de gestão nas UPGRHs: Planos Diretores de Recursos Hídricos; Enquadramento dos Corpos de Água; Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos; e Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos.

Em relação aos PDRHs, o estado de Minas Gerais está avançado, possui 32 planos concluídos e aprovados, um concluído aguardando aprovação do comitê e três em elaboração. Em 2018, ano base desta avaliação, já possuía 30 planos concluídos e aprovados e seis se encontravam em elaboração ou em processo de conclusão.

Sendo assim, considera-se que os valores pouco expressivos vêm da ausência dos outros instrumentos de gestão. A inexistência de sistema de informações, que dentre os instrumentos alcançou as menores notas, afeta o planejamento e a difusão de informações sobre a gestão de recursos hídricos que poderiam contribuir para a evolução da bacia. Já em locais onde não existe cobrança, há deficiência na disponibilidade de recursos financeiros para execução de ações de melhoria da qualidade e quantidade de água na UPGRH, bem como inviabiliza a instalação e operação de uma Agência de Bacia, afetando negativamente a execução dos Planos de Ação e o IPA. Por fim, o enquadramento é responsável por definir “o rio que podemos ter” e as metas intermediárias e finais que devem ser seguidas para alcançá-lo ou mantê-lo, preservando os recursos hídricos e permitindo a continuidade dos usos preponderantes para a bacia.

Em contrapartida, o Componente 2 apresentou o melhor resultado (46%), revelando que a coleta de efluentes domésticos não representa grande problema para a maioria das bacias, assim como o cadastro de usuários, que apesar da necessidade de atualização encontra-se consolidado em todas as UPGRHs. No entanto, o mesmo componente que possui a melhor nota também alerta para dois obstáculos: a baixa porcentagem de áreas protegidas nas UPGRHs e o baixo percentual de tratamento dos efluentes domésticos.

Em relação aos demais componentes, vale ressaltar que os baixos valores encontrados para o Indicador 3.7 - *Discussão da implementação do PDRH e ECA* (Enquadramento dos Corpos de Água) do Componente 3 indica que é preciso ampliar as discussões sobre a implementação dos Planos Diretores de Recursos Hídricos e dos Enquadramentos dos Corpos de Águas nas Plenárias dos Comitês de Bacias Hidrográficas, contribuindo para a sua execução e melhora do IPA.

Além disso, os Indicadores 3.1 - *Frequência dos Conselheiros Titulares* e 3.2 - *Frequência dos Conselheiros Suplentes* do Componente 3 revelam que houve baixa participação dos conselheiros nas reuniões de 2018 e indica que é preciso incentivar a presença dos mesmos nas próximas plenárias para que todos os setores estejam devidamente representados nas futuras decisões do colegiado, favorecendo a gestão participativa de recursos hídricos na UPGRH.

Quanto às alterações, sugere-se que o Indicador 3.4 – *Gestão de Conflitos* do Componente 3 seja readequado, visto que a descrição dos níveis (0 a 1) pode ter influenciado o baixo valor encontrado para os comitês que não receberam solicitações sobre o assunto, e que o Indicador 6.1 – *Projetos Conveniados no FHIDRO* seja excluído e substituído por outro que possa expressar melhor a capacidade da UPGRH em propor, executar e concluir projetos por meio de suas entidades, visto que a atual estrutura do indicador não avalia se o projeto foi executado e concluído.

Considerando os resultados dos dois índices foi elaborada a matriz de análise para a Dimensão 3 – Instrumentos de Gestão (TABELA 14).

Tabela 14 – Matriz da Dimensão 3 – Instrumentos de Gestão

Dimensão 3 Instrumentos de Gestão	Índice de Implementação dos Planos de Ações - IPA	Índice de Suporte à Gestão - ISG	Total Alcançado	Total Ótimo	Percentual de Ótimo (%)
Valor Alcançado	165,5	384,75	550,25	1.768,5	31,11
Total Ótimo	832,5	936	SITUAÇÃO DIMENSÃO 3 <input type="checkbox"/> ÓTIMA (91 a 100%) <input type="checkbox"/> BOA (71 a 90%) <input type="checkbox"/> RAZOÁVEL (51 a 70%) <input checked="" type="checkbox"/> RUIM (26 a 50%) <input type="checkbox"/> PÉSSIMA (0 a 25%)		
Percentual de Ótimo (%)	19,88	41,11			

Fonte: Adaptado de Mota (2018)

De acordo com a Tabela 14, o Total Ótimo esperado para a Dimensão 3 que reúne os valores do IPA e do ISG é de 1.768,5, mas foram identificados apenas 550,25 pontos. Assim, o Percentual do Ótimo (%) para a dimensão dos Instrumentos de Gestão é de 31,11%, se enquadrando no penúltimo nível: RUIM (26 a 50%).

Apesar do Índice de Suporte à Gestão ter alcançado uma porcentagem maior (41,11%) em relação ao Índice de Implementação dos Planos de Ações (19,88%), os resultados de ambos são baixos e estão enquadrados nas duas piores situações dos índices. Diante disso, é possível inferir que a capacidade ruim de suporte à gestão das UPGRH pode estar influenciando negativamente a implementação dos Planos Diretores de Recursos Hídricos por não criar um ambiente favorável à implementação das ações, assim como a péssima situação de execução dos PDRH pode estar influenciando negativamente a capacidade de suporte à gestão das Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos por não provê-las com os instrumentos de gestão e o arranjo institucional previsto nos seus Planos de Ações.

Dimensão 4 – Interação Estado-Sociedade

Componente: Comunicação e Transparência na Gestão dos Recursos Hídricos

O objetivo é monitorar as ações de comunicação, analisando a disponibilidade das informações nos sítios eletrônicos¹ das seguintes entidades do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos: Semad, Igam e entidades equiparadas a agências de bacias (FIGURA 3)

Figura 3 – sítios eletrônicos avaliados no âmbito do monitoramento da governança da gestão das águas em Minas Gerais, ano base 2019



Fonte: elaborado pelos autores (2020)

AVALIAÇÃO

Para análise das informações disponibilizadas nos sítios eletrônicos da Semad e do Igam, foi considerado o conjunto de 70 indicadores, como apresentado na metodologia. Estes indicadores foram agrupados nos seis primeiros componentes listados no Quadro 4, sendo os componentes 4A a 4F.

¹os endereços eletrônicos são: <http://www.igam.mg.gov.br>; <http://www.meioambiente.mg.gov.br>; <https://agenciapeixe vivo.org.br>; <https://www.agevap.org.br>; <https://www.agenciaabha.com.br>.

Quadro 4 - Componentes da Dimensão 4 – Interação Estado-Sociedade para avaliação da transparência na gestão das águas em Minas Gerais

1 - COMPONENTE 4A. INFORMAÇÕES SOBRE O SISTEMA - 11 indicadores
Subcomponente 4A.1 Informação institucional básica
Subcomponente 4A.2 Legislação e regulamentação em recursos hídricos
2 - COMPONENTE 4B. RELAÇÕES COM O PÚBLICO E AS PARTES INTERESSADAS - 16 indicadores
Subcomponente 4B.1. Informação e atenção ao público
Subcomponente 4B.2. Participação pública
3 - COMPONENTE 4C. TRANSPARÊNCIA NOS PROCESSOS DE PLANEJAMENTO - 11 indicadores
4 - COMPONENTE 4D. TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DOS RECURSOS E USOS DA ÁGUA - 11 indicadores
Subcomponente 4D.1. Gestão anual de recursos hídricos
Subcomponente 4D.2. Informação sobre os usos da água
5 - COMPONENTE 4E. TRANSPARÊNCIA ECONÔMICO FINANCEIRA - 5 indicadores
Subcomponente 4E.1. Informação contábil e orçamentária
Subcomponente 4E.2. Transparência de receitas e despesas do sistema
6 - COMPONENTE 4F. TRANSPARÊNCIA EM CONTRATOS E LICITAÇÕES - 8 indicadores
Subcomponente 4F.1. Regras de acesso aos fundos de recursos hídricos estaduais
Subcomponente 4F.2. Relações e operações com fornecedores e prestadores de serviço
7 - COMPONENTE 4G – TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PELAS AGÊNCIAS DE BACIA HIDROGRÁFICA - 8 indicadores

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

O último componente - 4G - se refere ao agrupamento de indicadores de avaliação dos sítios eletrônicos das entidades equiparadas a agências de bacias. Estes foram adaptados do indicador 1 - Disponibilização de Informações, estabelecido no âmbito da avaliação da execução dos contratos de gestão destas entidades com o Igam, e possui oito variáveis (QUADRO 5).

Quadro 5 – Variáveis consideradas como indicadores no Componente 4G para avaliação da transparência dos sítios eletrônicos das entidades equiparadas a agências de bacias

Indicador 1 - Disponibilização de Informações	
Comitês	Decreto de criação, Regimento interno e suas alterações, composição, Deliberações, Moções e Atas das reuniões
Entidade Equiparada	Informações institucionais atualizadas: Deliberação CERH de Equiparação, estatuto e alterações, associados.
Relação de Usuários em Cobrança	Relação dos usuários da respectiva Bacia Hidrográfica em cobrança pelo IGAM, no exercício corrente, contendo CBH, município, UF, e valor cobrado.
Cobrança e arrecadação	Valores transferidos para a entidade equiparada, despesas efetuadas e os rendimentos financeiros, atualizados trimestralmente.
Centro de Documentação	Estudos, projetos, relatórios e demais documentos técnicos produzidos sobre a Bacia.
Investimentos na bacia	Investimentos aprovados e contratados anualmente com recursos da Cobrança na respectiva Bacia Hidrográfica.
Legislação de recursos hídricos	Legislação federal e do Estado, incluindo: Constituição, Leis, Decretos, Portarias, Resoluções do IGAM, Deliberações do Conselho.
Contrato de Gestão	Contratos e seus aditivos, Relatórios de Gestão, Relatórios de Avaliação e Relatórios Financeiros e Contratos firmados.

Fonte: Igam (2012)

Como nas demais dimensões, foi atribuída nota nas Fichas de Indicadores, mas neste caso, os valores possíveis para cada um dos indicadores são:

- 0 - para informações indisponíveis
- 0,5 - para informações disponíveis, porém desatualizadas
- 1 - para informações disponíveis e atualizadas.

É importante informar que os valores inseridos na matriz de desempenho desta dimensão foram calculados a partir da soma das notas dos indicadores de cada componente. Por exemplo, no Componente 4E -Transparência Econômico Financeira, quatro indicadores receberam nota '1', uma vez que as informações em questão estavam disponíveis e atualizadas. Para uma delas não havia informações disponíveis e a nota foi '0'. Assim, a nota deste componente foi '4'(QUADRO 6).

Quadro 6 –Indicadores que integram o Componente 4E, do sistema de monitoramento da governança da gestão das águas de Minas Gerais

COMPONENTE 4E - TRANSPARÊNCIA ECONÔMICO FINANCEIRA	
SUBCOMPONENTE 4E.1 INFORMAÇÃO CONTÁBIL E ORÇAMENTÁRIA	
4E.1.1 Orçamento definido no PPAG/LOA para o atendimento das metas prioritárias do estado	1
4E.1.2 Informações sobre Programas e Projetos com financiamento externos/ou internacionais voltados para os recursos hídricos	1
TOTAL - SUBCOMPONENTE 4E.1	2
COMPONENTE 4E - TRANSPARÊNCIA ECONÔMICO FINANCEIRA	
SUBCOMPONENTE 4E.2 TRANSPARÊNCIA DE RECEITAS E DESPESAS DO SISTEMA	
4E.2.1 Acesso aos dados referentes aos valores arrecadados por bacias hidrográficas (referentes à cobrança)	1
4E.2.2 Informações sobre contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos para repasse de recursos para suporte técnico/operacional aos Comitês de Bacias	1
4E.2.3 Informações sobre a quantidade de recursos necessários para saneamento e revitalização de corpos de água	0
TOTAL - SUBCOMPONENTE 4E.2	2
TOTAL COMPONENTE 4E	4

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

Na Tabela 15, estão as notas de todos os 15 componentes que integram valores atribuídos ao total de 70 indicadores:

- 62 – sites Semad e Igam; e
- 8 – sites entidades equiparadas a agências de bacias.

RESULTADOS

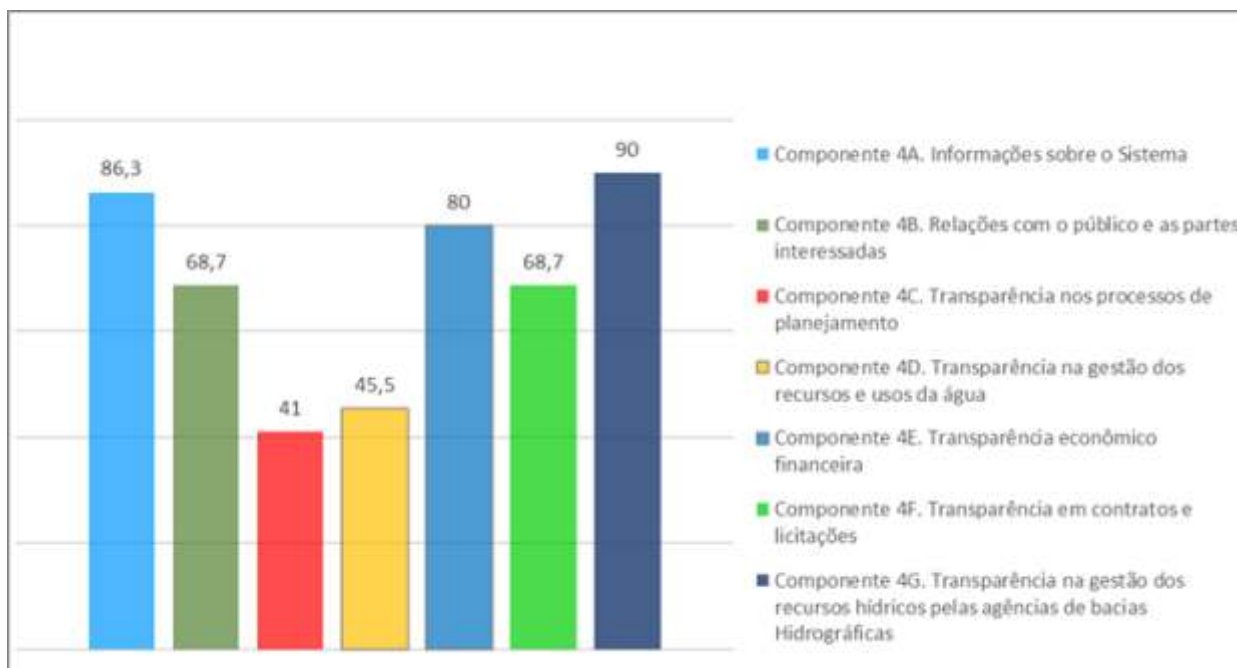
Tabela 15 - Ficha de Indicadores da Dimensão 4—Interação Estado-Sociedade

Dimensão 4 Interação Estado - Sociedade	COMPONENTE A	COMPONENTE B	COMPONENTE C	COMPONENTE D	COMPONENTE E	COMPONENTE F	COMPONENTE G	Total Alcançado	Total Ótimo	Percentual do Ótimo (%)
Valor Alcançado	9,5	11	4,5	5	4	5,5	7,2	46,7	70	66,7
Total Ótimo	11	16	11	11	5	8	8	SITUAÇÃO DA DIMENSÃO 4 <input type="checkbox"/> ÓTIMA (91 a 100%) <input type="checkbox"/> BOA (71 a 90%) <input checked="" type="checkbox"/> RAZOÁVEL (51 a 70%) <input type="checkbox"/> RUIM (26 a 50%) <input type="checkbox"/> PÉSSIMA (0 a 25%)		
Percentual do Ótimo (%)	86,3	68,7	41	45,5	80	68,7	90			

Fonte: Adaptado de Mota (2018)

Como pôde ser observado na Tabela 15, o resultado em 2019 foi considerado razoável, atingindo uma porcentagem de 66,7% da condição ótima. O Gráfico 4 apresenta o desempenho de cada componente.

Gráfico 4 – Desempenho, em porcentagem, dos componentes da Dimensão 4 - Interação Estado-Sociedade em 2019



Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

Observa-se, considerando os seis primeiros componentes relacionados à avaliação dos *sites* da Semad/Igam, que os temas com mais informações disponíveis são:

- *Informações sobre o sistema* (Componente 4A), que abrange informações institucionais básicas, legislação e outras normas (86,3%);
- *Transparência econômico financeira* (Componente 4E), que trata de informações contábeis e orçamentárias, despesas e receitas do Sistema (80%);
- *Relações com o público e as partes interessadas* (Componente 4B), que aborda ferramentas de diálogo e atendimento à sociedade, projetos, produtos e serviços ofertados, além de conteúdo pertinentes às esferas participativas do SEGRH; e *Transparência em contratos e licitações* (Componente 4F), ambos com 68,7%.

Já os componentes que tiveram como retorno o menor número de informações disponíveis foram: *4C-Transparência nos processos de planejamento* (41%) e *4D-Transparência na gestão de recursos hídricos* (45,5%).

Nos Quadros 7 e 8, é possível verificar, respectivamente, os indicadores do Componente 4A (maior número de informações disponíveis) e do Componente 4C (menor número de indicadores com informações disponíveis).

Quadro 7 – Notas atribuídas aos indicadores no componente 4A, da Dimensão 4 – Informações sobre o sistema em 2019

Indicadores	Nota
4A-1-1 – Estrutura organizacional do SEGRH	0,5
4A.1.2 - Funções principais e as atribuições das diferentes áreas de atuação (departamentos) do órgão gestor (Igam)	0,5
4A-1-3 – Estrutura organizacional da entidade coordenadora do sistema (SEMAD)	1
4A-1-4 – Funções principais e as atribuições das diferentes áreas de atuação (departamentos) da entidade coordenadora (SEMAD)	1
4A-1-5 – Lista de contatos dos técnicos e/ou dirigentes das entidades gestora e coordenadora (números de telefone e/ou endereços de e-mail)	1
4A-1-6 – Informação sobre a composição dos membros do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (nome, contato, e quem representa, titular e suplente)	1
4A-1-7 – Informação sobre a composição dos membros dos Comitês de Bacias (nome, contato, e quem representa, titular e suplente)	1
4A-1-8 – Informação sobre a composição dos membros da Agência de Bacia (nome, contato, e quem representa, titular e suplente)	0,5
4A-2-1 – Texto consolidado da legislação estadual	1
4A-2-2 – Deliberações e/ou resoluções e/ou moções aprovadas pelo CERH-MG	1
4A-2-3 – Texto legal ou os Estatutos de todos os órgãos colegiados	1

Fonte: Elaborada pelos autores (2020)

Quadro 8 – Notas atribuídas aos indicadores no componente 4C, da Dimensão 4 – Interação Estado-Sociedade em 2019

Indicadores	Nota
4C.1 Temas prioritários do plano de ação da entidade coordenadora	0
4C.2 Documentos elaborados (Exs.: minutas, resultados de discussões, relatórios, oficinas) durante a construção do Plano Estadual de Recursos Hídricos	0
4C.3 Versão completa do Plano Estadual de Recursos Hídricos vigente	1
4C.4 Resumo executivo do Plano Estadual de Recursos Hídricos	1
4C.5 Acesso à informação sobre a classificação dos corpos d'água de acordo com o seu enquadramento e segundo o seu uso preponderante	1
4C.6 Dados referentes à vazão nas bacias hidrográficas e/ou regiões hidrográficas e /ou reservatórios	1
4C.7 Estimativas das demandas hídricas presentes e futuras nas bacias hidrográficas e/ou regiões hidrográficas e /ou reservatórios	0
4C.8 Balanço hídrico por bacias hidrográficas e/ou regiões hidrográficas e/ou reservatórios	0
4C.9 Acesso a informações referentes a mapas de áreas de risco	0
4C.10 Acesso às informações referentes a mapas de vulnerabilidade de eventos críticos no estado	0,5
4C.11 Informações sobre prognósticos de eventos críticos e seus impactos nos recursos hídricos em nível estadual	0

Fonte: Elaborada pelos autores (2020)

ÍNDICE GERAL DE GOVERNANÇA

Como exposto na metodologia, após o preenchimento da Matriz do Índice de Desempenho para cada dimensão, é preenchida a Matriz da Governança, que permite a avaliação geral da governança do SEGRH/MG (TABELA 16). Os resultados mostram que o desempenho do **Índice Geral de Governança** está situado na condição Ruim da metodologia, com valor alcançado de 33,14.

Tabela 16 - Índice Geral da Governança do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos de Minas Gerais

GOVERNANÇA	DIMENSÃO 1	DIMENSÃO 2	DIMENSÃO 3	DIMENSÃO 4	Total Alcançado	Total Ótimo	Percentual do Ótimo (%)
Valor Alcançado	16,75	6,25	550,25	46,7	619,95	1.870,5	33,14
Total Ótimo	21	11	1.768,5	70	SITUAÇÃO DA GOVERNANÇA <input type="checkbox"/> ÓTIMA (91 a 100%) <input type="checkbox"/> BOA (71 a 90%) <input type="checkbox"/> RAZOÁVEL (51 a 70%) <input checked="" type="checkbox"/> RUIM (26 a 50%) <input type="checkbox"/> PÉSSIMA (0 a 25%)		
Percentual do Ótimo (%)	68,52	56,8	31,11	66,7			

Fonte: Adaptado de Mota (2018)

Estes resultados apontam, portanto, para a necessidade de investimentos em estratégias de incremento da eficácia e efetividade da política em todas as dimensões avaliadas.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (BRASIL). **Atlas esgotos: despoluição de bacias hidrográficas**. Brasília: ANA, 2017. 88 p.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (BRASIL). **Relatório de avaliação da implementação do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce**. Brasília: ANA, 2019. 69 p.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (BRASIL). **Relatório de avaliação da implementação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande**. Brasília: ANA 2019. 30 p.

BRASOL BRASIL AÇÃO SOLIDÁRIA. **Plano Diretor de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Jequitaiá, Pacuí e trechos do São Francisco**. 2010. 736 p.

COMPANHIA BRASILEIRA DE PROJETOS E EMPREENDIMENTOS - COBRAPE. **Plano de Ação de Recursos Hídricos da Unidade de Gestão Hídrica Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba**. 2013. 205 p.

COMPANHIA BRASILEIRA DE PROJETOS E EMPREENDIMENTOS - COBRAPE. **Plano de Ação de Recursos Hídricos da Unidade de Gestão Hídrica Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba**. 2013, 189 p.

CONSÓRCIO ECOPLAN-LUME. **Plano de Ação de Recursos Hídricos da Unidade de Planejamento e Gestão do Rio Piranga – PARH Piranga**. 2010, 125 p. Disponível em: http://www.cbhdoce.org.br/wp-content/uploads/2016/12/PARH_Piranga.pdf. Acesso em: 20 nov. 2019.

CONSÓRCIO ECOPLAN-LUME. **Plano de Ação de Recursos Hídricos da Unidade de Planejamento e Gestão do Rio Piracicaba**. 2010a, 100 p. Disponível em: http://www.cbhdoce.org.br/wp-content/uploads/2016/12/PARH_Piracicaba.pdf. Acesso em: 20 nov. 2019.

CONSÓRCIO ECOPLAN-LUME. **Plano de Ação de Recursos Hídricos da Unidade de Planejamento e Gestão do Rio Santo Antônio**. 2010b, 100 p. Disponível em: http://www.cbhdoce.org.br/wp-content/uploads/2016/12/PARH_Santo_Antonio.pdf. Acesso em: 20 nov. 2019.

CONSÓRCIO ECOPLAN-LUME. **Plano de Ação de Recursos Hídricos da Unidade de Planejamento e Gestão do Rio Suaçuí**. 2010c, 115 p. Disponível em: http://www.cbhdoce.org.br/wp-content/uploads/2016/12/PARH_Suacui.pdf. Acesso em: 20 nov. 2019. CONSÓRCIO ECOPLAN-LUME. **Plano de Ação de Recursos Hídricos da Unidade de Planejamento e Gestão do Rio Caratinga**. 2010d, 105 p. Disponível em: http://www.cbhdoce.org.br/wp-content/uploads/2016/12/PARH_Caratinga.pdf. Acesso em: 20 nov. 2019.

CONSÓRCIO ECOPLAN-LUME. **Plano de Ação de Recursos Hídricos da Unidade de Planejamento e Gestão do Rio Manhuaçu**. 2010e, 102 p. Disponível em: http://www.cbhdoce.org.br/wp-content/uploads/2016/12/PARH_Manhuacu.pdf. Acesso em: 20 nov. 2019.

CONSÓRCIO ECOPLAN-LUME. **Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Verde**. 2010f, 575 p. v.2.

CONSÓRCIO ECOPLAN-LUME-SKILL. **Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Rio Urucuia**. 2012. 643 p. Prognóstico e Programa de Ações.

CONSÓRCIO ECOPLAN-LUME-SKILL. **Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Pandeiros**. 2012. 185 p. Prognóstico e Programa de Ações.

CONSÓRCIO ECOPLAN-LUME-SKILL. **Plano Diretor de Recursos Hídricos e Enquadramento de Corpos de Água da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Grande**. 2013, 491 p. v.2.

CONSÓRCIO ECOPLAN-LUME-SKILL. **Plano Diretor de Recursos Hídricos e Enquadramento de Corpos de Água da Bacia Hidrográfica do Rio das Mortes**. 2013a, 491 p. v.2.

CONSÓRCIO ECOPLAN-SKILL. **Atualização do Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas**. 2015, 223p. Resumo Executivo.

ECOPLAN ENGENHARIA. **Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande**. 2011. 178 p. Relatório Programas de Investimentos.

FUNDAÇÃO COPPETEC. **Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul**. 2006. 121 p. Resumo executivo.

FUNDAÇÃO COPPETEC. **Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul**. 2006. 141 p. Resumo Executivo.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE ENSINO DE TÉCNICAS AGRÍCOLAS, VETERINÁRIAS E DE TURISMO RURAL. **Plano Diretor de Recursos Hídricos dos Afluentes Mineiros Rios Mogi-Guaçu/Pardo**. 2010, 270 p. Relatório síntese.

FUNDAÇÃO DE PESQUISA E ASSESSORAMENTO À INDÚSTRIA - FUPAI. **Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Entorno do Lago de Furnas**. Alfenas, 2012. 423 p. Relatório final.

GAMA ENGENHARIA DE RECURSOS HÍDRICOS. **Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araçuaí**. 2010. 268 p. v.3. Relatório final.

GAMA ENGENHARIA DE RECURSOS HÍDRICOS. **Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Médio e Baixo rio Jequitinhonha**. 2012a. 546 p. Fase III-Programa de Investimentos.

GAMA ENGENHARIA DE RECURSOS HÍDRICOS . **Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Alto rio Jequitinhonha**. 2012b. 546 p. Fase III- Programa de Investimentos.

GAMA ENGENHARIA DE RECURSOS HÍDRICOS . **Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Pardo**. 2012c. 492 p.

GAMA ENGENHARIA; COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO ENTORNO DA REPRESA DE TRÊS MARIAS; INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS. **Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográficas do entorno da Represa Três Marias**. 2015. 129 p. Resumo Executivo.

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS; COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU. **Plano diretor de recursos hídricos da bacia hidrográfica do Rio Paracatu**. 2006. 384 p. Resumo Executivo.

IRRIGART RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE. **Plano diretor de recursos hídricos da bacia hidrográfica dos rios Piracicaba e Jaguari**. Belo Horizonte: IRRIGART, 2009. 139 p.

MONTE PLAN; COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARAGUARI; INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS. **Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Araguari**. 2011. 117 p. Resumo Executivo.

MOTA, A. O., NASCIMENTO, M. L. A., DIAS, L. O. B., PEREIRA, P. M. A. M., SANTANA, A. C. A., HAUSSMANN, M. G., NOGUEIRA, R. A. **Planos municipais de saneamento básico em Minas Gerais – 2017 a 2019**. Belo Horizonte, 2019. No prelo.

MOTA, A. O. **Proposição metodológica para avaliação da implementação de planos diretores de recursos hídricos**. 2018. 223 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

PEREIRA, P. M. A. M, COURINOS, S. R., SANTIAGO, M. E. C., CERASO, A. C. F. L., MOTA, A. O., BALABRAM, P. **Avaliação da implementação do Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos afluentes Mineiros do Médio e Baixo Rio Jequitinhonha**. 2018. 124 f. Monografia (Graduação) – Universidade Fumec, Belo Horizonte, 2018.

TESE TECNOLOGIA EM SISTEMAS ESPACIAIS. **Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográficas do Rio Pará**. 2006. 422 p. Resumo executivo.

VIDA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ENGENHARIA, MEIO AMBIENTE E REFLORESTAMENTO. **Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Sapucaí**. Belo Horizonte, 2010. 245 p. Disponível em:
http://www.igam.mg.gov.br/images/stories/planos_diretores_BH/sapucaai.pdf. Acesso em: 20 nov. 2019.

PARTE III

CONSIDERAÇÕES FINAIS



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do monitoramento da governança da gestão do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos do estado de Minas Gerais, situando o desempenho do **Índice Geral de Governança** na condição Ruim da metodologia, apontam para a necessidade do investimento em estratégias de incremento da eficácia e efetividade da política em todas as dimensões avaliadas.

A **articulação intersetorial governamental** - vetor estratégico essencial à execução de uma política que tem por fundamento a transversalidade da agenda das águas - é inferida, neste estudo, por meio da mensuração do componente *“Participação e Frequência de Representantes de Outras Políticas Públicas nos Comitês de Bacias e no Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais”* da Dimensão 1 da Governança. Esta apresentou desempenho final de 68,26% na matriz de indicadores, situando-a na classe Razoável da metodologia de avaliação.

Nesse resultado, o desempenho do indicador de participação no CERH/MG, isoladamente, alcançou a classe Boa da metodologia, atingindo 81,25% na matriz dos indicadores. Entretanto, teve peso determinante no resultado desta dimensão a mensuração do indicador nos 36 comitês de bacias hidrográficas do estado. Considerando a média simples obtida com o monitoramento da frequência dos representantes das políticas públicas estaduais e municipais, o índice de ausências foi de 33,75% do total de presenças possíveis nas 138 reuniões realizadas ao longo do ano de 2019. Já no exercício de mensuração com ponderação pela mediana do número de reuniões realizadas pelos diferentes comitês, o resultado revela uma expressiva alteração da participação com o índice de 44,20% de ausências ao longo do período analisado.

Conforme já descrito no capítulo específico deste Relatório, a ponderação dos resultados se apresenta necessária em razão da grande variação verificada no número de reuniões realizadas por cada CBH no ano de 2019, com amplitude identificada de 2 até 10 reuniões registradas. Muito embora seja um aspecto quantitativo, a diferença parece sugerir dinâmicas distintas dos colegiados, a serem melhor avaliadas como eventual subsídio no contexto das discussões em desenvolvimento sobre a remodelagem do SEGRH de Minas Gerais, no âmbito do CERH/MG.



As **Capacidades Estatais** – fator relevante para a efetividade e eficácia na implementação da política – tiveram seu desempenho aferido a partir da verificação da *“Composição Quali-Quantitativa da Equipe de Recursos Hídricos do Órgão Gestor”*, componente definido pela metodologia para a Dimensão 2 da Governança.

Os resultados expressos nas matrizes de avaliação de desempenho das áreas revelam uma condição situada no nível considerado razoável (51 a 70%) pela metodologia, alcançando 56,8% do total ótimo previsto. Na avaliação do desempenho do componente importa destacar, entretanto, o peso exercido pela estrutura ainda insuficiente das novas áreas criadas pelo Decreto Estadual nº 47.343/2018, com destaque para as nove Unidades Regionais de Gestão das Águas (Urgas) do Igam que demandam um número significativo de 51 profissionais especialistas, representando 38,93% da demanda total de ampliação de pessoal técnico do órgão gestor.

Os **Instrumentos de Gestão** – dimensão de maior peso no índice de governança refletindo a capacidade de gestão para implantar e executar os instrumentos de gestão e o seu grau de implementação - foram avaliados considerando o componente *“Implementação dos Instrumentos de Gestão e Capacidade de Suporte à Gestão”*. O Índice de Suporte à Gestão (ISG) recebeu 41,11% e se enquadrou na situação RUIM, enquanto o Índice de Implementação dos Planos de Ações (IPA) alcançou apenas 19,88%, se encaixando na situação PÉSSIMA, a pior na escala utilizada. Os resultados sugerem que a baixa implementação dos Planos Diretores de Recursos Hídricos e a baixa capacidade de suporte à gestão das Unidades de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos podem estar se influenciando negativamente, afetando o resultado final. Quando avaliados na mesma matriz, o IPA e o ISG alcançaram 31,11%, se enquadrando no penúltimo nível: RUIM (26 a 50%). Este é o pior valor quando comparado com as demais dimensões em análise, indicando que os itens avaliados na dimensão dos instrumentos de gestão precisam de mais apoio para alcançar os seus objetivos.

A Interação Estado-Sociedade – pressuposto de uma política participativa e descentralizada foi avaliada considerando as ações de comunicação social e de transparência das informações disponíveis, por meio da mensuração do Componente *“Comunicação e Transparência na Gestão dos Recursos Hídricos”* da Dimensão 4 da Governança.

Os resultados alcançados em 2019 apontam para uma condição considerada como razoável na escala adotada de cinco classes possíveis, atingindo 63,9% da condição ótima prevista.

A análise desagregada dos resultados permite verificar que os componentes 4C e 4D – *“Transparência nos Processos de Planejamento e Transparência na Gestão dos Recursos e Usos da Água”* tiveram o pior desempenho da avaliação, trazendo para a situação definida como razoável a Governança dessa dimensão do SEGRH.

Nesse contexto, os resultados obtidos com o monitoramento da governança da gestão do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos do estado de Minas Gerais revelaram uma condição considerada Ruim pela metodologia adotada, indicando a necessidade de revisões na dinâmica de funcionamento do sistema de gestão das águas, em todos os níveis de gerenciamento e participação.

Muito embora haja diferenças no desempenho dos indicadores mensurados nas quatro dimensões da Governança, ganham relevo alguns elementos de análise para fins de subsídio ao processo de discussão em curso sobre a remodelagem do Sistema.

A grande variação numérica identificada na realização de reuniões pelos 36 comitês de bacia (assim como na frequência registrada dos conselheiros) existentes no Estado, por exemplo, parece indicar a necessidade de se repensar o modelo em termos de seus recortes territoriais de gestão e/ou de seu planejamento e dinâmicas, bastante diferenciados regionalmente. Considerando, por outra parte, que não há definição normativa quanto a um número mínimo de reuniões ordinárias a serem realizadas anualmente pelos Comitês, uma pauta mínima associada aos programas e ações considerados estratégicos e prioritários pelos Planos de Bacia correspondentes poderiam ser, talvez, constitutivos da pauta básica de cada Comitê ao longo de cada ciclo anual.

Quanto às capacidades estatais, o resultado indica a necessidade de se buscar estratégias de ampliação dos quadros técnicos e administrativos, sobretudo das equipes das unidades regionais criadas em 2018. Uma estratégia já adotada foi a criação do Projeto Estruturação das Urgas – Prourgas, que tem como objetivo prover o aumento da capacidade produtiva destas unidades. O projeto conta com a participação de diversos parceiros, dentre eles: Ministério Público de Minas Gerais, Instituições de Ensino, Entidade equiparadas a agências de bacias, dentre outros.

No que concerne à implementação dos Instrumentos de Gestão, os resultados obtidos revelam uma condição ruim da governança, com muito baixa efetividade, sobretudo na execução dos Planos Diretores de Recursos Hídricos no estado de Minas Gerais. Considerando o peso dessa Dimensão na composição do Índice Geral da Governança do SERH/MG, o seu desempenho foi determinante no resultado geral, classificando a Governança na condição Ruim da metodologia.

A aplicação da Dimensão 3 sugere que os Indicadores 3.4 – *Gestão de Conflitos* e 6.1 – *Projetos Conveniados no FHIDRO* sejam readequados para melhor avaliar a capacidade de suporte à gestão das Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos. Por fim, recomenda-se alterar o título do Componente *Indicadores e Índices de Implementação de Planos Diretores de Recursos Hídricos e Índice de Suporte à Gestão* para Componente *Implementação dos Instrumentos de Gestão e Capacidade de Suporte à Gestão*.

A interação estado-sociedade, por sua vez, revelou a necessidade do aprimoramento da disponibilização de algumas informações, a partir da verificação continuada dos indicadores de transparência e comunicação escolhidos. O primeiro ciclo de avaliação anual já permitiu, inclusive, atualizações em vários sítios eletrônicos do SEGRH em 2019.

Além desses resultados e avaliações, o monitoramento desse primeiro ciclo anual da Governança, indicou a conveniência de outros estudos e revisão de alguns indicadores e aspectos metodológicos. Exemplifica-se, quanto à metodologia adotada, a necessidade de alteração no procedimento para o cálculo do desempenho dos indicadores da Dimensão 1. Uma proposta seria a adoção de dois sub-componentes específicos para a mensuração do desempenho no âmbito do CERH e dos CBHs separadamente, conforme justificativa e detalhamento apresentados no capítulo dos Resultados deste Relatório.

Sugere-se que estas discussões ocorram junto à Comissão instituída formalmente pelo CERH-MG, por meio da DN 61/2018 para o acompanhamento do monitoramento da Governança do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos de Minas Gerais.



APÊNDICE

MODELOS DE FICHAS E MATRIZES DE ANÁLISES DAS QUATRO DIMENSÕES DA GOVERNANÇA

DIMENSÃO 1 - INSTITUCIONAL LEGAL E RELAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS

REPRESENTAÇÃO PODER PÚBLICO NO CERH/MG - 2019

PODER PÚBLICO ESTADUAL		CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERH/MG	
PPE1	SEMAD	PPE1	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD
PPE2	SEPLAG	PPE2	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG
PPE3	SEAPA	PPE3	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA
PPE4	ARSAE - Atualmente SEDE	PPE4	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SEDECTES
PPE5	SES - Atualmente SEGOV	PPE5	Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - ARSAE/MG
PPE6	SETUR - Atualmente SES	PPE6	Secretaria de Estado de Saúde - SES
PPE7	SEE - Atualmente SEINFRA	PPE7	Secretaria de Estado de Turismo - SETUR
PPE8	SEDECTES - Atualmente SEE	PPE8	Secretaria de Estado de Educação - SEE
PPE9	SEDA - Atualmente SECULT	PPE9	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário - SEDA
PPE10	MPMG	PPE10	Ministério Público do Estado de Minas Gerais - MPMG
PODER PÚBLICO MUNICIPAL (Prefeituras)			
PPM1	Belo Horizonte	PPM1	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - PBH - 1º TITULAR
PPM2	Contagem	PPM2	Prefeitura Municipal de Contagem - PMC - 2º TITULAR
PPM3	Betim	PPM3	Prefeitura Municipal de Betim - PMB - 3ª TITULAR
PPM4	Almenara	PPM4	Prefeitura Municipal de Almenara - PMA
PPM5	São João do Manteninha	PPM5	Prefeitura Municipal de São João do Manteninha - PMSJM
PPM6	Viçosa	PPM6	Prefeitura Municipal de Viçosa - PMV - 1º TITULAR
PPM7	Santa Bárbara	PPM7	Prefeitura Municipal de Ipatinga - PMIpatinga - 2º TITULAR
PPM8	Rio Pomba	PPM8	Municípios da Bacia do Rio Paraíba do Sul (Lima Duarte, Juiz de Fora e Rio Pomba)
PPM9	Itapeva	PPM9	Prefeitura Municipal de Itapeva - PMItapeva
PPM10	Patrocínio	PPM10	Prefeitura Municipal de Unaí - PMUnaí

DIMENSÃO 1 - INSTITUCIONAL LEGAL E RELAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS

PARTICIPAÇÃO E FREQUÊNCIA DE REPRESENTANTES DE OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CERH/MG						
Entidades	Reunião1	Reunião2	Reunião3	Ausências	Presenças	Percentual participação
PPE1	23/04/2019	17/06/2019	13/12/2019		3	100
PPE2	23/04/2019	17/06/2019	13/12/2019		3	100
PPE3	23/04/2019	17/06/2019	13/12/2019	1	2	66,6
PPE4	23/04/2019	17/06/2019	13/12/2019		3	100
PPE5	23/04/2019	17/06/2019	13/12/2019		3	100
PPE6	23/04/2019	17/06/2019	13/12/2019		3	100
PPE7	23/04/2019	17/06/2019	13/12/2019		3	100
PPE8	23/04/2019	17/06/2019	13/12/2019	1	2	66,6
PPE9	23/04/2019	17/06/2019	13/12/2019	1	2	66,6
PPE10	23/04/2019	17/06/2019	13/12/2019		3	100
PPM1	23/04/2019	17/06/2019	13/12/2019		3	100
PPM2	23/04/2019	17/06/2019	13/12/2019		3	100
PPM3	23/04/2019	17/06/2019	13/12/2019		3	100
PPM4	23/04/2019	17/06/2019	13/12/2019	1	2	66,6
PPM5	23/04/2019	17/06/2019	13/12/2019	2	1	33,3
PPM6	23/04/2019	17/06/2019	13/12/2019	3		0
PPM7	23/04/2019	17/06/2019	13/12/2019		3	100
PPM8	23/04/2019	17/06/2019	13/12/2019		3	100
PPM9	23/04/2019	17/06/2019	13/12/2019		3	100
PPM10	23/04/2019	17/06/2019	13/12/2019		3	100
Total				9	51	85
Ausências X Presenças				3	27	90
1 Ausências X Presenças				6	24	80

DIMENSÃO 1 - INSTITUCIONAL LEGAL E RELAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS

PLANILHA DE DADOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS SEGMENTOS NAS REUNIÕES DOS 36 CBHs EM 2019

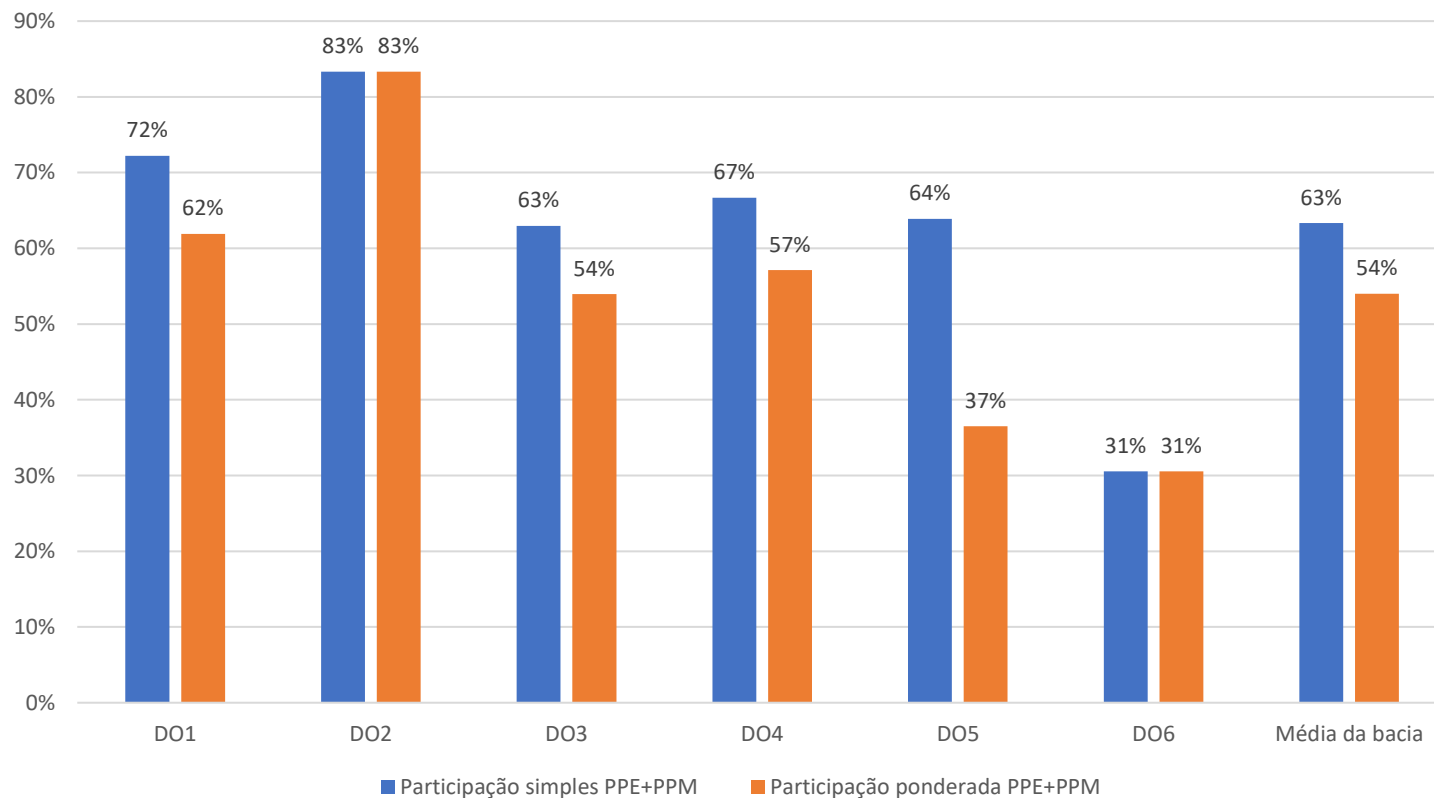
Sigla	Comitê de Bacia Hidrográfica	Faltas PPE	Faltas PPM	Faltas Usuários	Faltas Sociedade Civil	Número de vagas PODER PÚBLICO FEDERAL	Número de vagas PODER PÚBLICO ESTADUAL	Número de vagas PODER PÚBLICO MUNICIPAL	Número de vagas USUÁRIOS	Número de vagas SOCIEDADE CIVIL	TOTAL DE VAGAS	Total de reuniões (T)	Número de membros PPE+PPM (M)	Número possível de presenças (NP = M x T)	Número efetivo de participantes PPE+PPM, considerando todas as reuniões (NE)	Proporção de presenças PPE+PPM (PP = NE/NP)	Fator de ponderação (F = T / 3,5), onde 3,5 é o número mediano de reuniões	Índice de presença (IP = PP x F)
DO1	CBH do Rio Piranga	7	8	13	16	X	9	9	9	9	36	3	18	54	39	0,72	0,86	0,62
DO2	CBH do Rio Piracicaba	11	1	3	7	X	9	9	9	9	36	4	18	72	60	0,83	1,00	0,83
DO3	CBH do Rio Santo Antônio	10	10	7	7	X	9	9	9	9	36	3	18	54	34	0,63	0,86	0,54
DO4	CBH do Rio Suaçuí	10	8	10	9	X	9	9	9	9	36	3	18	54	36	0,67	0,86	0,57
DO5	CBH do Rio Caratinga	7	6	4	5	X	9	9	9	9	36	2	18	36	23	0,64	0,57	0,37
DO6	CBH das Águas do Rio Manhuaçu	17	8	8	3	X	9	9	9	9	36	4	18	72	22	0,31	1,00	0,31
GD1	CBH do Alto Rio Grande	5	9	15	14	X	6	6	6	6	24	5	12	60	46	0,77	1,00	0,77
GD2	CBH Vertentes do Rio Grande	4	8	5	4	X	4	4	4	4	16	5	8	40	28	0,70	1,00	0,70
GD3	CBH do Entorno do Lago de Furnas	10	9	2	6	X	6	6	6	6	24	3	12	36	17	0,47	0,86	0,40
GD4	CBH do Rio Verde	10	17	17	11	X	12	12	12	12	48	3	24	72	45	0,63	0,86	0,54
GD5	CBH do Rio Sapucaí	9	2	8	7	X	7	7	7	7	28	2	14	28	17	0,61	0,57	0,35
GD6	CBH dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo	18	21	14	12	X	10	10	10	10	40	5	20	100	61	0,61	1,00	0,61
GD7	CBH dos Afluentes Mineiros do Médio Rio Grande	16	15	13	18	X	8	8	8	8	32	6	16	96	65	0,68	1,00	0,68
GD8	CBH dos Afluentes Mineiros do Baixo Rio Grande	5	9	4	4	X	8	8	8	8	32	2	16	32	18	0,56	0,57	0,32
JQ1	CBH dos Afluentes Mineiros do Alto Jequitinhonha	3	6	3	7	X	6	6	6	6	24	2	12	24	15	0,63	0,57	0,36
JQ2	CBH do Rio Araçuaí	15	9	17	11	X	6	6	6	6	24	5	12	60	36	0,60	1,00	0,60
JQ3	CBH do Médio e Baixo Jequitinhonha	6	7	7	5	X	6	6	6	6	24	3	12	36	23	0,64	0,86	0,55
MU1	CBH do Rio Mucuri	2	15	9	4	X	5	5	5	5	20	6	10	60	43	0,72	1,00	0,72
PA1	CBH do Rio Mosquito e demais Afluentes Mineiros do Rio Pardo	18	11	15	4	X	7	7	7	7	28	4	14	56	27	0,48	1,00	0,48
PJ1	CBH dos Rios Piracicaba e Jaguari	9	6	2	6	X	3	3	3	3	12	5	6	30	15	0,50	1,00	0,50
PN1	CBH dos Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba	4	1	1	5	X	8	8	8	8	32	2	16	32	27	0,84	0,57	0,48
PN2	CBH do Rio Araguari	18	18	12	14	X	9	9	9	9	36	10	18	180	144	0,80	1,00	0,80
PN3	CBH dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba	2	5	3	2	X	8	8	8	8	32	2	16	32	25	0,78	0,57	0,45
PS1	CBH dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna	16	10	8	9	X	6	6	6	6	24	6	12	72	46	0,64	1,00	0,64
PS2	CBH dos Afluentes Mineiros dos Rios Pomba e Muriaé	4	4	3	3	X	4	4	4	4	16	3	8	24	16	0,67	0,86	0,57
SF1	CBH dos Afluentes do Alto São Francisco	12	14	15	9	X	8	8	8	8	32	4	16	64	38	0,59	1,00	0,59
SF10	CBH do Rio Verde Grande	3	4	14	5	2	6	6	16	10	40	2	12	24	17	0,71	0,57	0,40
SF2	CBH do Rio Pará	5	8	7	7	X	10	10	10	10	40	2	20	40	27	0,68	0,57	0,39
SF3	CBH do Rio Paraopeba	22	18	4	14	2	8	8	9	9	36	5	16	80	40	0,50	1,00	0,50
SF4	CBH do Entorno da Represa de Três Marias	7	5	3	13	X	6	6	6	6	24	4	12	48	36	0,75	1,00	0,75
SF5	CBH do Rio das Velhas	10	7	8	3	X	7	7	7	7	28	4	14	56	39	0,70	1,00	0,70
SF6	CBH dos Rios Jequitai e Pacuí	3	7	4	7	X	6	6	6	6	24	4	12	48	38	0,79	1,00	0,79
SF7	CBH Mineira do Rio Paracatu	8	11	6	8	X	6	6	6	6	24	7	12	84	65	0,77	1,00	0,77
SF8	CBH Mineiro do Rio Uruçuia	5	5	2	4	X	6	6	6	6	24	2	12	24	14	0,58	0,57	0,33
SF9	CBH dos Afluentes Mineiros do Médio São Francisco	5	8	9	8	X	6	6	6	6	24	3	12	36	23	0,64	0,86	0,55
SM1	CBH do Rio São Mateus	4	6	6	2	X	5	5	5	5	20	3	10	30	20	0,67	0,86	0,57
	Total de faltas em 138 reuniões	320	316	281	273	4	257	257	268	262	1048	138	514	1946	1.285	65,25% Média		55,8% Média
											Mediana	3,5						

DIMENSÃO 1 - INSTITUCIONAL LEGAL E RELAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS

GRÁFICOS DA PARTICIPAÇÃO CBHs POR BACIAS HIDROGRÁFICAS

RIO DOCE

Comparação participação simples X ponderada dos segmentos PPE+PPM na bacia do rio Doce - 2019

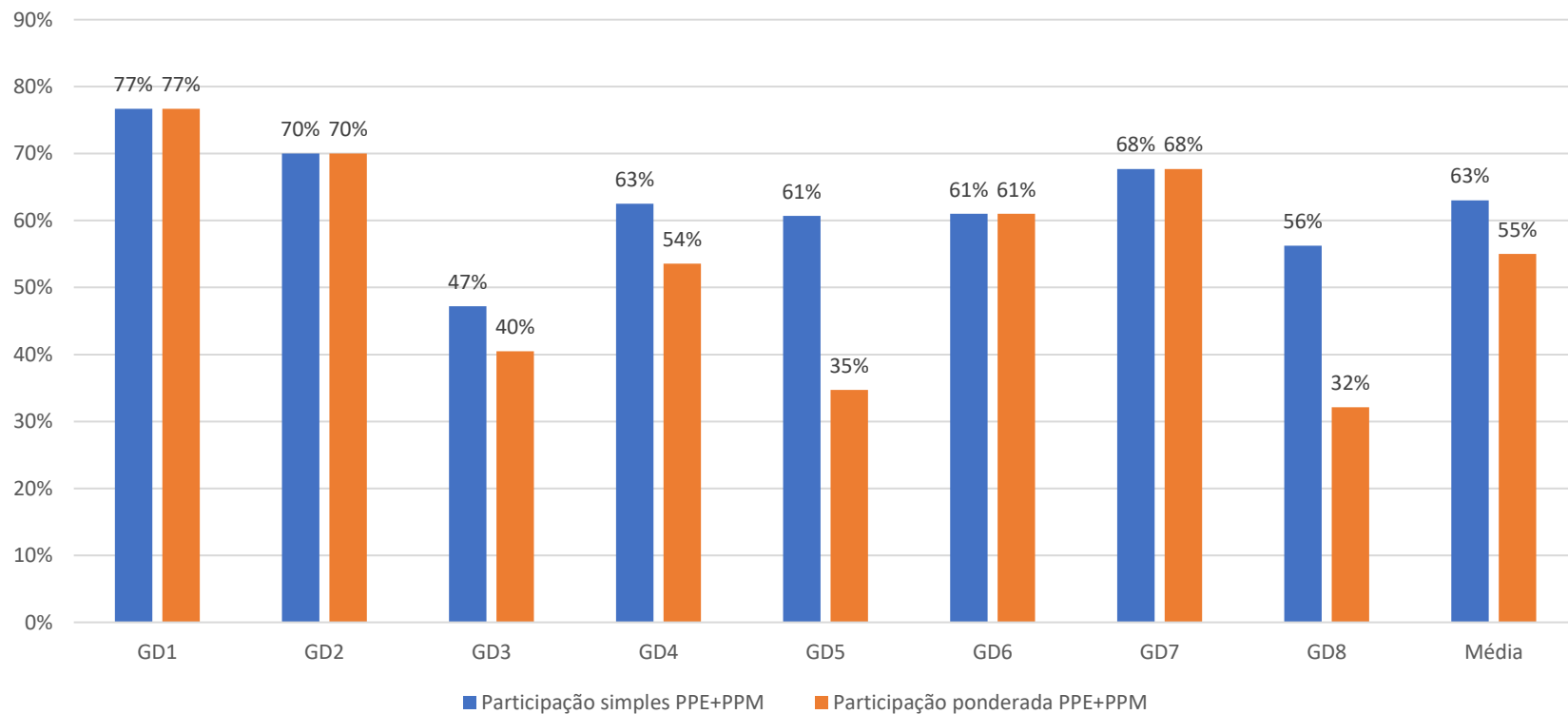


DIMENSÃO 1 - INSTITUCIONAL LEGAL E RELAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS

GRÁFICOS DA PARTICIPAÇÃO CBHs POR BACIAS HIDROGRÁFICAS

RIO GRANDE

Comparação participação simples X ponderada dos segmentos PPE+PPM na bacia do rio Grande - 2019

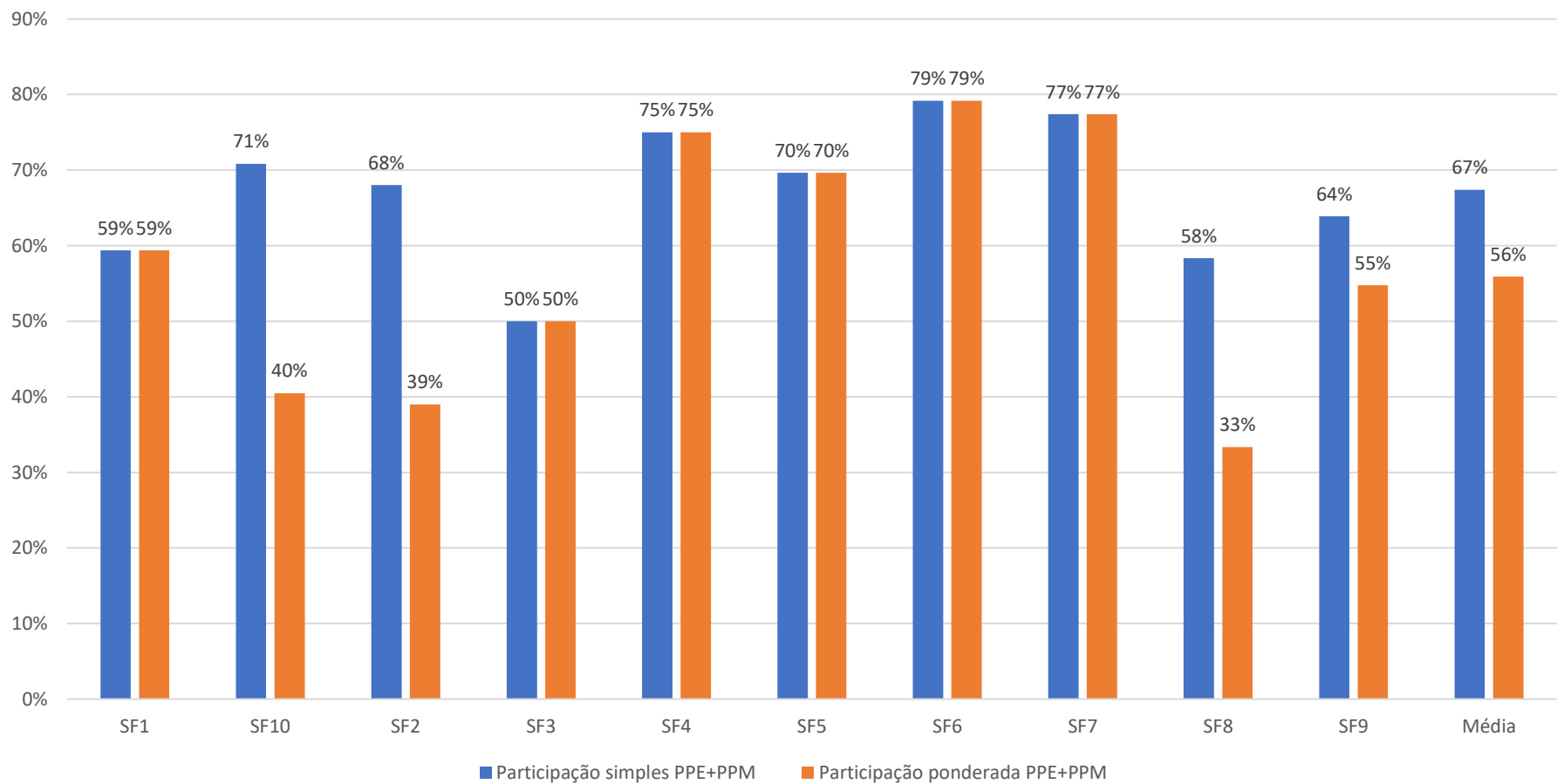


DIMENSÃO 1 - INSTITUCIONAL LEGAL E RELAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS

GRÁFICOS DA PARTICIPAÇÃO CBHs POR BACIAS HIDROGRÁFICAS

RIO SÃO FRANCISCO

Participação simples X ponderada dos segmentos PPE+PPM na bacia do rio São Francisco

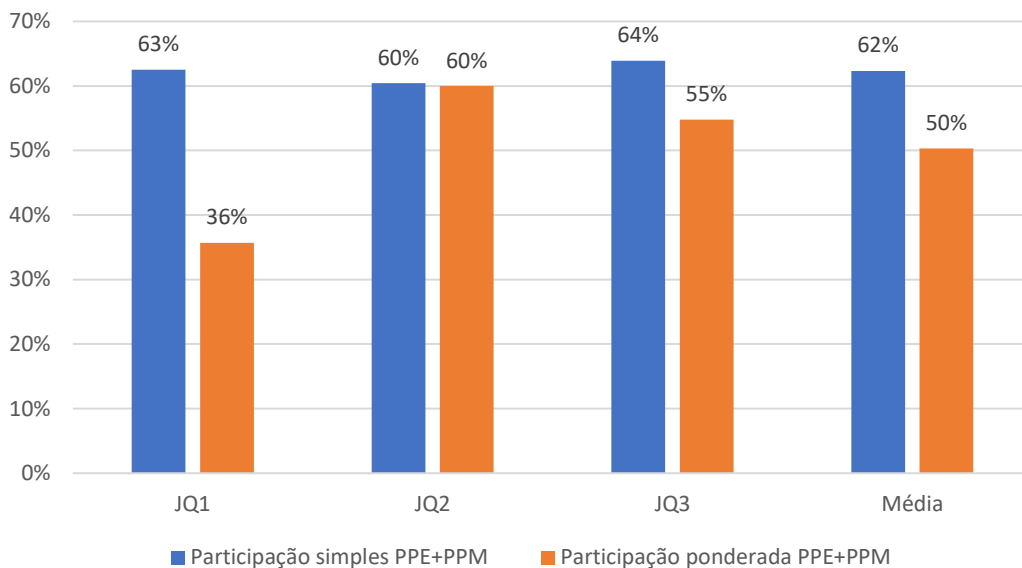


DIMENSÃO 1 - INSTITUCIONAL LEGAL E RELAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS

GRÁFICOS DA PARTICIPAÇÃO CBHs POR BACIAS HIDROGRÁFICAS

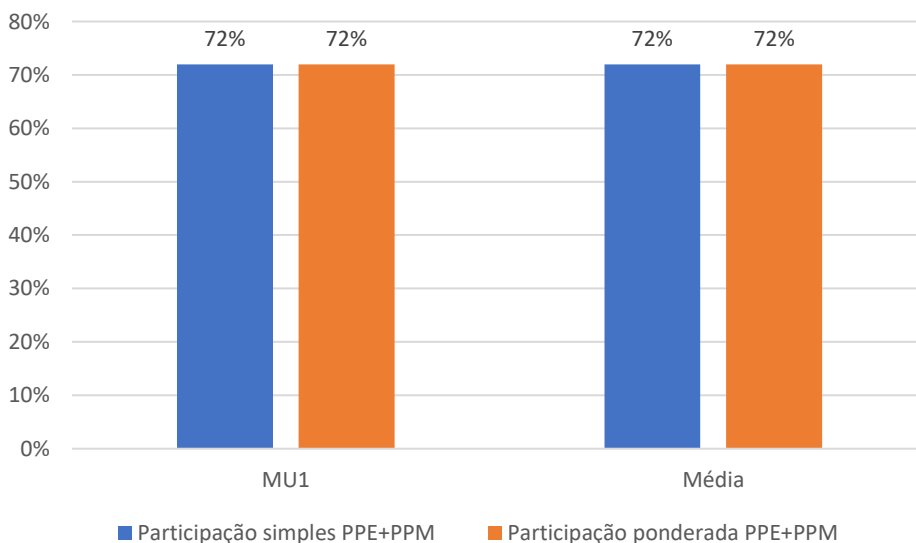
RIO JEQUITINHONHA

Participação simples X ponderada dos segmentos PPE+PPM na bacia do rio Jequitinhonha - 2019



RIO MUCURI

Participação simples X ponderada dos segmentos PPE+PPM na bacia do rio Mucuri - 2019

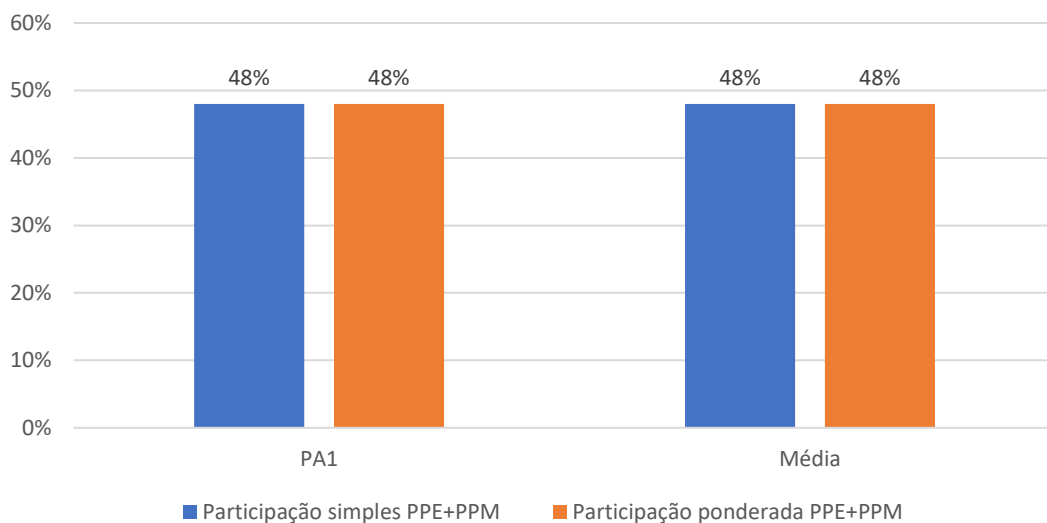


DIMENSÃO 1 - INSTITUCIONAL LEGAL E RELAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS

GRÁFICOS DA PARTICIPAÇÃO CBHs POR BACIAS HIDROGRÁFICAS

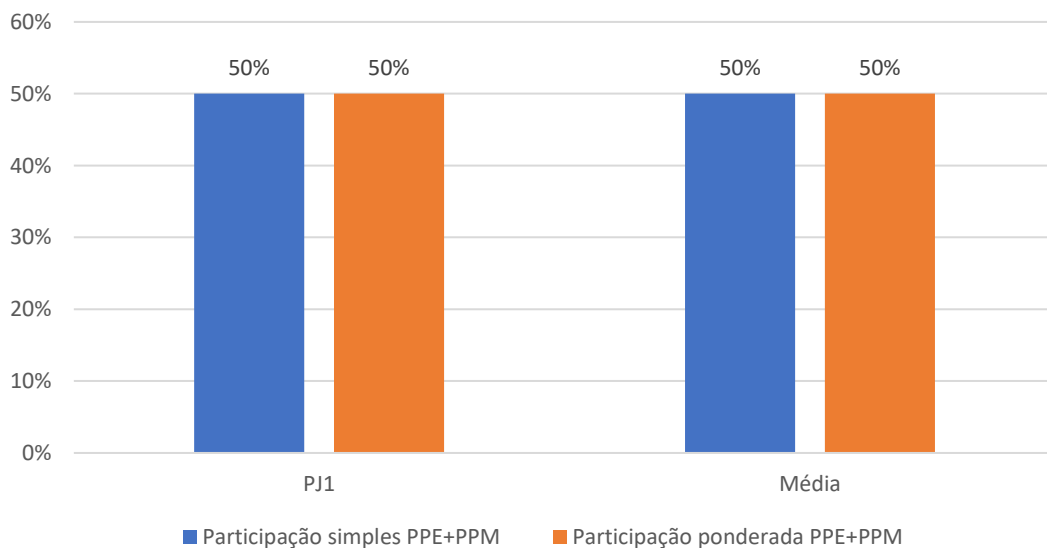
RIOS MOSQUITO E PARDO

Participação simples X ponderada dos segmentos PPE+PPM nas bacias dos rios Mosquito e Pardo - 2019



RIOS PIRACICABA E JAGUARI

Participação simples X ponderada dos segmentos PPE+PPM na bacia dos rios Piracicaba Jaguari

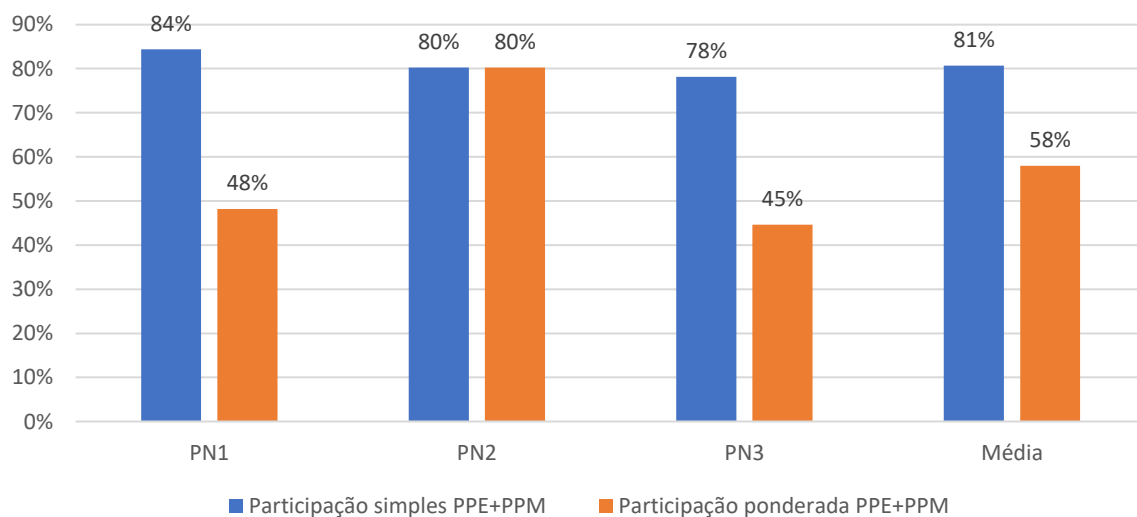


DIMENSÃO 1 - INSTITUCIONAL LEGAL E RELAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS

GRÁFICOS DA PARTICIPAÇÃO CBHs POR BACIAS HIDROGRÁFICAS

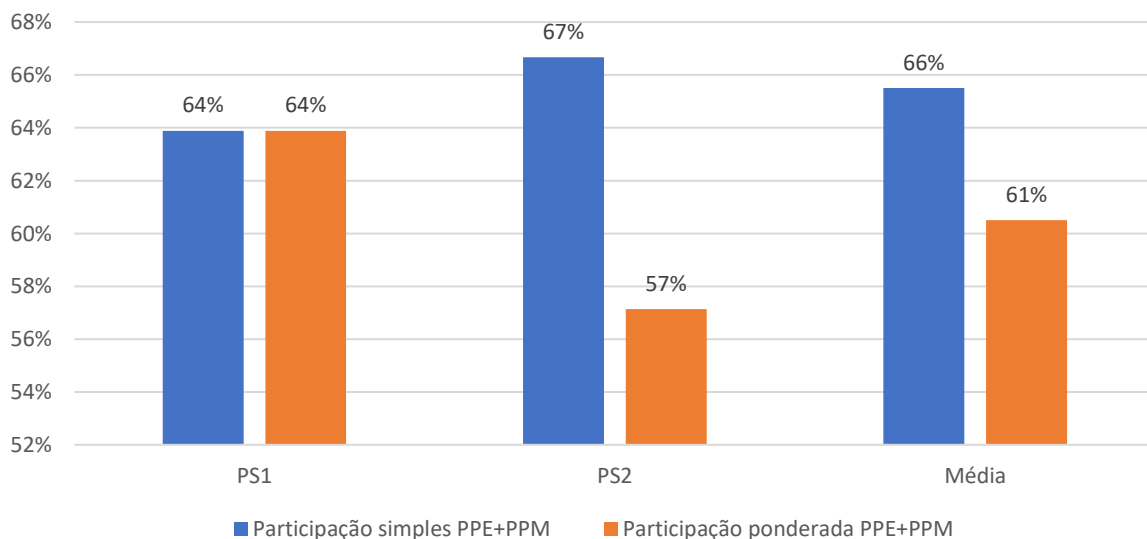
RIO PARANAÍBA

Participação simples X Ponderada dos segmentos PPE+PPM na bacia do rio Paranaíba



RIOS PRETO E PARAIBUNA E POMBA E MURIAÉ

Participação simples X ponderada dos segmentos PPE+PPM na bacia dos rios Preto e Paraibuna e Pomba e Muriaé

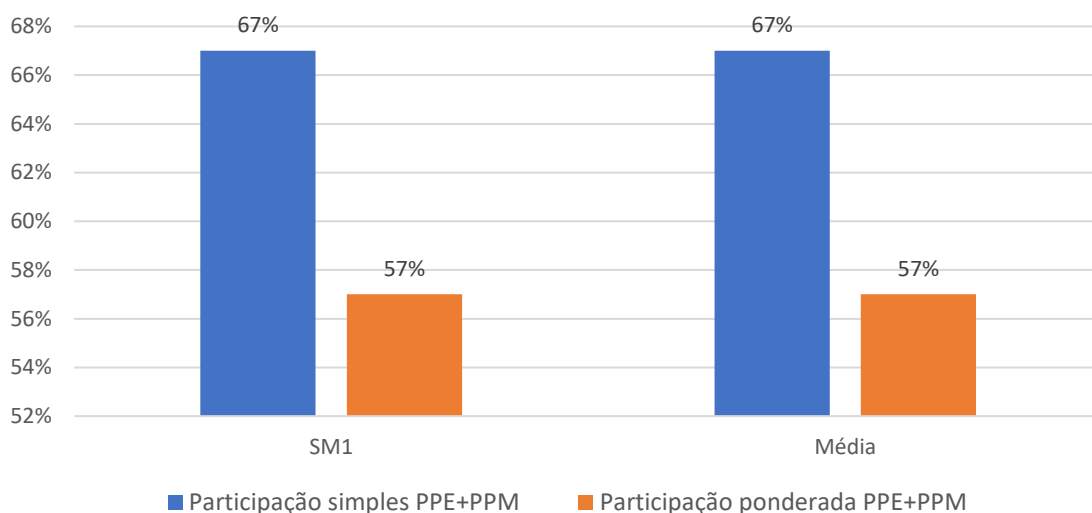


DIMENSÃO 1 - INSTITUCIONAL LEGAL E RELAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS

GRÁFICOS DA PARTICIPAÇÃO CBHs POR BACIAS HIDROGRÁFICAS

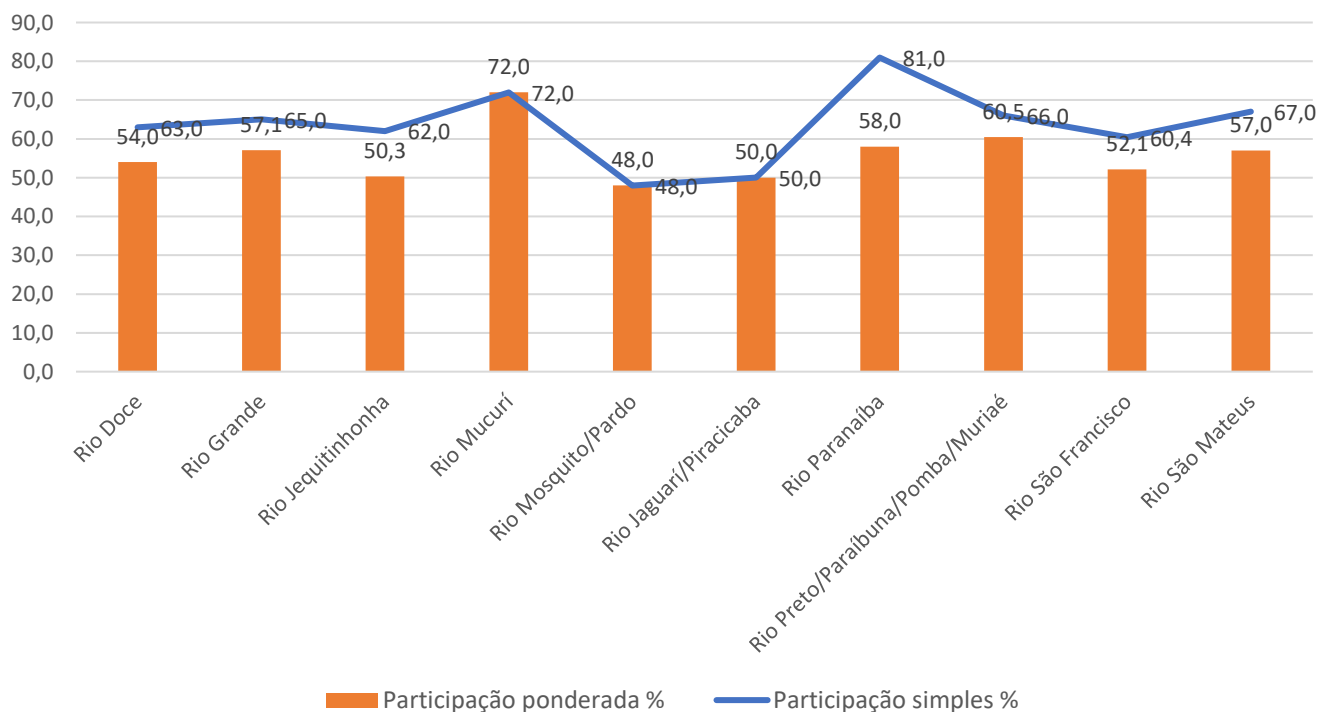
RIO SÃO MATEUS

Participação simples X ponderada dos segmentos PPE+PPM na bacia do rio São Mateus



MÉDIAS DAS PARTICIPAÇÕES CBHs POR BACIAS HIDROGRÁFICAS

Participação ponderada X participação simples

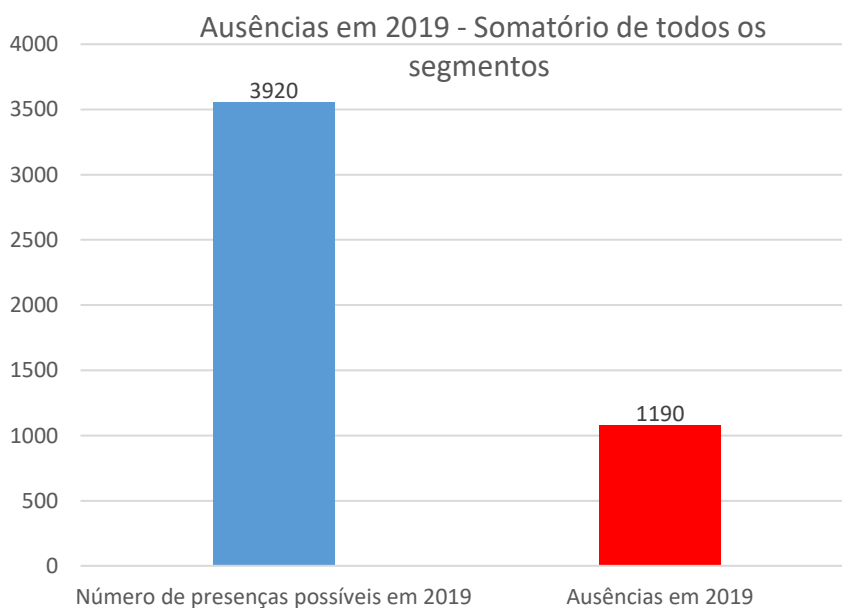


DIMENSÃO 1 - INSTITUCIONAL LEGAL E RELAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS

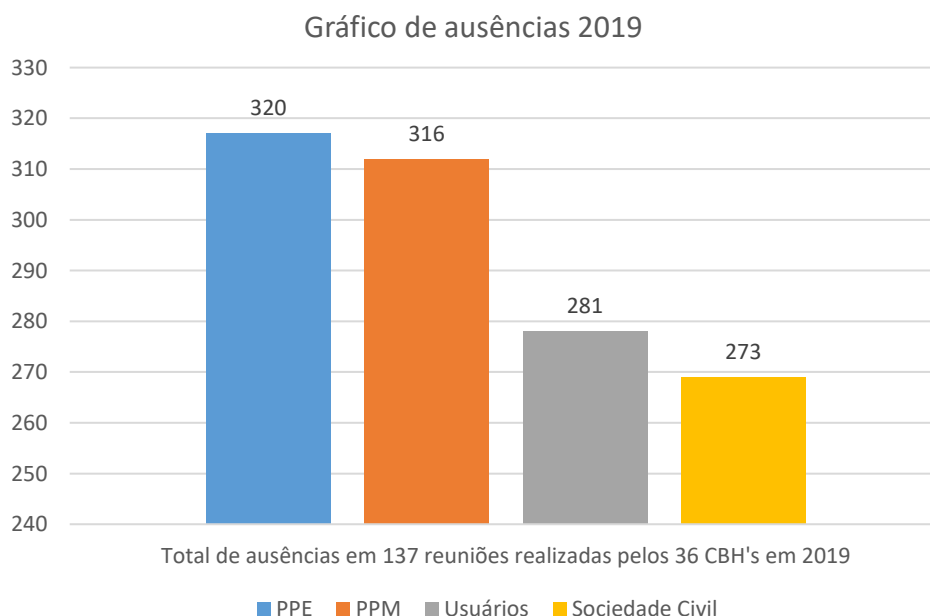
AUSÊNCIAS CONSIDERANDO O TOTAL DE TODOS OS SEGMENTOS

Considerando os registros encaminhados pelos CBHs, foram anotadas **1190** ausências de um total de **3920** presenças possíveis (nº de reuniões X número de vagas nos CBHs) nas **138** reuniões realizadas no ano de 2019 pelos 36 Comitês de bacia existentes no estado de Minas Gerais.

Os números revelam um percentual de ausência, em termos absolutos, de **30,35%**.



AUSÊNCIAS CONSIDERANDO OS QUATRO SEGMENTOS SEPARADAMENTE



DIMENSÃO 1 - INSTITUCIONAL LEGAL E RELAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS

GRÁFICO COMPARATIVO PARTICIPAÇÃO EFETIVA X PRESENCAS POSSÍVEIS EM 2019 NOS 36 CBHs

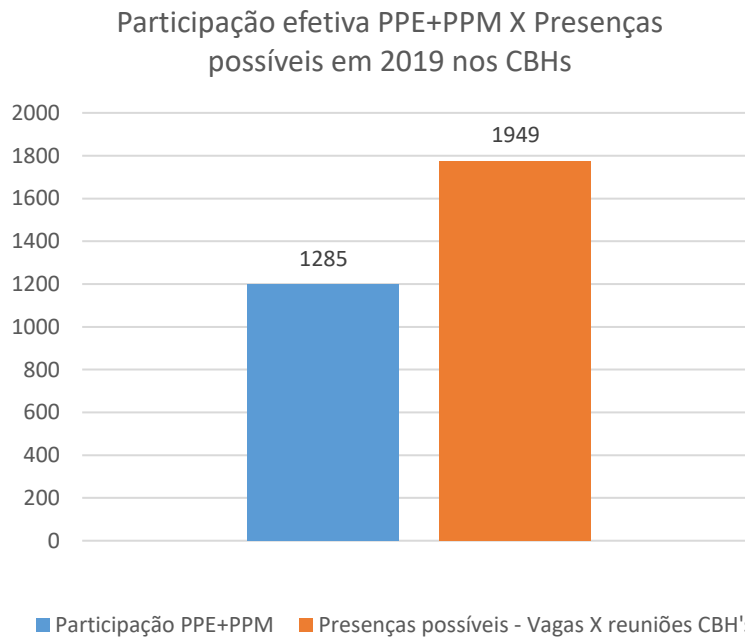
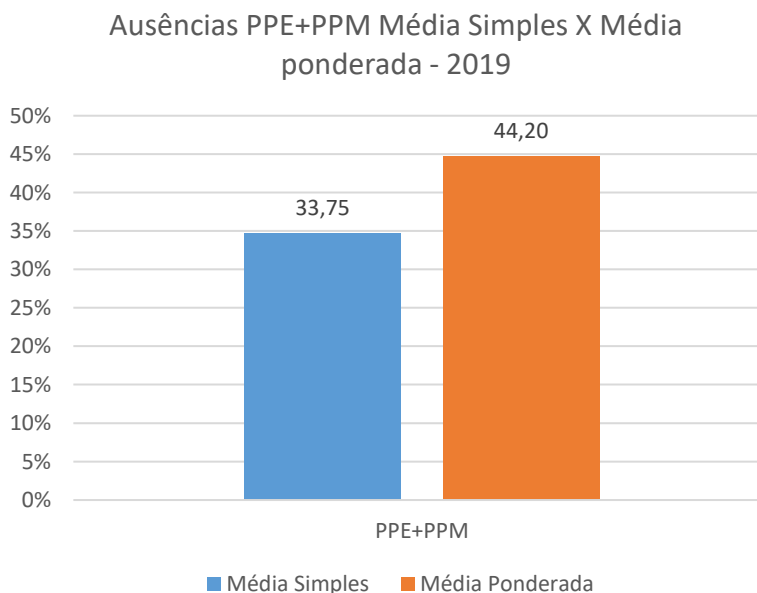


GRÁFICO COMPARATIVO DOS PERCENTUAIS DE AUSÊNCIAS (MÉDIA SIMPLES E MÉDIA PONDERADA), CONSIDERANDO O SOMATÓRIO PPE+PPM NAS 138 REUNIÕES REALIZADAS PELOS 36 CBHs EM 2019



DIMENSÃO 1 - INSTITUCIONAL LEGAL E RELAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS

FICHA DO INDICADOR DE PARTICIPAÇÃO NO CERH/MG

COMPONENTE 1 – PARTICIPAÇÃO E FREQUÊNCIA DE REPRESENTANTES DE OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS NOS COMITÊS DE BACIAS E NO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DE MINAS GERAIS		NOTA
INDICADOR 1.1 PARTICIPAÇÃO E FREQUÊNCIA DA SEMAD NO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS		
Indicador de Desempenho		
0	A frequência de presença dos conselheiros titulares ou suplentes nas reuniões ordinárias e extraordinárias foi menor que 30% na média dos últimos 12 meses	
0,25	A frequência de presença dos conselheiros titulares ou suplentes nas reuniões ordinárias e extraordinárias foi de 31% a 50% na média dos últimos 12 meses	
0,50	A frequência de presença dos conselheiros titulares ou suplentes nas reuniões ordinárias e extraordinárias foi de 51% a 70% na média dos últimos 12 meses	
0,75	A frequência de presença dos conselheiros titulares ou suplentes nas reuniões ordinárias e extraordinárias foi de 71% a 90% na média dos últimos 12 meses	
1	A frequência de presença dos conselheiros titulares ou suplentes nas reuniões ordinárias e extraordinárias foi maior que 90% na média dos últimos 12 meses	

FICHA DO INDICADOR DE PARTICIPAÇÃO NOS CBHs

COMPONENTE 1 – PARTICIPAÇÃO E FREQUÊNCIA DE REPRESENTANTES DE OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS NOS COMITÊS DE BACIAS E NO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DE MINAS GERAIS		NOTA
INDICADOR 1.21 PARTICIPAÇÃO E FREQUÊNCIA DE REPRESENTANTES DE OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS NOS COMITÊS DE BACIAS		
Indicador de Desempenho		
0	A frequência de presença dos conselheiros titulares ou suplentes nas reuniões ordinárias e extraordinárias foi menor que 30% na média dos últimos 12 meses	
0,25	A frequência de presença dos conselheiros titulares ou suplentes nas reuniões ordinárias e extraordinárias foi de 31% a 50% na média dos últimos 12 meses	
0,50	A frequência de presença dos conselheiros titulares ou suplentes nas reuniões ordinárias e extraordinárias foi de 51% a 70% na média dos últimos 12 meses	
0,75	A frequência de presença dos conselheiros titulares ou suplentes nas reuniões ordinárias e extraordinárias foi de 71% a 90% na média dos últimos 12 meses	
1	A frequência de presença dos conselheiros titulares ou suplentes nas reuniões ordinárias e extraordinárias foi maior que 90% na média dos últimos 12 meses	

DIMENSÃO 2 – CAPACIDADES ESTATAIS

FICHA DO INDICADOR DA CAPACIDADE INSTITUCIONAL

COMPONENTE 2 – Composição Quali-Quantitativa da Equipe de Recursos Hídricos do Órgão Gestor		NOTA
INDICADOR 2.1 Capacidade Operacional do Gabinete		
Indicador de Desempenho		
0	A composição da equipe é menor que 25% da capacidade necessária	
0,25	A composição da equipe está entre 25% e 45% da capacidade necessária	
0,50	A composição da equipe está entre 46% e 65% da capacidade necessária	
0,75	A composição da equipe está entre 66% e 85%da capacidade necessária	
1	A composição da equipe é maior que 85%da capacidade necessária	

MATRIZ DA DIMENSÃO 2

Dimensão 2 Capacidades Estatais	GABINETE	NAI	ASPRH	SEFHIDRO	PROCURADORIA	AUDITORIA	DGAS	URGAS	DPLR	DMEC	DIAF	Total Alcançado	Total Ótimo	Percentual do Ótimo (%)
Valor Alcançado													11	
Total Ótimo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	SITUAÇÃO DA DIMENSÃO 2 <input type="checkbox"/> ÓTIMA (91 a 100%) <input type="checkbox"/> BOA (71 a 90%) <input type="checkbox"/> RAZOÁVEL (51 a 70%) <input type="checkbox"/> RUIM (26 a 50%) <input type="checkbox"/> PÉSSIMA (0 a 25%)		
Percentual do Ótimo (%)														

DIMENSÃO 3 – IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO E CAPACIDADE DE SUPORTE À GESTÃO

FICHA DE APLICAÇÃO DO IPA

COMPONENTE 2 – Gestão da Oferta de Água		
PROGRAMA 2.1 – Gerenciamento dos recursos hídricos subterrâneos		
AÇÃO 2.1.2 - Implantação da rede de monitoramento para o sistema cárstico e cárstico fissurado na bacia do rio das Velhas		
OBJETIVO		
<p>Implantar uma rede de monitoramento das águas subterrâneas para o sistema cárstico e cárstico fissurado na bacia do rio das Velhas visando criar condições técnicas para melhor entender a dinâmica das águas subterrâneas desses sistemas, de forma a fornecer dados capazes de embasar e aprimorar a gestão integrada das águas subterrâneas e superficiais da bacia.</p>		
ATIVIDADE		
<p>Nesta Ação de detalhe será escolhida uma área piloto, no ambiente cárstico-fissurado, para monitorar o comportamento hidráulico e hidroquímico das águas subterrâneas neste meio. A escolha deste sistema para detalhamento vem do conhecimento de que o sistema cárstico, normalmente, tem maior vocação para captação de águas subterrâneas, e ao mesmo tempo constitui um sistema frágil às interferências externas. Esta Ação visa a implantar um programa de monitoramento para as águas subterrâneas onde a evolução do conhecimento hidrogeológico permita conceber um modelo da dinâmica das águas subterrâneas para a região, conhecer suas reservas hídricas subterrâneas e estabelecer um programa de gestão dos recursos hídricos da bacia do rio das Velhas e em bacias similares em todo Estado de Minas Gerais, sob o foco da hidrogeologia. São previstas as seguintes atividades para esta ação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Seleção e levantamento de dados básicos na área piloto; - Implantação da rede de poços de monitoramento; - Caracterização dos sistemas aquíferos na área piloto. 		
META		
Implantação da rede de monitoramento para o sistema cárstico e cárstico fissurado em até 8 anos.		
PRAZO DE EXECUÇÃO		
08 anos (2015 a 2022)		
INDICADOR DE IMPLEMENTAÇÃO	VALOR ESPERADO PARA 2018	0,50
	VALOR ALCANÇADO	0,50
0	A seleção da área piloto para implantação da rede de monitoramento para o sistema cárstico e cárstico fissurado não foi iniciada.	
0,25	Seleção da área piloto para implantação da rede de monitoramento para o sistema cárstico e cárstico fissurado concluída.	
0,50	Levantamento de dados básicos na área piloto para implantação da rede de monitoramento para o sistema cárstico e cárstico fissurado concluído.	
0,75	Implantação da rede de poços de monitoramento para o sistema cárstico e cárstico fissurado concluída.	
1	Caracterização dos sistemas aquíferos na área piloto concluídos.	
COMENTÁRIO		

**DIMENSÃO 3 – IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO E CAPACIDADE DE SUPORTE
À GESTÃO**

FICHA DE APLICAÇÃO DO ISG

COMPONENTE 1 – Instrumentos de Gestão	NOTA
CARACTERÍSTICA 1.1 – Plano Diretor de Recursos Hídricos	
INDICADOR DE DESEMPENHO	
0	A UPGRH não possui Plano Diretor de Recursos Hídricos.
0,25	O plano diretor de recursos hídricos da UPGRH está em processo de licitação para ser elaborado por uma consultoria técnica especializada.
0,50	O Plano Diretor de Recursos Hídricos da UPGRH está em elaboração.
0,75	A UPGRH possui Plano Diretor de Recursos Hídricos, mas as ações estabelecidas no Plano de Ação não são bem estruturadas, não apresentam o detalhamento necessário para compreensão das informações e não apresentam com clareza as prioridades e orientações para a sua implementação.
1	A UPGRH possui Plano Diretor de Recursos Hídricos e as ações estabelecidas no Plano de Ação são bem estruturadas, bem detalhadas e de fácil compreensão refletindo a necessidade real da bacia hidrográfica, além de apresentar prioridades e orientações para a sua implementação.
COMENTÁRIO	

MATRIZ DA DIMENSÃO 3

Dimensão 3 Instrumentos de Gestão	Índice de Implementação dos Planos de Ações - IPA	Índice de Suporte à Gestão - ISG	Total Alcançado	Total Ótimo	Percentual do Ótimo (%)
Valor Alcançado				1.768,5	
Total Ótimo	832,5	936	SITUAÇÃO DIMENSÃO 3 <input type="checkbox"/> ÓTIMA (91 a 100%) <input type="checkbox"/> BOA (71 a 90%) <input type="checkbox"/> RAZOÁVEL (51 a 70%) <input type="checkbox"/> RUIM (26 a 50%) <input type="checkbox"/> PÉSSIMA (0 a 25%)		
Percentual do Ótimo (%)					

DIMENSÃO 4 - INTERAÇÃO ESTADO-SOCIEDADE

FICHA DO INDICADOR DA COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

COMPONENTE 4A – INFORMAÇÕES SOBRE O SISTEMA		NOTA
SUBCOMPONENTE 4A.1 – INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL BÁSICA		
4A.1.1 – Estrutura organizacional do SEGRH		
0	A estrutura organizacional do SEGRH não está disponível para consulta	
0,50	A estrutura organizacional do SEGRH está disponível, mas não está atualizada	
1	A estrutura organizacional do SEGRH está disponível nas páginas eletrônicas do órgão gestor – Igam/MG	

MATRIZ DA DIMENSÃO 4

Dimensão 4 Interação Estado - Sociedade	COMPONENTE A	COMPONENTE B	COMPONENTE C	COMPONENTE D	COMPONENTE E	COMPONENTE F	COMPONENTE G	Total Alcançado	Total Ótimo	Percentual do Ótimo (%)
Valor Alcançado									70	
Total Ótimo	11	16	11	11	5	8	8	SITUAÇÃO DA DIMENSÃO 4 <input type="checkbox"/> ÓTIMA (91 a 100%) <input type="checkbox"/> BOA (71 a 90%) <input type="checkbox"/> RAZOÁVEL (51 a 70%) <input type="checkbox"/> RUIM (26 a 50%) <input type="checkbox"/> PÉSSIMA (0 a 25%)		
Percentual do Ótimo (%)										



ANEXO

DELIBERAÇÃO NORMATIVA CERH nº 61, de 13 de dezembro de 2018.



DELIBERAÇÃO NORMATIVA CERH n° 61, de 13 de dezembro de 2018.

Estabelece as dimensões do monitoramento da governança do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERH, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Estadual n° 13.199, de 29 de janeiro de 1999, pelo Decreto Estadual n° 46.501 de 05 de maio de 2014, e pela Deliberação Normativa CERH-MG n° 44, de 06 de janeiro de 2014, e

Considerando o disposto pela Lei 13.199, que estabelece a Política Estadual de Recursos Hídricos, em vigência desde 29 de janeiro de 1999, e, ainda, a deliberação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos quanto a necessidade do estabelecimento de procedimentos de avaliação sobre a governança do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, constituindo, para tanto, um Grupo de Trabalho específico sobre Governança;

Considerando que são fundamentos das políticas nacional e estadual de recursos hídricos, a gestão descentralizada, e com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades, e a adoção da bacia hidrográfica como unidade territorial para implementação dos sistemas de gerenciamento de recursos hídricos;

Considerando que a governança vem se tornando tema e iniciativa importantes para o monitoramento da gestão nas diversas áreas das políticas públicas em todo o mundo, e especialmente no caso das políticas públicas relacionadas às águas;

Considerando que a aferição da evolução e da qualidade da governança e da gestão só são possíveis por meio da adoção de instrumentos de avaliação e de informação eficientes para a participação e cooperação dos diferentes segmentos públicos e privados indissociáveis do gerenciamento dos recursos hídricos;

DELIBERA:

Art. 1° Para efeito desta Deliberação são adotadas as seguintes definições:

I - **Indicador**: sinal mensurável ou tangível de um determinado conceito, fenômeno, problema ou resultado de uma intervenção na realidade;

II - **Monitoramento**: acompanhamento sistematizado, contínuo e permanente de dados e informações, que permite evidenciar os impactos (positivos e negativos) sobre o desenvolvimento, desempenho e grau de realização (objetivos, metas, cronogramas e recursos) de intervenções implantadas (programa, projetos ou ações) disponibilizados, sempre que tecnicamente possível, por UPGRHs e regiões hidrográficas de UPGRHs, municípios e unidades territoriais de planejamento estadual;

III - **Governança Pública**: conjunto de regras políticas, institucionais e administrativas, bem como de práticas e processos (formais e informais), através dos quais informações são analisadas, aplicáveis a tomada de decisões e implementação compartilhada entre o governo e a sociedade.

Art. 2° Os Indicadores de Governança do Sistema Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais serão avaliados no âmbito de 4 (quatro) dimensões da gestão, a saber:

I - Ambiente Institucional e Relações Intergovernamentais - apresenta a efetividade da lei e a importância do tema para a agenda pública; e os níveis de articulação intersetorial e intrasetorial e participação estadual e municipal no Sistema de Gestão de Recursos Hídricos, em seus diversos fóruns;

II - Capacidades Estatais - apresenta requisitos demonstrativos da capacidade institucional do Estado;

III - Instrumentos de Gestão - apresenta os instrumentos de gestão de recursos hídricos no que tange às esferas de planejamento, metas e monitoramento;

IV - Interação Estado e Sociedade - apresenta e qualifica os canais de participação.

Art. 3º Os indicadores das dimensões da governança do SEGRH serão monitorados em caráter permanente, conforme descrição contida no Anexo Único desta Deliberação.

§1º - Os resultados deverão ser apresentados anualmente, para análise, verificação de pertinência e decisão sobre encaminhamentos diante dos resultados, na primeira reunião ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do ano subsequente.

§2º - A apresentação de relatório anual de monitoramento ao CERH não impede a apresentação de informações em menor periodicidade nos canais próprios de comunicação, informação e transparência da gestão de recursos hídricos do IGAM/SISEMA e demais organizações do SEGRH.

§3º Para o cumprimento do disposto no parágrafo 1º, uma comissão deverá ser formada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

§4º A comissão citada no parágrafo anterior será sempre paritária e formada por no mínimo um (1) e no máximo (2) representantes de cada um dos quatro segmentos que compõem o CERH.

§5º Os dados utilizados para aplicação dos indicadores devem, sempre que tecnicamente possível, estar disponíveis em documentos de fácil acesso e operação pelo público em geral, inclusive, em planilhas e arquivos de geoprocessamento;

§6º As análises e relatórios da comissão poderão indicar acréscimo de indicadores e alterações dos parâmetros dos mesmos, inclusive da metodologia de pontuação, na forma de anexo substitutivo ao ANEXO ÚNICO desta deliberação, a ser aprovado pelo CERH, ouvidas as câmaras técnicas pertinentes.

Art. 4º Esta Deliberação Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 13 de dezembro de 2018.

Germano Luiz Gomes Vieira

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Secretário Executivo do CERH

ANEXO ÚNICO

Indicadores e Índices de Governança do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos de Minas Gerais.

ANEXO ÚNICO DN CERH 61/18

GRUPOS DE COMPONENTES, SUBCOMPONENTES E INDICADORES DE DESEMPENHO, POR DIMENSÃO

Dimensão 1: Institucional e Legal e Relações Intergovernamentais - Indicador e Índice da Participação e Frequência de Representantes de outras Políticas Públicas nos Comitês de Bacias e no Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais

1 COMPONENTE

18 INDICADORES DE DESEMPENHO

COMPONENTE 1- PARTICIPAÇÃO E FREQUÊNCIA DE REPRESENTANTES DE OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS NOS COMITÊS DE BACIAS E NO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DE MINAS GERAIS.

- INDICADOR 1.1 PARTICIPAÇÃO E FREQUÊNCIA DA SEMAD NO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS
- INDICADOR 1.2 PARTICIPAÇÃO E FREQUÊNCIA DA SEPLAG NO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS
- INDICADOR 1.3 PARTICIPAÇÃO E FREQUÊNCIA DA SEAPA NO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS
- INDICADOR 1.4 PARTICIPAÇÃO E FREQUÊNCIA DA ARSAE NO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS
- INDICADOR 1.5 PARTICIPAÇÃO E FREQUÊNCIA DA SES NO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS
- INDICADOR 1.6 PARTICIPAÇÃO E FREQUÊNCIA DA SETUR NO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS
- INDICADOR 1.7 PARTICIPAÇÃO E FREQUÊNCIA DA SEE NO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS
- INDICADOR 1.8 PARTICIPAÇÃO E FREQUÊNCIA DA SEDECTES NO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS
- INDICADOR 1.9 PARTICIPAÇÃO E FREQUÊNCIA DO MPE NO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS
- INDICADOR 1.10 PARTICIPAÇÃO E FREQUÊNCIA DA SEDA NO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

- INDICADOR 1.11 PARTICIPAÇÃO E FREQUÊNCIA DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL - BACIA SÃO FRANCISCO NO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS
- INDICADOR 1.12 PARTICIPAÇÃO E FREQUÊNCIA DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL – BACIAS JEQUITINHONHA E PARDO NO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS
- INDICADOR 1.13 PARTICIPAÇÃO E FREQUÊNCIA DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL - BACIA DO LESTE NO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS
- INDICADOR 1.14 PARTICIPAÇÃO E FREQUÊNCIA DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL - BACIA DO RIO DOCE NO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS
- INDICADOR 1.15 PARTICIPAÇÃO E FREQUÊNCIA DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL – BACIA DO PARAÍBA DO SUL NO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS
- INDICADOR 1.16 PARTICIPAÇÃO E FREQUÊNCIA DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL - BACIA DO RIO PARANAÍBA NO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS
- INDICADOR 1.17 PARTICIPAÇÃO E FREQUÊNCIA DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL – BACIAS DOS RIOS GRANDE, PIRACICABA E JAGUARÍ SÃO FRANCISCO NO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS
- INDICADOR 1.18 PARTICIPAÇÃO E FREQUÊNCIA DE REPRESENTANTES DE OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS NOS COMITÊS DE BACIAS

OBS.: PARA O INDICADOR 1.18, A FREQUÊNCIA SERÁ CALCULADA A PARTIR DO SOMATÓRIO DAS MÉDIAS DOS ÚLTIMOS 12 MESES, PARA CADA REPRESENTAÇÃO ESTADUAL, POR CBH. O VALOR PERCENTUAL ASSIM OBTIDO SERÁ CONSIDERADO PARA LANÇAMENTO NA FICHA DO INDICADOR PARA OBTENÇÃO DA NOTA.

Dimensão 2: Capacidades Estatais - Indicador e Índice da Composição Quali-Quantitativa da Equipe de Recursos Hídricos do Órgão Gestor

1 COMPONENTE

11 INDICADORES DE DESEMPENHO

COMPONENTE 2 CAPACIDADE OPERACIONAL

- INDICADOR 2.1 CAPACIDADE OPERACIONAL DO GABINETE
- INDICADOR 2.2 CAPACIDADE OPERACIONAL DA ASPRH
- INDICADOR 2.3 CAPACIDADE OPERACIONAL DAS URGAS
- INDICADOR 2.4 CAPACIDADE OPERACIONAL DO NAI
- INDICADOR 2.5 CAPACIDADE OPERACIONAL DA SEFHIDRO

Dimensão 3: Instrumentos de Gestão – Indicadores e Índices de Implementação de Planos Diretores de Recursos Hídricos e Índice de Suporte à Gestão

Os componentes, subcomponentes e indicadores de desempenho dessa dimensão variam segundo o Plano Diretor de Recursos Hídricos avaliado, conforme metodologia proposta por MOTA (2018), e já aplicada para as UPRGHs do rio das Velhas (SF5) e do rio Jequitinhonha (JQ3), e **correspondem aos programas e projetos de cada Plano Diretor**. Para esta dimensão, portanto, e conforme já definido na metodologia, deverá ser adotada a proposta dos indicadores de desempenho na implementação dos 36 Planos Diretores, e seus resultados comporão a avaliação sobre a governança do sistema de gestão de recursos hídricos de Minas Gerais.

Dimensão 4: Interação Estado-Sociedade - Indicadores e Índice de Desempenho da Comunicação e Transparência na Gestão dos Recursos Hídricos

7 COMPONENTES A SEREM CONSIDERADOS

10 SUBCOMPONENTES

70 INDICADORES DE DESEMPENHO

COMPONENTE 4A. INFORMAÇÕES SOBRE O SISTEMA

- . SUBCOMPONENTE 4A.1 INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL BÁSICA
- . SUBCOMPONENTE 4A.2 LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO EM RECURSOS HÍDRICOS

COMPONENTE 4B. RELAÇÕES COM O PÚBLICO E AS PARTES INTERESSADAS

- . SUBCOMPONENTE 4B.1. INFORMAÇÃO E ATENÇÃO AO PÚBLICO
- . SUBCOMPONENTE 4B.2. PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

COMPONENTE 4C. TRANSPARÊNCIA NOS PROCESSOS DE PLANEJAMENTO

COMPONENTE 4D. TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DOS RECURSOS E USOS DA ÁGUA

- . SUBCOMPONENTE 4D.1. GESTÃO ANUAL DE RECURSOS HÍDRICOS
- . SUBCOMPONENTE 4D.2. INFORMAÇÃO SOBRE OS USOS DA ÁGUA

COMPONENTE 4E. TRANSPARÊNCIA ECONÔMICO FINANCEIRA

- . SUBCOMPONENTE 4E.1. INFORMAÇÃO CONTÁBIL E ORÇAMENTÁRIA
- . SUBCOMPONENTE 4E.2. TRANSPARÊNCIA DE RECEITAS E DESPESAS DO SISTEMA

COMPONENTE 4F. TRANSPARÊNCIA EM CONTRATOS E LICITAÇÕES

- . SUBCOMPONENTE 4F.1. REGRAS DE ACESSO AOS FUNDOS DE RECURSOS HÍDRICOS ESTADUAIS
- . SUBCOMPONENTE 4F.2. RELAÇÕES E OPERAÇÕES COM FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇO

COMPONENTE 4G - TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PELA AGÊNCIAS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

INDICADORES

COMPONENTE 4A - INFORMAÇÕES SOBRE O SISTEMA
SUBCOMPONENTE 4A-1 - INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL BÁSICA

- **INDICADOR 4A-1 -1 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO SEGRH**

COMPONENTE 4A - INFORMAÇÕES SOBRE O SISTEMA
SUBCOMPONENTE 4A.1 - INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL BÁSICA

- **INDICADOR 4A.1.2 - FUNÇÕES PRINCIPAIS E AS ATRIBUIÇÕES DAS DIFERENTES ÁREAS DE ATUAÇÃO (DEPARTAMENTOS) DO ÓRGÃO GESTOR (IGAM)**

COMPONENTE 4A - INFORMAÇÕES SOBRE O SISTEMA
SUBCOMPONENTE 4A-1 - INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL BÁSICA

- **INDICADOR 4A-1-3 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ENTIDADE COORDENADORA DO SISTEMA (SEMAD)**

COMPONENTE 4A - INFORMAÇÕES SOBRE O SISTEMA
SUBCOMPONENTE 4A-1 - INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL BÁSICA

- **INDICADOR 4A-1-4 - FUNÇÕES PRINCIPAIS E AS ATRIBUIÇÕES DAS DIFERENTES ÁREAS DE ATUAÇÃO (DEPARTAMENTOS) DA ENTIDADE COORDENADORA (SEMAD)**

COMPONENTE 4A - INFORMAÇÕES SOBRE O SISTEMA
SUBCOMPONENTE 4A-1 - INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL BÁSICA

- **INDICADOR 4A-1 -5 - LISTA DE CONTATOS DOS TÉCNICOS E/OU DIRIGENTES DAS ENTIDADES GESTORA E COORDENADORA (NÚMEROS DE TELEFONE E/OU ENDEREÇOS DE E-MAIL)**

COMPONENTE 4A - INFORMAÇÕES SOBRE O SISTEMA
SUBCOMPONENTE 4A-1 - INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL BÁSICA

- **INDICADOR 4A-1-6 - INFORMAÇÃO SOBRE A COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (NOME, CONTATO, E QUEM REPRESENTA, TITULAR E SUPLENTE)**

COMPONENTE 4A - INFORMAÇÕES SOBRE O SISTEMA
SUBCOMPONENTE 4A-1 - INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL BÁSICA

- **INDICADOR 4A-1-7 - INFORMAÇÃO SOBRE A COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DOS COMITÊS DE BACIAS (NOME, CONTATO, E QUEM REPRESENTA, TITULAR E SUPLENTE)**

COMPONENTE 4A - INFORMAÇÕES SOBRE O SISTEMA

SUBCOMPONENTE 4A-1 - INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL BÁSICA

- **INDICADOR 4A-1-8 - INFORMAÇÃO SOBRE A COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DA AGÊNCIA DE BACIA (NOME, CONTATO, E QUEM REPRESENTA, TITULAR E SUPLENTE)**

COMPONENTE 4A - INFORMAÇÕES SOBRE O SISTEMA

SUBCOMPONENTE 4A-2 - LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO EM RECURSOS HÍDRICOS

- **INDICADOR 4A-2-1 - TEXTO CONSOLIDADO DA LEGISLAÇÃO ESTADUAL**

COMPONENTE 4A - INFORMAÇÕES SOBRE O SISTEMA

SUBCOMPONENTE 4A-2 - LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO EM RECURSOS HÍDRICOS

- **4A-2-2 - DELIBERAÇÕES E/OU RESOLUÇÕES E/OU MOÇÕES APROVADAS PELO CERH-MG**

COMPONENTE 4A - INFORMAÇÕES SOBRE O SISTEMA

SUBCOMPONENTE 4A-2 - LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO EM RECURSOS HÍDRICOS

- **INDICADOR 4A-2-3 - TEXTO LEGAL OU OS ESTATUTOS DE TODOS OS ÓRGÃOS COLEGIADOS**

COMPONENTE 4B - RELAÇÕES COM O PÚBLICO E AS PARTES INTERESSADAS

SUBCOMPONENTE 4B.1 - INFORMAÇÃO E ATENÇÃO AO PÚBLICO

- **INDICADOR 4B.1.1 - SÍTIO NA INTERNET ESPECÍFICO PARA O TEMA DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS**

COMPONENTE 4B - RELAÇÕES COM O PÚBLICO E AS PARTES INTERESSADAS

SUBCOMPONENTE 4B.1 – INFORMAÇÃO E ATENÇÃO AO PÚBLICO

- **INDICADOR 4B-1-2 – MECANISMO PARA ATENDIMENTO, SUGESTÕES E SOLICITAÇÕES DE INFORMAÇÕES PARA OS CIDADÃOS INTERESSADOS (BATE PAPO OU FALE CONOSCO)**

COMPONENTE 4B - RELAÇÕES COM O PÚBLICO E AS PARTES INTERESSADAS

SUBCOMPONENTE 4B.1 – INFORMAÇÃO E ATENÇÃO AO PÚBLICO

- **INDICADOR 4B.1.3 - NEWSLETTER ESPECÍFICA DE RECURSOS HÍDRICOS**

COMPONENTE 4B - RELAÇÕES COM O PÚBLICO E AS PARTES INTERESSADAS

SUBCOMPONENTE 4B.1 – INFORMAÇÃO E ATENÇÃO AO PÚBLICO

- **INDICADOR 4B.1.4 – REGISTRO DO NÚMERO DE VISITAS DO PÚBLICO AO SITE DE INFORMAÇÕES**

COMPONENTE 4B - RELAÇÕES COM O PÚBLICO E AS PARTES INTERESSADAS

SUBCOMPONENTE 4B.1 – INFORMAÇÃO E ATENÇÃO AO PÚBLICO

- **INDICADOR 4B.1.5 - RECLAMAÇÕES E DENÚNCIAS SOBRE PROBLEMAS DE SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS**

COMPONENTE 4B - RELAÇÕES COM O PÚBLICO E AS PARTES INTERESSADAS

SUBCOMPONENTE 4B.1 – INFORMAÇÃO E ATENÇÃO AO PÚBLICO

- **4B.1.6 - EQUIPE PRÓPRIA DE COMUNICAÇÃO TRABALHANDO DIRETAMENTE COM OS TÉCNICOS RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO DAS ÁGUAS**

COMPONENTE 4B - RELAÇÕES COM O PÚBLICO E AS PARTES INTERESSADAS

SUBCOMPONENTE 4B.1 – INFORMAÇÃO E ATENÇÃO AO PÚBLICO

- **INDICADOR 4B.1.7 - ACESSO AOS ESTUDOS E PROJETOS TÉCNICOS EXECUTADOS COM FINANCIAMENTO PÚBLICO (ARQUIVOS DIGITAIS OU IMPRESSOS, CONSULTA NO ÓRGÃO, ETC.)**

COMPONENTE 4B - RELAÇÕES COM O PÚBLICO E AS PARTES INTERESSADAS
SUBCOMPONENTE

4B.1 – INFORMAÇÃO E ATENÇÃO AO PÚBLICO

- **INDICADOR 4B.1.9 - INFORMAÇÕES REFERENTES A ENCHENTES EM TEMPO REAL**

COMPONENTE 4B - RELAÇÕES COM O PÚBLICO E AS PARTES INTERESSADAS

SUBCOMPONENTE 4B.1 – INFORMAÇÃO E ATENÇÃO AO PÚBLICO

- **INDICADOR 4B.1.8 - REGISTRO DE SOLICITAÇÕES DE INFORMAÇÃO E DE RESPOSTAS FEITAS DENTRO DO PRAZO (VIDE LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA, LEI Nº 12.527/2011)**

COMPONENTE 4B - RELAÇÕES COM O PÚBLICO E AS PARTES INTERESSADAS

SUBCOMPONENTE 4B.1 – INFORMAÇÃO E ATENÇÃO AO PÚBLICO

- **INDICADOR 4B.1.10 - INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA SOLICITAR OUTORGA (CONCESSÕES PARA O DIREITO DE USO DA ÁGUA)**

COMPONENTE 4B - RELAÇÕES COM O PÚBLICO E AS PARTES INTERESSADAS

SUBCOMPONENTE 4B.1 – INFORMAÇÃO E ATENÇÃO AO PÚBLICO

- **INDICADOR 4B.1.11 - INFORMAÇÃO NECESSÁRIA PARA SOLICITAR O LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO QUE TANGE A QUALIDADE DA ÁGUA.**

COMPONENTE 4B - RELAÇÕES COM O PÚBLICO E AS PARTES INTERESSADAS

SUBCOMPONENTE 4B.1 – INFORMAÇÃO E ATENÇÃO AO PÚBLICO

- **INDICADOR 4B.1.12 - INFORMAÇÕES SOBRE SANÇÕES PARA O DESCUMPRIMENTO DE REGRAS ASSOCIADAS AO INSTRUMENTO DE OUTORGA**

COMPONENTE 4B - RELAÇÕES COM O PÚBLICO E AS PARTES INTERESSADAS

SUBCOMPONENTE 4B.2 – PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

- **INDICADOR 4B.2.2 ATAS DAS REUNIÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

COMPONENTE 4B - RELAÇÕES COM O PÚBLICO E AS PARTES INTERESSADAS

SUBCOMPONENTE 4B.2 – PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

- **INDICADOR 4B.2.1- CONVOCATÓRIAS PARA AS REUNIÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

COMPONENTE 4B - RELAÇÕES COM O PÚBLICO E AS PARTES INTERESSADAS

SUBCOMPONENTE 4B.2 – PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

- **INDICADOR 4B.2.3 - INFORMAÇÕES/DOCUMENTOS RELATIVOS AS REUNIÕES PLENÁRIAS NOS COMITÊS DE BACIA**

COMPONENTE 4B - RELAÇÕES COM O PÚBLICO E AS PARTES INTERESSADAS

SUBCOMPONENTE 4B.2 – PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

- **INDICADOR 4B.2.4 - NOTÍCIAS NA MÍDIA SOBRE RECURSOS HÍDRICOS**

COMPONENTE 4C - TRANSPARÊNCIA NOS PROCESSOS DE PLANEJAMENTO

- **INDICADOR 4C.1 TEMAS PRIORITÁRIOS DO PLANO DE AÇÃO DA ENTIDADE COORDENADORA**

COMPONENTE 4C - TRANSPARÊNCIA NOS PROCESSOS DE PLANEJAMENTO

- **INDICADOR 4C-2 DOCUMENTOS ELABORADOS (EXS.: MINUTAS, RESULTADOS DE DISCUSSÕES, RELATÓRIOS, OFICINAS) DURANTE A CONSTRUÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

COMPONENTE 4C - TRANSPARÊNCIA NOS PROCESSOS DE PLANEJAMENTO

- **INDICADOR 4C.3 VERSÃO COMPLETA DO PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS VIGENTE**

COMPONENTE 4C - TRANSPARÊNCIA NOS PROCESSOS DE PLANEJAMENTO

- **INDICADOR 4C.4 RESUMO EXECUTIVO DO PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

COMPONENTE 4C - TRANSPARÊNCIA NOS PROCESSOS DE PLANEJAMENTO

- **INDICADOR 4C.5 ACESSO À INFORMAÇÃO SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DOS CORPOS D'ÁGUA DE ACORDO COM O SEU ENQUADRAMENTO E SEGUNDO O SEU USO PREPONDERANTE**

COMPONENTE 4C - TRANSPARÊNCIA NOS PROCESSOS DE PLANEJAMENTO

- **INDICADOR 4C.6 DADOS REFERENTES À VAZÃO NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS E/OU REGIÕES HIDROGRÁFICAS E /OU RESERVATÓRIOS**

COMPONENTE 4C - TRANSPARÊNCIA NOS PROCESSOS DE PLANEJAMENTO

- **INDICADOR 4C.7 ESTIMATIVAS DAS DEMANDAS HÍDRICAS PRESENTES E FUTURAS NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS E/OU REGIÕES HIDROGRÁFICAS E /OU RESERVATÓRIOS**

COMPONENTE 4C - TRANSPARÊNCIA NOS PROCESSOS DE PLANEJAMENTO

- **INDICADOR 4C.8 BALANÇO HÍDRICO POR BACIAS HIDROGRÁFICAS E/OU REGIÕES HIDROGRÁFICAS E/OU RESERVATÓRIOS**

COMPONENTE 4C - TRANSPARÊNCIA NOS PROCESSOS DE PLANEJAMENTO

- **INDICADOR 4C.9 ACESSO A INFORMAÇÕES REFERENTES A MAPAS DE ÁREAS DE RISCO**

COMPONENTE 4C - TRANSPARÊNCIA NOS PROCESSOS DE PLANEJAMENTO

- **INDICADOR 4C.10 ACESSO ÀS INFORMAÇÕES REFERENTES A MAPAS DE VULNERABILIDADE DE EVENTOS CRÍTICOS NO ESTADO**

COMPONENTE 4C - TRANSPARÊNCIA NOS PROCESSOS DE PLANEJAMENTO

- **INDICADOR 4C.11 INFORMAÇÕES SOBRE PROGNÓSTICOS DE EVENTOS CRÍTICOS E SEUS IMPACTOS NOS RECURSOS HÍDRICOS EM NÍVEL ESTADUAL**

COMPONENTE 4D - TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DOS RECURSOS E USOS DA ÁGUA

SUBCOMPONENTE 4D.1 - GESTÃO ANUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

- **INDICADOR 4D.1.1 RELATÓRIO ANUAL COM DADOS REFERENTES AO CONSUMO DE ÁGUA POR SETORES USUÁRIOS INCLUINDO A QUANTIDADE DE ÁGUA UTILIZADA E ORIGEM DO RECURSO (SUBTERRÂNEA, SUPERFICIAL)**

COMPONENTE 4D - TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DOS RECURSOS E USOS DA ÁGUA

SUBCOMPONENTE 4D.1 - GESTÃO ANUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

- **INDICADOR 4D.1.2 ACESSO A DADOS SOBRE VAZÃO DOS CORPOS DE ÁGUA SUPERFICIAIS**

COMPONENTE 4D - TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DOS RECURSOS E USOS DA ÁGUA

SUBCOMPONENTE 4D.1 - GESTÃO ANUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

- **INDICADOR 4D.1.3 ACESSO A DADOS SOBRE QUANTIDADE DE ÁGUA SUBTERRÂNEA**

COMPONENTE 4D - TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DOS RECURSOS E USOS DA ÁGUA

SUBCOMPONENTE 4D.1 - GESTÃO ANUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

- **INDICADOR 4D.1.4 ACESSO AOS DADOS DE QUALIDADE DA ÁGUA SUPERFICIAL**

COMPONENTE 4D - TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DOS RECURSOS E USOS DA ÁGUA

SUBCOMPONENTE 4D.1 - GESTÃO ANUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

- **INDICADOR 4D.1.5 ACESSO A INFORMAÇÕES REFERENTES A INDICADORES DE SANEAMENTO POR MUNICÍPIO (ABASTECIMENTO E TRATAMENTO DE ÁGUA)**

COMPONENTE 4D - TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DOS RECURSOS E USOS DA ÁGUA

SUBCOMPONENTE 4D.1 - GESTÃO ANUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

- **INDICADOR 4D.1.6 ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS SOBRE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NO ENTORNO DE CORPOS DE ÁGUA**

COMPONENTE 4D - TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DOS RECURSOS E USOS DA ÁGUA

SUBCOMPONENTE 4D.1 - GESTÃO ANUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

- **INDICADOR 4D.1.7 ACESSO A INFORMAÇÕES REFERENTES A LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DAS INFRAESTRUTURAS HIDRÁULICAS PRESENTES NOS CURSOS DE ÁGUA .**

COMPONENTE 4D - TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DOS RECURSOS E USOS DA ÁGUA

SUBCOMPONENTE 4D.2 - INFORMAÇÃO SOBRE OS USOS DA ÁGUA

- **INDICADOR 4D.2.2 INFORMAÇÕES SOBRE SOLICITAÇÕES DE NOVAS OUTORGAS, INCLUINDO INFORMAÇÃO SOBRE USUÁRIO, QUANTIDADE SOLICITADA E/OU INTERVENÇÃO E LOCALIZAÇÃO**

COMPONENTE 4D - TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DOS RECURSOS E USOS DA ÁGUA

SUBCOMPONENTE 4D.2 - INFORMAÇÃO SOBRE OS USOS DA ÁGUA

- **INDICADOR 4D.2.3 ACESSO A DADOS, COM PERIODICIDADE AO MENOS ANUAL, SOBRE INCIDÊNCIAS DE POLUIÇÃO SIGNIFICATIVA DAS ÁGUAS, MORTANDADE DE PEIXES E OUTROS EFEITOS SOBRE O MEIO HÍDRICO**

COMPONENTE 4D - TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DOS RECURSOS E USOS DA ÁGUA

SUBCOMPONENTE 4D.2 - INFORMAÇÃO SOBRE OS USOS DA ÁGUA

- **INDICADOR 4D.2.1 ACESSO À INFORMAÇÃO REFERENTE ÀS CONCESSÕES DE OUTORGA, DETALHANDO INFORMAÇÕES, TAIS COMO: NÚMERO DE REGISTRO, USUÁRIO, USO, QUANTIDADE DESIGNADA, LOCALIZAÇÃO GEORREFERENCIADA (CORPO D'ÁGUA E MUNICÍPIO) E PERÍODO DE VIGÊNCIA E CADASTRO DE USUÁRIO**

COMPONENTE 4D - TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DOS RECURSOS E USOS DA ÁGUA

SUBCOMPONENTE 4D.1 - GESTÃO ANUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

- **INDICADOR 4D.1.8 ACESSO AOS DADOS REFERENTES AOS DESCUMPRIMENTOS DOS ATOS DE OUTORGAS, POR MEIO DOS AUTOS DE INFRAÇÃO, COM PERIODICIDADE PELO MENOS ANUAL.**

COMPONENTE 4E - TRANSPARÊNCIA ECONÔMICO FINANCEIRA

SUBCOMPONENTE 4E.1 INFORMAÇÃO CONTÁBIL E ORÇAMENTÁRIA

- **INDICADOR 4E.1.1 ORÇAMENTO DEFINIDO NO PPAG/LOA PARA O ATENDIMENTO DAS METAS PRIORITÁRIAS DO ESTADO**

COMPONENTE 4E - TRANSPARÊNCIA ECONÔMICO FINANCEIRA

SUBCOMPONENTE 4E.1 INFORMAÇÃO CONTÁBIL E ORÇAMENTÁRIA

- **INDICADOR 4E.1.2 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS E PROJETOS COM FINANCIAMENTO EXTERNOS/OU INTERNACIONAIS VOLTADOS PARA OS RECURSOS HÍDRICOS**

COMPONENTE 4E - TRANSPARÊNCIA ECONÔMICO FINANCEIRA

SUBCOMPONENTE 4E.2 TRANSPARÊNCIA DE RECEITAS E DESPESAS DO SISTEMA

- **INDICADOR 4E.2.1 ACESSO AOS DADOS REFERENTES AOS VALORES ARRECADADOS POR BACIAS HIDROGRÁFICAS (REFERENTES À COBRANÇA)**

COMPONENTE 4E - TRANSPARÊNCIA ECONÔMICO FINANCEIRA

SUBCOMPONENTE 4E.2 TRANSPARÊNCIA DE RECEITAS E DESPESAS DO SISTEMA

- **INDICADOR 4E.2.2 INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS DE GESTÃO, CONVÊNIO OU OUTROS INSTRUMENTOS PARA REPASSE DE RECURSOS PARA SUPORTE TÉCNICO/OPERACIONAL AOS COMITÊS DE BACIAS**

COMPONENTE 4E - TRANSPARÊNCIA ECONÔMICO FINANCEIRA

SUBCOMPONENTE 4E.2 TRANSPARÊNCIA DE RECEITAS E DESPESAS DO SISTEMA

- **INDICADOR 4E.2.3 INFORMAÇÕES SOBRE A QUANTIDADE DE RECURSOS NECESSÁRIOS PARA SANEAMENTO E REVITALIZAÇÃO DE CORPOS DE ÁGUA**

COMPONENTE 4F - TRANSPARÊNCIA EM CONTRATOS E LICITAÇÕES

SUBCOMPONENTE 4F.1. REGRAS DE ACESSO AOS FUNDOS DE RECURSOS HÍDRICOS ESTADUAIS

- **INDICADOR 4F.1.1 INFORMAÇÕES SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO DE RECURSOS HÍDRICOS**

COMPONENTE 4F - TRANSPARÊNCIA EM CONTRATOS E LICITAÇÕES

SUBCOMPONENTE 4F.1. REGRAS DE ACESSO AOS FUNDOS DE RECURSOS HÍDRICOS ESTADUAIS

- **INDICADOR 4F.1.3 DISPONIBILIZA AS REGRAS DE AVALIAÇÃO E APROVAÇÃO DOS FINANCIAMENTOS**

COMPONENTE 4F - TRANSPARÊNCIA EM CONTRATOS E LICITAÇÕES

SUBCOMPONENTE 4F.1. REGRAS DE ACESSO AOS FUNDOS DE RECURSOS HÍDRICOS ESTADUAIS

- **INDICADOR 4F.1.2 INFORMAÇÕES SOBRE AS REGRAS PARA PARTICIPAR DO PROCESSO DE SELEÇÃO DE PROJETOS A SEREM FINANCIADOS NO ESTADO**

COMPONENTE 4F - TRANSPARÊNCIA EM CONTRATOS E LICITAÇÕES

SUBCOMPONENTE 4F.1. REGRAS DE ACESSO AOS FUNDOS DE RECURSOS HÍDRICOS ESTADUAIS

- **INDICADOR 4F.1.4 CONVOCATÓRIA OU ABERTURA DE CONCURSOS PARA LICITAÇÕES**

COMPONENTE 4F - TRANSPARÊNCIA EM CONTRATOS E LICITAÇÕES

SUBCOMPONENTE 4F.1. REGRAS DE ACESSO AOS FUNDOS DE RECURSOS HÍDRICOS ESTADUAIS

- **INDICADOR 4F.1.5 PRODUTOS FINAIS DOS PROJETOS E/OU TRABALHOS REALIZADOS PELAS DIFERENTES ENTIDADES PARTICIPANTES**

COMPONENTE 4F - TRANSPARÊNCIA EM CONTRATOS E LICITAÇÕES
SUBCOMPONENTE 4F.2 RELAÇÕES E OPERAÇÕES COM FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇO

- **INDICADOR 4F.2.1 ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS FINANCIADOS PELO FUNDO DE RECURSOS HÍDRICOS**

COMPONENTE 4F - TRANSPARÊNCIA EM CONTRATOS E LICITAÇÕES
SUBCOMPONENTE 4F.2 RELAÇÕES E OPERAÇÕES COM FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇO

- **INDICADOR 4F.2.2 RESULTADOS DOS PROJETOS FINANCIADOS PELO FUNDO DE RECURSOS HÍDRICOS**

COMPONENTE 4F - TRANSPARÊNCIA EM CONTRATOS E LICITAÇÕES
SUBCOMPONENTE 4F.2 RELAÇÕES E OPERAÇÕES COM FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇO

- **INDICADOR 4F.2.3 RESULTADOS DOS PROJETOS DESENVOLVIDOS NA ÁREA DE RECURSOS HÍDRICOS POR OUTRAS SECRETARIAS DE ESTADO**

COMPONENTE 4G - TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PELAS AGÊNCIAS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

- **INDICADOR 4G.1 INFORMAÇÕES E DETALHAMENTO DO CONTEÚDO, CONTENDO O DECRETO DE CRIAÇÃO; O REGIMENTO INTERNO E SUAS ALTERAÇÕES; A COMPOSIÇÃO; AS DELIBERAÇÕES E MOÇÕES E AS ATAS DE REUNIÕES DISPONIBILIZADO NO SÍTIO ELETRÔNICO, INCLUINDO LINKS PARA OUTRAS PÁGINAS SOBRE OS COMITÊS DE BACIAS**

COMPONENTE 4G - TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PELAS AGÊNCIAS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

- **INDICADOR 4G.2 INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS SOBRE A ENTIDADE EQUIPARADA, CONTENDO A DELIBERAÇÃO CERH DE EQUIPARAÇÃO; O ESTATUTO E ALTERAÇÕES E OS ASSOCIADOS**

COMPONENTE 4G - TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PELAS AGÊNCIAS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

- **INDICADOR 4G.3 RELAÇÃO DOS USUÁRIOS DA RESPECTIVA BACIA HIDROGRÁFICA EM COBRANÇA PELO IGAM, NO EXERCÍCIO CORRENTE, CONTENDO NOME, MUNICÍPIO, UF, E VALOR COBRADO**

COMPONENTE 4G - TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PELAS AGÊNCIAS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

- **INDICADOR 4G.4 VALORES TRANSFERIDOS PARA A ENTIDADE EQUIPARADA; DESPESAS EFETUADAS E OS RENDIMENTOS FINANCEIROS, ATUALIZADOS TRIMESTRALMENTE**

COMPONENTE 4G - TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PELAS AGÊNCIAS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

- **INDICADOR 4G.5 ESTUDOS, PROJETOS, RELATÓRIOS E DEMAIS DOCUMENTOS TÉCNICOS PRODUZIDOS SOBRE A BACIA (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO)**

COMPONENTE 4G - TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PELAS AGÊNCIAS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

- **INDICADOR 4G.6 INVESTIMENTOS APROVADOS E CONTRATADOS ANUALMENTE COM RECURSOS DA COBRANÇA NA RESPECTIVA BACIA HIDROGRÁFICA**

COMPONENTE 4G - TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PELAS AGÊNCIAS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

- **INDICADOR 4G.7 LEGISLAÇÃO FEDERAL E DO ESTADO, INCLUINDO: CONSTITUIÇÃO, LEIS, DECRETOS, PORTARIAS, RESOLUÇÕES DO IGAM, DELIBERAÇÕES DO CONSELHO**

COMPONENTE 4G - TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PELAS AGÊNCIAS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

- **INDICADOR 4G.8 CONTRATO DE GESTÃO, INCLUINDO CONTRATOS E SEUS ADITIVOS; OS RELATÓRIOS DE GESTÃO; OS RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO; OS RELATÓRIOS FINANCEIROS E OS CONTRATOS FIRMADOS**

Documento assinado eletronicamente por Germano Luiz Gomes Vieira, Secretário, em 15/01/2019, às 21:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 2830842 e o código CRC 6F49DA11.

Referência: Processo nº 2240.01.0002007/2018-60

SEI nº 2830842

